



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DANIELE JESUS NEGREIROS

**“EU ME SENTI MORTO”: SENTIDOS DE RISCO E PROTEÇÃO PARA
ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE**

FORTALEZA

2017

DANIELE JESUS NEGREIROS

“EU ME SENTI MORTO”: SENTIDOS DE RISCO E PROTEÇÃO PARA
ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N312“ Negreiros, Daniele Jesus.
“EU ME SENTI MORTO”: : SENTIDOS DE RISCO E PROTEÇÃO PARA ADOLESCENTES
AMEAÇADOS DE MORTE / Daniele Jesus Negreiros. – 2017.
153 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Veriana de Fátima Rodrigues Colaço.

1. Risco. 2. Proteção. 3. Ameaça de morte. 4. Redes de apoio. I. Título.

CDD 150

DANIELE JESUS NEGREIROS

“EU ME SENTI MORTO”: SENTIDOS DE RISCO E PROTEÇÃO PARA
ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Veriana de Fátima Rodrigues Colaço (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Bernardo Monteiro de Castro
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Aos adolescentes com os quais convivi, por sua possibilidade de se reinventar no percurso, na vida. Às mães, que lutam diariamente, a ferro e fogo, pela preservação da vida de seus filhos.

Ao meu tio Pedro e à minha tia Joélia, que experimentaram e ainda hoje experimentam a dor de ter perdido um filho de forma inesperada, aos 18 anos, em virtude da violência urbana armada. Junto a eles, todas as mães que choram pela morte precoce dos seus entes.

AGRADECIMENTOS

A construção de uma dissertação é, muitas vezes, uma travessia difícil, porque há solidão, há renúncia, há abdições e ausências na vida dos que te amam. Assim, os sentidos buscados por mim estiveram na possibilidade de construção, produção e troca de conhecimentos que contribuíssem para a afirmação da vida de cada adolescente que enfrenta condições adversas de crescimento e desenvolvimento. Cada vida vale muito, vale uma vida inteira a ser vivida!

Essa parte da dissertação me emociona bastante, porque aqui consta uma trajetória viva do compartilhar realizado com muitas pessoas, antes e durante essa produção, que é tão visceral e que provoca tanta transformação. Espero que os esforços empreendidos aqui possam gerar desdobramentos para os interlocutores e para os que se depararem com o texto. Tentei construir meus sinceros e emocionados agradecimentos durante o tempo de mestrado e aqui seguem:

À minha avó Menem, fonte maior de amor já experienciado, por sua paciência, diálogo e solidariedade. Com ela aprendi sobre a compreensão, o perdão, a fé na vida, a positividade e o olhar para o bem. Por ser colo e por estar sempre de braços abertos a acolher todos em sua diversidade.

Ao meu avô Pedro, pela vontade de viver latente aos 93 anos, pela lucidez, pelo arriscar-se cotidiano e pela abertura e bom humor diante da vida.

Ao meu irmão Deivim, a quem sempre aprendo a amar mais, me faltam palavras para descrever tamanha criatividade, cor, irreverência, espontaneidade e brilho. Com você a vida sempre ganhou mais sentido, mais sorrisos, por você queria ser grande, queria ser inspiração.

À minha mãe Dorinha, por sua grandeza e força cotidiana, pelos ensinamentos solidários de amor ao próximo, pela sensibilidade, honestidade, por sua consciência de classe e pelo choro fácil que herdei.

Ao meu pai Célio, por ter me dado a estrutura necessária para que eu pudesse alçar meus primeiros voos enquanto estudante e, posteriormente, profissional. Por sua alegria de viver e por seu riso largo. Te amo muito!

À minha companheira Tássia Ramos, pelo amor e crédito. Sem ela eu não estaria aqui. Acreditou em mim antes que eu mesma pudesse crer e permaneceu me fazendo

resistente cotidianamente ao longo desses anos. Foi sustentação diante das inúmeras dificuldades desse processo.

A João Vitor Moreira Maia, meu terapeuta, por desdobrar as possibilidades existentes, por ser diretivo quando foi preciso, por me fazer caminhar e me mover por direções que considerava inexistentes e impossíveis.

Aos meus primos Júnior, Talita e Karol que são meus companheiros de sangue e de vida, com eles escolho diariamente compartilhar ideias e concepções sobre o que nos vier, na certeza de discussões que acolhem. Vocês me dão esperança constantemente.

Às minhas tias... a lista é grande... Socorro, Lucinha, Bahia, Cila, Tânia, Antônia de Maria e Sulani por terem sido suporte, carinho e afeto na ausência dos meus pais.

A Martina, minha comadre, amiga de longas datas. A você devo a certeza da tranquilidade e da alegria do encontro.

Aos meus afilhados Kalil e Levi, a quem devo a honra e o orgulho de ser madrinha, por serem crianças iluminadas e sensíveis.

À minha orientadora Veriana Rodrigues Colaço, por ser uma educadora que integra o discurso à prática de uma maneira coerente e inspiradora. Pela paciência e acompanhamento ao meu aprendizado, pela humildade presente somente nas almas mais grandiosas.

A Ana Paula e Artur, meus amigos que conseguem me traduzir de forma tão fácil. A vocês devo a memória de muitas transformações, meu amor por vocês não cabe em palavras, na certeza de um vínculo que se fortalece e já atravessa décadas.

A Andrezza e Stéffanne, pois me acompanham desde a graduação nas alegrias, tristezas e desafios vividos, vocês são minhas irmãs.

A Cuca, pela inteligência prática, pela clareza na vida, por ser presença de força na minha vida.

A Silvinha e Sueli por quem nutro um respeito imenso pela grandeza, inteireza, integridade e criatividade.

A Érica Colares, pela espontaneidade, alegria, fé na vida e nas pessoas.

Ao meu grupo de orientação, Janailson, Janaína, Áurea, Marina, Ana Jéssica e Lívia e, em especial, a Mariana e Isadora, pelos comparti-olhares, por serem descobertas, apoio e suporte em tantos momentos.

Aos meus amigos do mestrado, porque nunca vi um povo tão lindo e inteligente. Sempre me orgulhei de estar entre eles.

Ao Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, nas pessoas do Rui Aguiar, Renato Roseno, Camila Holanda, Joaquim Araújo, Florêncio Neto, Raimundo Madeira, Renata Soares e Ranne Almeida, com quem estive superando desafios e aprendendo a refletir e a dar sentido ao que eu estava estudando. Vocês me inspiram o melhor da dignidade humana.

Em especial à Thiago de Holanda e a Benjamim Lucas, que fizeram com que a vida fosse cheia de sorrisos, mesmo em meio a árduos desafios. Pela doçura, calma, leveza e bom humor. Vocês me dão fé e me fazem acreditar na vida.

Ao Fórum DCA que me deixou próximo à realidade cotidiana nas discussões e no monitoramento das políticas públicas em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, por ter pessoas que constroem instituições tão inspiradoras.

A equipe técnica do PPCAAM, Nei, Julliany, Higor, Isabel, Carlos, Simone, Tita, Káritas, Cristiane, Edvânia, Adriano e Elane, por serem pessoas extremamente comprometidas, inteligentes e competentes. A vocês meus agradecimentos pelo rico cotidiano de trabalho e, aos novos na equipe, André, Milena, Bruno, Rose, Zanata e Manfredo agradeço pela possibilidade de convivência durante o tempo de pesquisa.

A João Paulo Barros, por tamanha inteligência diretamente proporcional à tamanha sensibilidade.

A Bernardo de Castro, por ter aceitado o desafio de contribuir com esse trabalho.

A Debora Linhares, que revisou e formatou esse texto, quando as forças e o tempo já me faltavam. Você é inspiração por seu compromisso ético-político desde os primeiros anos de graduação.

A meu primo Thalisson, (*in memoriam*), que traduz a dor da grandeza humana, no auge no seu desenvolvimento e florescimento, interrompida. Sua perda é um aperto imensurável, que não é possível medir, nem dimensionar, a você dedico meus pensamentos.

À Capes deixo meus agradecimentos pelo incentivo e apoio financeiro, sem ele o caminho teria sido ainda mais difícil, mas deixo também meu lamento, pelos cortes que tem recebido e pela falta de financiamento presente hoje nas turmas posteriores à minha.

“Eu na vida e na morte

Eu,

Pré-nome torto e simples sujeito.

Parido de uma mulher do nordeste,

Cresci além, sem prumo, imperfeito.

Demais atento aos mistérios da vida

Com olhos de ver em volta e atrevido.

Eu,

Lírico e desventuroso pronome.

Foi gostando de gostar que tornei-me

Um ser sem nome, um cara sem cara.

Às vezes quieto, noutras quase louco.

Às vezes vivo, noutras quase morro.

Eu,

Sujeito sem oração, nem predicados.

Menino de intrépidos carnavais

Chuto o pau da muleta dos caretas

Na cadência errática do universo

Mostro a cara,

Ergo a voz

E trago um verso.”

(Artur Roberto Barbosa da Costa Filho)

RESUMO

O presente estudo aborda a problemática da violência urbana, destacando as ameaças de morte sofridas por adolescentes e jovens em Fortaleza, no Ceará, cidade que se destacou negativamente em nível nacional ao liderar (em 2012 e em 2014) o ranking das capitais com mais mortes de adolescentes na faixa de 12 a 18 anos, segundo o Índice de Homicídios na Adolescência. Alinhados à perspectiva histórico-cultural e à teorização de Vigotski sobre a construção subjetiva nas interações sociais, tivemos como objetivo geral analisar a produção dos sentidos de risco e proteção por adolescentes inseridos no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte (PPCAAM) do estado do Ceará, que tem como uma das principais ações a acomodação da criança/adolescente e sua família em ambiente compatível com a proteção, geralmente em um município diferente do que a família residia quando sofreu ameaças. Como objetivos específicos incluem-se: compreender o sentido de ameaça de morte para os adolescentes ao adentrarem em um programa de proteção; conhecer os impactos psicossociais advindos da inserção dos adolescentes no novo contexto de proteção e, por último, compreender como as novas redes de apoio social, que se formam com a entrada do adolescente no PPCAAM, são dimensionadas por estes em termos de risco e proteção. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que utilizou como procedimento de produção de dados entrevistas narrativas e observação participante. Houve ainda a construção de diários de campo tentando a compreensão dos sentidos de risco e proteção para os adolescentes ameaçados de morte, aliando-se a análise dos documentos produzidos pelo PPCAAM. Tivemos a participação de um jovem no estudo piloto e de dois adolescentes acompanhados pelo PPCAAM que, antes do ingresso na proteção, residiam em Fortaleza e foram incluídos na modalidade familiar de atendimento. A partir das categorias analíticas empíricas construídas para o entendimento do problema, destacamos como principais resultados: os sentidos de risco e proteção construídos pelos adolescentes dialogam com a forma como as famílias constroem aspectos protetivos para a superação de seus problemas coletivos. A correlação entre violência, adolescência e ameaça que implica em dinâmicas itinerantes forjadas pelas famílias para sua proteção e que, no entanto, vulnerabilizam as redes de apoio sociais, comunitários e institucionais estabelecidas com estas. Os adolescentes, na busca por reconhecimento e autonomia, demonstram o que compreendem como falhas em aspectos protetivos no decorrer de suas vidas e expressam expectativas de reparação destes.

Além disso, as experiências de varejo no comércio ilegal de drogas são significadas de formas diversas pelos adolescentes e a vivência das famílias em proteção repercute na forma como vão gerar independência do programa, buscando autonomia, bem como na maneira como promovem o desenvolvimento e a transformação na vida dos adolescentes.

Palavras-chave: Risco; Proteção; Ameaça de Morte, Redes de Apoio.

RESUMEN

El presente estudio aborda la problemática de la violencia urbana, destacando las amenazas de muerte sufridas por adolescentes y jóvenes en Fortaleza, Ceará, ciudad que se destacó negativamente a nivel nacional al liderar (en 2012 y en 2014) el ranking de las capitales con más muertes de adolescentes en el grupo de edad de 12 a 18 años, según el Índice de Homicidios en la Adolescencia. De acuerdo con las bases conceptuales del enfoque histórico-cultural, presentado por Vigotski, sobre la construcción subjetiva en las interacciones sociales, tuvimos como objetivo general analizar la producción de los sentidos de riesgo y protección por los adolescentes incluidos en el Programa de Protección al Niño y al Adolescente Amenazados de Muerte (PPNAAM) del estado de Ceará, que tiene como una de las principales acciones el alojamiento del niño/adolescente y su familia en un ambiente compatible con la protección, generalmente en un municipio diferente de lo que la familia vivía cuando sufrió amenazas. Y como objetivos específicos tenemos: comprender el sentido de amenaza de muerte para adolescentes al entrar en un Programa de protección; conocer los impactos psicosociales surgidos de la inserción de los adolescentes en el nuevo contexto de protección y, por último, comprender cómo las nuevas redes de apoyo social, que se forman con la entrada del adolescente en el PPNAAM, son dimensionadas por éstos en riesgo y protección. Se trata de un estudio de enfoque cualitativo, que utilizó como procedimiento de producción de datos entrevistas narrativas y observación participante. También hubo la construcción de diarios de campo intentando la comprensión de los sentidos de riesgo y protección para los adolescentes amenazados de muerte, aliándose el análisis de los documentos producidos por el PPNAAM. Tuvimos la participación de un joven en el estudio piloto y de dos adolescentes acompañados por el PPNAAM que, antes del ingreso en la protección, vivían en Fortaleza y fueron incluidos en la modalidad familiar de atención. Por las categorías analíticas empíricas construidas para el entendimiento del problema, destacamos como principales resultados: los sentidos de riesgo y protección construidos por los adolescentes dialogan con la forma como las familias construyen aspectos protectores para la superación de sus problemas colectivos. La correlación entre violencia, adolescencia y amenaza implica en dinámicas itinerantes que las familias enfrentan para su protección y que, sin embargo, vulnerabilizan las redes de apoyo sociales, comunitarios e institucionales establecidas. Los adolescentes, en busca de reconocimiento y autonomía, demuestran lo que

comprenden como faltas en los aspectos protectores en el transcurso de sus vidas y expresan expectativas de reparación de éstos. Además, las experiencias en el comercio ilegal de drogas son significadas de formas diversas por los adolescentes y la vivencia de las familias en protección repercute en la forma en que van a generar independencia del programa, buscando autonomía, así como en la manera como promueven el desarrollo y la transformación en la vida de los adolescentes.

Palabras clave: Riesgo; Protección; Amenazas de Muerte; Redes de Apoyo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Categorias analíticas teóricas	58
Ilustração 2 – Categorias analíticas empíricas	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Déficit no número de inquéritos instaurados por homicídio no estado do Ceará	23
Tabela 2 – Total de casos/protegidos durante a atuação do PPCAAM/Ceará – nos anos de 2013 à 2016	36
Tabela 3 – Pessoas em proteção - data de referência: 08/12/2016	36
Tabela 4 – Casos oficiais e não oficiais durante o período de setembro de 2013 a novembro de 2016	36
Tabela 5 – Composição da família de Nando	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCPHA	Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CPDrogas	Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FACC	Frente de Assistência à Criança Carente
HAF	Homicídios por Arma de Fogo
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
ONG	Organização Não Governamental
PPCAAM	Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte
PRVL	Programa de Redução da Violência Letal
SEJUS	Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UF	Unidade da Federação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA PERCORRIDA	28
2.1	Contexto de realização	31
2.1.1	<i>O PPCAAM e seu funcionamento no Ceará</i>	31
2.2	Caminhos da pesquisa	35
2.3	Estudo Piloto	37
2.4	Procedimentos para a produção do corpus da pesquisa	45
2.4.1	<i>Entrevista Narrativa</i>	45
2.4.2	<i>A observação no cotidiano</i>	46
2.4.3	<i>A Análise Documental</i>	48
2.4.4	<i>A construção do Corpus</i>	49
2.5	Os participantes e as dinâmicas das suas famílias	50
2.5.1	<i>Edi: o menino do rap</i>	51
2.5.2	<i>Nando: o menino cozinheiro</i>	55
2.6	O processo de análise interpretativa das narrativas	58
3	RISCO, PROTEÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL	62
3.1	Situando os estudos sobre risco	62
3.2	As estratégias de controle na adolescência e juventude: risco e vulnerabilidade social	65
3.3	As tensões criadas em torno das dinâmicas de risco e proteção	69
4	VIOLÊNCIA, ADOLESCÊNCIA E AMEAÇA: UMA CORRELAÇÃO NÃO DESEJADA	74
4.1	A construção do sujeito matável	79
4.1.1	<i>Narrativas sobre Edi</i>	84
4.1.2	<i>Narrativas sobre Nando</i>	87
4.2	O tráfico: nas entrelinhas nas entrelinhas entre o uso, comércio e lazer	89
4.3	Violência e ameaça: a carência de políticas públicas e o aumento dos homicídios na adolescência	95
4.4	Vidas itinerantes: famílias em busca de salvaguardar a vida de adolescentes	

	ameaçados	101
4.5	Reconhecimento e autonomia: a busca dos adolescentes por reparação frente às trajetórias vividas	105
5	CAMINHOS VIVIDOS ENTRE TERRITÓRIOS CONCRETOS E AFETIVOS	110
5.1	A família: entre o proteger e a necessidade de ser protegida	110
5.2	Resistência à mudança: a dinâmica perpetrada pelas famílias das profecias autorrealizadoras	115
5.3	Impactos da proteção: a busca por autonomia e as redes de apoio construídas como alternativas	119
6	CONSIDERAÇÕES	124
	REFERÊNCIAS	129
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	136
	APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO	138
	ANEXO A – INSTRUMENTAL / FICHA DE PRÉ-AVALIAÇÃO DO PPCAAM	140
	ANEXO B – INSTRUMENTAL / ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO DO PPCAAM	143

1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre esse tema não constituiu para mim tarefa fácil... Com frequência me vi diante do computador com o rosto encharcado de lágrimas: descrente, desesperançosa, sem acreditar que a humanidade é um projeto que pode dar certo se pensarmos na igualdade e dignidade das populações mais vulneráveis. Diante de realidades que vivi, que li e que fazia mister relatar na escrita, me perguntei muitas vezes “por quê?”. Eram tão complexos os contextos que não conseguia vislumbrar como minha vontade de ver uma transformação social mais profunda podia se somar à essa escrita. Mas, como o depois eu não podia prever, tinha o compromisso de relatar as histórias que me foram contadas, e aqui sigo.

Em um primeiro momento, a escolha pela temática derivou da minha atuação na equipe do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM do estado do Ceará. Tal programa se funda na doutrina da Proteção Integral conforme disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (UNICEF, 1989), tendo como principais ações “[...] a acomodação da criança/adolescente e sua família em ambiente compatível com a proteção; inserção dos protegidos em programas sociais; apoio e assistência social, jurídica, psicológica, pedagógica e financeira.” (Decreto nº 6.231, 11 de outubro de 2007).

Outra experiência que dialogou com essa investigação diz respeito à participação na equipe do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência – CCPHA. Este constituiu uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e o Governo do Estado do Ceará, que buscou, dentre outras ações, realizar uma pesquisa cujo objetivo era de compreender as trajetórias de vida de adolescentes vítimas de homicídio, no período de janeiro à dezembro de 2015, a partir das representações das suas famílias.

Desse modo, são as questões que envolvem a garantia de direitos de crianças e adolescentes, a afirmação da sua dignidade e a construção de espaços saudáveis para o desenvolvimento de suas potencialidades que me motivam e me comprometem com os estudos e as pesquisas nessa área. Observei durante o acompanhamento psicossocial realizado junto aos adolescentes do PPCAAM que, quando o direito à vida é ameaçado, outras violações e vulnerabilidades geralmente estão atreladas a isto, como abuso e exploração

sexual, negligência, abandono, violência doméstica, violência policial, trabalho infantil, baixa escolaridade, abuso de substâncias psicoativas, dentre outras. Realidades complexas e multifacetadas que necessitam também de respostas complexas, bem estruturadas e de longa duração que impactem mudanças e interrompam essas trajetórias de profundas violências vividas por milhares de crianças e adolescentes no Brasil.

No entanto, o que vemos frente a esses contextos de violência e ameaça é a culpabilização dos indivíduos por suas mazelas e dificuldades, simplificando, assim, a formação das conjunturas da exclusão e da criminalidade. A violência, por sua vez, não pode ser pensada somente em seu sentido concreto, exemplificada no ato de roubar, agredir ou depredar um patrimônio; é preciso pensá-la, também, através de outras formas de expor os sujeitos à insegurança e à morte, como nas situações de violações citadas acima que, muitas vezes, justificam a morte de adolescentes pobres, negros e moradores da periferia. Meninos e meninas que tiveram seus corpos frágeis marcados pelas siglas das diversas instituições públicas da rede de proteção, que, contraditoriamente, não conseguiram alcançar seus objetivos na construção da dignidade, da autonomia e do empoderamento desses sujeitos. (SCISLESKI et al., 2012).

Frente a essa realidade, o PPCAAM foi criado em 2003 como estratégia do Governo Federal, visando responder aos altos índices de letalidade de crianças e adolescentes no país, com a atuação direta na proteção da vida deste público. Desde então, tem como objetivos promover a proteção da vida de crianças e adolescentes em contextos de ameaça de morte, na perspectiva da proteção integral e reduzir a violência letal contra o público infanto-juvenil. (REVISTA PPCAAM MINAS, 2008).

Dessa forma, o PPCAAM surgiu como uma demanda social para que uma nova política de proteção possa ser implementada, dessa vez mobilizando maiores recursos e estrutura do que as ações das políticas que o antecederam. Podemos dizer que, se comparado aos níveis do Sistema Único de Saúde (SUS), o PPCAAM estaria alocado na atenção terciária, representada pelos hospitais de alta complexidade, porque precisam salvar vidas na sua iminência, no seu limite, no seu último suspiro. Por isso, a ameaça de morte requer urgência, recursos e especificidade no atendimento, que é convocado a responder frente à possibilidade da morte.

Alguns estudos foram realizados abordando a temática da ameaça de morte a partir do PPCAAM, como a dissertação de Bertaso (2013), “Vida sem ensaios - Acionamento

do Programa de Proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte do Espírito Santo (PPCAAM/ES): modos de gestão da vida e afirmação de lutas”; a monografia de Mendes (2009), “Educação em Direitos Humanos no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Distrito Federal (PPCAAM-DF)”; o artigo de Ferraz et al. (2011), “O funcionamento do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) nas áreas de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro” e a monografia de Atayde e Silva (2014), “Violação dos direitos infanto-juvenis: o combate à violência letal e o Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte”.

Essas investigações foram feitas em diferentes áreas e nos mostram o quanto a Psicologia tem a contribuir para o maior entendimento sobre as ameaças de morte em meio aos tensionamentos risco-proteção vividos por adolescentes em contextos violentos. Esta é, então, a questão de pesquisa apresentada nesta dissertação e melhor especificada a seguir.

Diante do cenário e das demandas que se apresentam ao PPCAAM, surge o questionamento: quem é a vítima em potencial da violência letal no Brasil? Não seria incomum ouvirmos como resposta: “é o jovem da favela envolvido com droga”. Deparamo-nos com essa reprodução diária na mídia em geral, com especial destaque aos programas policiais que culpabilizam o jovem e criminalizam a droga e, assim, dão um desfecho simplista à complexidade da situação, mercantilizando e se aproveitando da dor e do sofrimento humano na invasão à vida cotidiana das populações pobres das periferias.

Uma expressão dessa realidade é apresentada no Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), que tem como objetivo estimar a mortalidade por homicídio nos anos subsequentes, especificamente na faixa dos 12 aos 18 anos. Fortaleza lidera desde 2012 o primeiro lugar entre as capitais, tendo apresentado naquele ano o índice de 9,9 e em 2014 o índice de 10,94. Tal número significa que, caso não haja nenhuma mudança no contexto de violência, para cada grupo de mil adolescentes que hoje possuem 12 anos, quase 11 não chegarão a completar a maioridade. A expectativa do IHA é contribuir para o monitoramento do fenômeno da violência letal na adolescência e para a avaliação de políticas públicas orientadas à prevenção (CANO, 2014; BORGES, 2017). Destarte, o estudo em questão se justificou frente a esse cenário de violência urbana e, sobretudo, de violência letal que atinge principalmente adolescentes e jovens negros e moradores das periferias das grandes cidades.

No que se refere à problemática abordada, temos no Brasil uma crescente evolução da criminalidade violenta em suas diversas manifestações nas últimas décadas, fato

que tem atingido a sociedade brasileira de forma “democrática”, por ter na escolha de suas vítimas diversos grupos sociais e faixas etárias. Contudo, se observarmos os dados relativos à vitimização letal, encontraremos um cenário distinto, de forma que a morte violenta intencional se distribui de maneira extremamente seletiva (SOARES, 2005):

A vítima letal brasileira típica é jovem, do sexo masculino, tem entre 15 e 24 anos, mora nas vilas, favelas ou periferias das metrópoles e, frequentemente, é negra. Portanto, ainda que haja tantos casos atingindo membros de outros grupos sociais e outras faixas etárias, o alvo estatisticamente mais provável da modalidade mais grave de violência tem idade, cor, sexo, endereço e classe social. (p. 247).

Para o mesmo autor, esse déficit de jovens já deixou sua marca na estrutura demográfica da sociedade brasileira, fenômeno que só se identifica em países que estão em guerra. Logo, o genocídio pelo qual vem passando a população jovem no Brasil merece destaque e foco das ações governamentais e não governamentais.

Apresento aqui alguns dados sobre a magnitude do problema em níveis nacional, estadual e municipal, que envolvem não somente os números absolutos de homicídios da população geral anualmente e da população jovem, como também outros fatores associados, como as tentativas de homicídios, o não esclarecimento dessas mortes e a população carcerária que se avoluma. São facetas de um mesmo jogo, que reflete um estado de desvalorização da vida de uma parcela da população.

Segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016), ocorreram 58.467 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em 2015 no território brasileiro. Essa categoria inclui vítimas de homicídios dolosos¹, de latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais. Desse total de mortes, 54% são de jovens na estreita faixa etária de 15 a 24 anos e 73% deles são pretos e pardos. Segue abaixo alguns dados que confirmam e complementam esse cenário:

Desde o primeiro Mapa da Violência, divulgado em 1998, a principal vítima da violência homicida no Brasil é a juventude. Na faixa de 15 a 29 anos de idade, o crescimento da letalidade violenta foi bem mais intenso do que no resto da população. O número de HAF (Homicídios por Arma de Fogo) passou de 6.104, em 1980, para 42.291, em 2014: crescimento de 592,8%. Mas, na faixa jovem, este crescimento foi bem maior: pula de 3.159 HAF, em 1980, para 25.255, em 2014: crescimento de 699,5%. (WAISELFISZ, 2016. p.49).

¹ Aquele em que o agente quer tirar a vida de alguém ou assume o risco de fazê-lo.

A escalada de violência começa aos 13 anos de idade, quando as taxas iniciam um espiral nos alertando, posto que aos 12 anos a taxa é de 1,1 HAF, dando um drástico salto para 4,0 HAF nos 13 anos, quadruplicando a incidência da letalidade que crescerá de forma contínua até os 20 anos de idade, atingindo a lamentável marca de 67,4 por 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2016).

No Ceará, foram registrados 4.439 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em 2014 e 4.019 em 2015, segundo dados do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016). Se considerarmos somente os homicídios dolosos, o Ceará registrou, em números absolutos, 4.297 homicídios dolosos em 2014 e 3.923 em 2015, com as respectivas taxas por 100 mil habitantes de 48,6 e 44,1. Se colocarmos uma lupa sobre os homicídios de jovens, temos o Ceará ocupando a segunda posição entre os estados com maior número de jovens (15 a 29 anos) mortos para o ano de 2014, com uma taxa de 108,1 segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016). Os números absolutos em Fortaleza apontam uma realidade ainda mais grave que os apresentados para o estado, pois somente a capital somou 1.989 casos de homicídios em 2014 e 1.651 casos em 2015, concentrando, assim, quase a metade do número de mortes ocorridas em todo o Ceará (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

Diante desses números alarmantes, cabe-nos pensar: de que forma a vida se insere em uma economia da morte? Como nos sugere Mbembe (2006), autor que busca construir uma epistemologia africana e, em sua teoria da Necropolítica, define a soberania como o poder de dar a vida ou a morte que dispõem os dirigentes africanos sobre seu povo. O autor descreve a vida pós-colonial como um lugar em que o poder difuso, nem sempre estatal, insere a economia da morte, suas relações de produção e poder².

Os elementos que formam o mosaico da violência não findam no evento morte e tampouco começaram nele: a morte é um processo e outros tipos de violência a compõe. Em pesquisa recente, realizada pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, que ouviu 224 famílias de adolescentes assassinados em sete cidades cearenses, obteve-se, dentre os resultados, que em Fortaleza (N=146) 64% dos adolescentes mortos também tiveram amigos assassinados, “[...] como também que a maioria dos adolescentes (73% em Fortaleza) morreu no próprio bairro. Esses bairros apresentam infraestrutura e serviços precários, tornando a segregação urbana um fator que contribui para a

² Tradução livre.

vulnerabilidade à violência letal intencional.” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 2016. p. 519).

Ainda segundo o mesmo documento, o abandono da escola também surge como um sinal de alerta ao aumento da vulnerabilidade dos adolescentes ao homicídio. Fortaleza apresentou um percentual de 73% de abandono escolar, pelo menos seis meses antes da morte do adolescente.

Por enquanto, ainda detenho-me ao universo estatístico e dentro dele ao quão alarmante é o número de tentativas de homicídio, também chamado de crimes não letais intencionais contra a pessoa que, no Ceará, registraram em números absolutos 1.771 ocorrências em 2014 e 1.728 ocorrências em 2015; ou ainda os crimes de lesão corporal dolosa que, no estado, foram 17.239 ocorrências em 2014 e 16.749 em 2015. É importante ressaltar que os dados informados correspondem ao volume de ocorrências policiais registradas e não necessariamente indicam o número de vítimas envolvidas.

Porém, esse alto índice de crimes não letais deveria ativar sinais de alerta e disparar dispositivos preventivos a fim de reduzir o número de mortes que anualmente nos envergonha, quebrando pactos civilizatórios de proteção à adolescência e juventude. Se esses sinais de alerta são lançados, juntamente com os mais de 27 estudos apresentados nos mapas da violência, ao longo de quase 20 anos, cabe-nos indagar: porque esse quadro se agrava? A quem interessa a manutenção da violência? (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

Infelizmente, não paramos por aqui: o complexo panorama da violência urbana se entrelaça e se fortalece em seus meandros. Nesse sentido, temos ainda o número de inquéritos de homicídios instaurados no Ceará. Em números absolutos, somaram-se 4.056 em 2014 e 3.794 em 2015. Desse montante, não se tem disponibilizada nenhuma informação sobre algum indiciamento ou esclarecimento dos homicídios. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016). Tendo como base o número de mortes no estado, apresentado anteriormente, teremos um déficit de 383 inquéritos que sequer foram abertos em 2014 e outros 225 inquéritos que tampouco foram abertos em 2015. Não constitui intenção desse estudo enaltecer formas de punição adotadas com vistas ao encarceramento, mas problematizar que as vidas que se foram, em sua maioria, de jovens pobres e negros, não importam. Para melhor visualização do pouco esclarecimento dessas mortes, segue a tabela:

Tabela 1 - Déficit no número de inquéritos instaurados por homicídio no Estado do Ceará

Número de mortes no estado do Ceará (2014)	Número de inquéritos instaurados (2014)	Déficit
4.439	4.056	383
Número de mortes no estado do Ceará (2015)	Número de inquéritos instaurados (2015)	Déficit
4.019	3.794	225

Fonte: Autoria própria.

No que se refere à cor, Waiselfizs (2016) também confirma os dados que apresentam a população negra como a que mais morre no Brasil. Em números absolutos, foram 1.956 pessoas negras (somando pretos e pardos, como no IBGE) mortas por arma de fogo em 2014 e somente 193 brancos mortos no Ceará. As taxas para 100 mil são respectivamente 7,2 e 31,7, complementando que a vitimização negra também tem aumentado ao longo dos anos. “A vitimização negra no país que, em 2003, era de 1,7% - morrem, proporcionalmente, 71,7% mais negros que brancos - pula para 158,9%, em 2014.” (WASELFIKS, 2016. p. 60).

Dentro do mosaico formado, não seria difícil imaginar qual o perfil das pessoas que estão sob proteção no PPCAAM. De acordo com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, adolescentes do sexo masculino representam 76%, raça negra (75%), faixa etária entre 15-17anos (59%), ensino fundamental incompleto (95%), morador da capital (63%), tem a genitora como principal referência familiar (75%), renda familiar é de até 1 salário mínimo (57%), a ameaça se deve ao envolvimento com o tráfico (60%).

Tais informações nos levam a considerar que esse cenário catastrófico faz parte de um processo de negligência e de desprezo à vida de parte da população pelo Estado e pela sociedade, que não tem encontrado soluções eficazes e, de modo geral, utilizam uma lógica repressiva, pautada na política de criminalização e hiper-encarceramento como “solução” aos problemas de segurança pública, fadado ao erro, ao retrocesso e ao aprofundamento das desigualdades sociais.

Nesse ensejo, encerrando de forma não menos trágica essa exposição, temos que 57% da população, segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, acredita que “bandido bom, é bandido morto”. Daí é possível avaliar o grande desafio em se trabalhar com políticas de proteção a ameaçados de morte e, por isso, a fundamental importância de disputarmos concepções diariamente pautadas na defesa dos Direitos Humanos e no direito à vida desse público.

Tornou-se urgente a necessidade de comprometimento com o estudo da problemática, de não ficarmos indiferentes a ela nos diversos espaços de atividades e atuações. Assim, entre os vários questionamentos suscitados nessa grande área de discussão, destacamos como nossa pergunta de partida: que sentidos de risco e proteção são produzidos por adolescentes ameaçados de morte inseridos no PPCAAM? É importante dimensionar a compreensão que os adolescentes têm de risco e proteção, pois esse entendimento poderá influenciar na avaliação da ameaça e na compreensão das possibilidades protetivas oferecidas pelo PPCAAM.

A discussão de sentidos para adolescentes ameaçados de morte, a partir da perspectiva histórico-cultural, alinha uma visão de homem e de mundo em interação, que se constituem e se transformam mutuamente, nas muitas nuances envolvidas, uma vez que são diversas as situações de ameaça e complexas as trajetórias de vida dos adolescentes ao adentrarem no PPCAAM. Situa-se aqui nosso problema de pesquisa, ao entendermos que na organização social, cultural e histórica se encontram as possibilidades de produção de sentidos e significados que alicerçam os processos de humanização e subjetivação dos indivíduos.

Vigotski nos traz importantes contribuições teóricas a respeito da relação entre pensamento e linguagem para a construção de sentidos e significados:

O significado de uma palavra representa um amálgama tão estreito do pensamento e da linguagem, que fica difícil dizer se se trata de um fenômeno da fala ou de um fenômeno do pensamento. Uma palavra sem significado é um som vazio: o significado, portanto, é um critério da palavra, seu componente indispensável. Pareceria, então, que o significado poderia ser visto como um fenômeno da fala [...]. O significado das palavras é um fenômeno de pensamento apenas na medida em que o pensamento ganha corpo por meio da fala, e só é um fenômeno da fala na medida em que esta é ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele. É um fenômeno do pensamento verbal, ou da fala significativa – uma união da palavra e do pensamento (VYGOTSKY, 1993. p. 104).

Vigotski ainda complementa que o “[...] desenvolvimento do pensamento verbal é possível usando o significado das palavras como unidade analítica [...]” (VYGOTSKY, 1993. p. 104) e, para ele, esse significado evolui, não sendo, portanto, imutável, ao contrário: se transmuta como algo vivo.

Para compreender a fala de outrem não basta entender suas palavras – temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente – também é preciso que conheçamos sua motivação. Nenhuma análise psicológica de um enunciado estará completa antes de se ter atingido esse plano (VYGOTSKI, 1993. p. 130).

Ainda de acordo com os pressupostos histórico-culturais, passamos à discussão sobre os fatores de risco e proteção envolvidos nos contextos de violência. A proteção está relacionada às competências e recursos psicológicos, sociais e institucionais que permitem ao sujeito o enfrentamento de situações adversas. Estes fatores não estão dados de forma apriorística no ambiente, nem simplesmente no “interior” dos indivíduos; não podem ser pensados aprioristicamente e são, portanto, construídos a partir da relação do sujeito com seu entorno – familiares, amigos, colegas de escola, vizinhos, professores, suportes institucionais e outros (GERMANO & COLAÇO, 2012).

Do ponto de vista jurídico-legal, o Brasil experimentou avanços no trato de crianças e adolescentes a partir da década de 1990, com a assunção de uma doutrina de proteção integral desses segmentos sociais, respaldando a formulação de um conjunto de políticas e serviços que podem ser ilustrados através de mecanismos, convenções e acordos internacionais para a proteção à infância e à adolescência. O ECA (BRASIL, 1990), como expressão desse marco legal, expressa os direitos da população infanto-juvenil brasileira, pois afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, a necessidade de especial respeito e atenção à sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e da adolescência e o reconhecimento da sua situação de vulnerabilidade. “O que torna as crianças e os adolescentes merecedores da proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado; devendo este último atuar mediante políticas públicas e sociais na defesa de seus direitos.” (BRASIL, 2012. p. 14).

Contudo, o recrudescimento da violência letal de adolescentes nos últimos anos (notadamente dos homicídios), em diversas cidades brasileiras, suscita indagações como a seguinte: que problemas ainda persistem na execução das políticas públicas dirigidas à proteção integral dos segmentos infanto-juvenis e que as fazem estar aquém das necessidades sociais dessa população?

O texto *Uma carta endereçada à “Proteção Integral”* (BICALHO, 2014) problematiza justamente o conceito de “Proteção Integral” ao demonstrar que, nas formas contemporâneas de controle social, a proteção integral tem implicado práticas diversas, marcadas por profundas contradições e paradoxos. Para o autor, certa ordem social é criada sob a justificativa da proteção, mas o que nos parece é uma nova roupagem de propostas criminológicas e positivistas. Contra a marginalidade e contra as “classes perigosas”, surgem ações mais radicais em torno do extermínio e da exclusão de parcela da população e, também,

posições acirradas em defesa de propostas como a redução da maioria penal, operações policiais para remoções de habitações populares, encarceramentos, “guerra às drogas” e, com isso, o aumento da vinculação da criminalidade à pobreza, mostrando a incapacidade da sociedade em atender a expectativa de proteção.

A partir do ECA (BRASIL, 1990), o Conselho Tutelar se tornou a instância responsável por acolher situações de violações de direitos e ganhou visibilidade na política de proteção às crianças e adolescentes. No entanto, paralelo a isso "O conselho tutelar criou espaço para uma inflação de práticas cotidianas de governo das condutas das crianças, jovens e de seus familiares, em nome do risco a que estão submetidos ou que provocam." (LEMOS; SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2004. p. 163). Por este motivo, muitas crianças e adolescentes passaram longos períodos de suas vidas sendo acompanhadas junto a seus familiares, sem que nenhuma transformação profunda as tirasse da condição que as levou ao foco dessas políticas.

A rede de proteção, por sua vez, deveria trabalhar de forma articulada para a efetivação das leis previstas, porém, além das falhas previstas na execução estrutural e de recursos humanos das políticas públicas, ocorre ainda a reprodução de práticas normalizadoras e punitivistas, pautadas em um cotidiano com ações em que prevalecem julgamentos morais e preconceituosos, marginalizando ainda mais essas populações (SCISLESKI *et al.*, 2012).

Nesse estudo, propomos a tessitura entre ameaça de morte e adolescência a partir da sua constituição social, produzida em determinados contextos históricos e se manifestando, em sua multiplicidade, como fenômeno cultural. Compreender a construção dos sentidos de risco e proteção para os adolescentes tem como intuito relacionar a construção das suas narrativas aos impactos psicossociais vividos no contexto de proteção proporcionado por uma política pública.

Essa pesquisa visa, então, contribuir com as discussões acerca da garantia de direitos dos adolescentes, em especial o direito à vida. Compromete-se, para tanto, com a construção de conhecimentos que subsidiem a execução de políticas de proteção para adolescentes ameaçados de morte, bem como com discussões sobre a prevenção da violência letal e a dinâmica dos homicídios que afetam, preferencialmente, o público jovem. Espera-se, ainda, favorecer a mobilização da sociedade para o enfrentamento dessa realidade cotidianamente.

Sendo assim, o objetivo geral desta investigação foi analisar a produção dos sentidos de risco e proteção junto a adolescentes inseridos no Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte – PPCAAM. Em Barros *et al.* (2009) vemos que o “sentido”, para Vigotsky, se produziria nas práticas sociais, através da articulação dialética da história de constituição do mundo psicológico com a experiência atual do sujeito. Portanto, abrem-se vias para que se admita a polissemia da linguagem e, conseqüentemente, para que se pense em múltiplas construções de sentidos.

Como objetivos específicos, o estudo pretendeu compreender os sentidos de ameaça de morte para os adolescentes incluídos no PPCAAM; conhecer os impactos psicossociais advindos da inserção do adolescente no novo contexto de proteção proporcionado pelo PPCAAM e compreender como as novas redes de apoio social, que se formam com a entrada do adolescente no PPCAAM, são dimensionadas por esses adolescentes em termos de risco e proteção.

Utilizamos como pressupostos básicos para tal estudo a perspectiva histórico-cultural do processo de desenvolvimento, a concepção de sentido e significado construídos nas interações e práticas sociais e a linguagem como organizadora do pensamento e construtora da subjetividade. E, na tentativa de responder à nossa questão de pesquisa – *que sentidos de risco e proteção são produzidos por adolescentes ameaçados de morte inseridos no PPCAAM?* – surgem as hipóteses que se seguem.

As narrativas produzidas pelos adolescentes sobre os sentidos de risco e proteção nos fornecerão pistas para compreendermos de que forma eles dimensionam a ameaça já que, pela narrativa, o adolescente informa e ressignifica suas experiências. Por conseguinte, os sentidos de risco e proteção construídos pelos adolescentes são relativos, uma vez que cada sujeito vivencia essas dinâmicas de forma particular.

O sentido é tematizado por Vigotsky principalmente para estabelecer distinções e relações entre linguagem interna e externa, as características funcionais e estruturais da fala para o outro e para si. Nessa discussão, salienta a significação da palavra no contexto de seu uso e nas condições de interação dos falantes. As palavras não podem ser consideradas fora de seu acontecimento concreto, pois a variação dos contextos de ocorrência faz com que os sentidos sejam ilimitados e, de certa forma, mostrem-se sempre inacabados (GOES & CRUZ, 2006. p.38).

Com a inserção no novo contexto de proteção e com a construção de novas redes de apoio, os adolescentes ressignificam e reavaliam a própria existência e, assim, elaboram

alternativas e caminhos no que se refere a risco e proteção. Os adolescentes no novo ambiente de proteção se situam em um tensionamento entre risco e proteção que, mesmo sob a premissa da voluntariedade para serem inseridos no PPCAAM e, portanto, estarem sob vigilância das regras de proteção, é comum adotarem comportamentos que os colocam novamente em risco.

Para uma melhor visualização do que expomos, o texto de dissertação que se segue está organizado em quatro capítulos. Além desse capítulo introdutório, um metodológico e três teórico-analíticos e, por último, as considerações finais. O primeiro capítulo compreende, portanto, a metodologia, onde apresentamos o contexto de realização da pesquisa e os caminhos percorridos, o estudo piloto, os procedimentos para a produção do *corpus* da pesquisa, seus participantes e o processo de análise.

Os três capítulos seguintes trazem as discussões teóricas das categorias analíticas, dialogando com o material produzido em campo, na busca por compreender os sentidos de risco e proteção. Estão divididos da seguinte maneira: o segundo capítulo teórico-analítico discute a relação risco, proteção e vulnerabilidade social, situando os estudos sobre o risco e discutindo as estratégias de controle na adolescência e juventude, e por último, problematizando o tensionamento entre risco e proteção no PPCAAM.

O terceiro capítulo aborda adolescência, violência e ameaça: uma correlação não desejada, considerando a construção do sujeito matável, as narrativas sobre os adolescentes pesquisados, violência e ameaça, reconhecimento e autonomia e as dinâmicas que envolvem o tráfico de entorpecentes por meio do comércio, trabalho e lazer.

O quarto capítulo aborda os caminhos vividos entre territórios concretos e afetivos, trazendo elementos sobre a família e a necessidade de proteger e ser protegido, a resistência às mudanças por parte de seus membros, e, por fim, os impactos da proteção na busca por autonomia e na construção de redes de apoio dessas famílias.

No capítulo a seguir será abordado o percurso metodológico escolhido para dar conta do objeto de estudo, apresentando a natureza da pesquisa, o contexto em que se realizou, os critérios de escolha e as características dos participantes, os procedimentos para a construção e análise do *corpus* de pesquisa, bem como os desafios encontrados, alguns superados e outros não. Será também exposto o estudo piloto, ressaltando a sua importância para as decisões metodológicas que levaram adiante o projeto de pesquisa.

2 METODOLOGIA PERCORRIDA

No presente capítulo pretendo compartilhar experiências, desafios e escolhas feitas ao longo do percurso desta pesquisa, naquilo que me foi possível ou não realizar conforme o contexto se apresentava. Primeiramente, é importante dizer que, para mim, retornar ao espaço do PPCAAM foi curioso, pois acompanhar os momentos de discussão dos casos e de programação de uma agenda semanal e, por vezes, mensal, me trouxe muitas lembranças e novas percepções.

A equipe cresceu e se modificou, estão mais rápidos, mais perspicazes, mais eficientes, atendem a uma maior quantidade de casos, aumentaram suas experiências e possuem mais histórias como parâmetro para possíveis comparações. A dinâmica do programa continua intensa, hoje com um fluxo maior de atendimentos e demandas das famílias e da rede. Outros adolescentes estão sendo incluídos devido à grande disposição e eficiência no atendimento demonstrada por toda a equipe técnica e coordenadores.

Mas, diante dessa conjuntura, a busca era conhecer quais sentidos os adolescentes dão a risco e proteção, a partir das suas experiências de vida. Para isso, foi proposta uma abordagem qualitativa, com inserção junto ao cotidiano das famílias durante os atendimentos da equipe técnica do PPCAAM. A observação permitiu conhecer a configuração contextual e relacional e, assim, interpretar as narrativas de história de vida construídas pelos participantes, apoiando-se na proposta metodológica apresentada por Bruner (2013).

Essa metodologia preza pela possibilidade de recriação da identidade através da narrativa, mostrando que a habilidade de contar histórias sobre nós mesmos nos forma enquanto sujeitos e que seguimos nos construindo por meio de narrações onde “[...] o talento narrativo é um traço característico do gênero humano tanto como a posição vertical do polegar oposto [...]” (BRUNER, 2013. p.122).

Paralelo às contribuições de Bruner, temos em Vigotsky (2007) três princípios que compõem o estudo do método nas Ciências Humanas. O primeiro deles: analisar processos e não produtos ou objetos. “A análise psicológica dos objetos deve ser diferenciada da análise dos processos, a qual requer uma exposição dinâmica dos principais pontos constituintes da história dos processos.” (VIGOTSKY, 2007. p. 63).

Vigotsky rompe com a ideia de estímulo-resposta ao considerar o método como objeto e produto do processo de pesquisa. Com isso, propõe a inclusão de um novo estímulo

(mediador), pois nenhuma relação do sujeito com o mundo é direta, este mediador explica as funções psicológicas superiores. Ao analisar o processo, o método passa a ter uma característica interventiva, não se configurando somente como uma técnica.

Em acordo com os objetivos ora apresentados, ao pedir que um sujeito narre sua história, da forma que lhe convier, o interesse se voltará ao processo dinâmico da narrativa, ao contexto histórico escolhido e não à consideração de possíveis determinantes em sua história de vida, uma vez que a realidade é tecida por complexas interações, muitas vezes contraditórias, entre os diversos elementos que a constituem, por isso os elementos da realidade tornam-se, reciprocamente, causa e efeito uns dos outros.

O segundo princípio analisado por Vigotsky é a explicação do fenômeno e não somente a sua descrição, ou seja, uma análise genotípica e não fenotípica. Para ele, os processos não devem ser simplesmente descritos, mas devem ser explicados, buscando sua gênese, suas relações dinâmico-causais. O Método Funcional avalia o modo como algum comportamento se realiza de forma mediada, a partir da intervenção. (VIGOTSKY, 2007).

Dialogando com Bruner (2013), temos que as ações narrativas são guiadas por modelos culturais, dirigidos a criar um “eu”. O sujeito responde partindo de algum pressuposto sobre o que você gostaria de ouvir, a partir do contexto e da relação construída com esse outro. Logo, é necessário compreender os processos pelos quais as significações são criadas, negociadas e mediadas dentro de uma comunidade, pois “[...] em virtude da participação na cultura, o significado é tornado público e compartilhado.” (BRUNER, 1997. p. 23).

As complexas dinâmicas que constituem o cotidiano dos jovens em análise formaram, transformaram e continuam a atualizar suas experiências. A entrada em um programa de proteção os envolve em condutas e interações diversas e complexas, por isso a importância de entender as dinâmicas entre risco e proteção, como elementos importantes para a compreensão de suas histórias nesse contexto.

Assim, dialogando com Vigotsky, temos que “[...] estudar alguma coisa historicamente, significa estudá-la no processo de mudança: esse é o requisito básico do método dialético.” (VIGOTSKY, 2007. p. 68). A Psicologia histórico-cultural, por sua base materialista histórico-dialética, visa uma construção contínua e permanente do movimento do homem, no resgate da sua origem histórica. Essa ideia constitui o terceiro princípio formulado por Vigotsky (2007), referente à origem dinâmico-causal dos comportamentos fossilizados.

A condição histórica manifestada pela consciência humana se diferencia por sua capacidade de criar signos linguísticos e mecanismos de comunicação entre os homens através da linguagem e, desta maneira, constrói a possibilidade de acumular experiências, coordenar atividades, planejar e projetar o futuro. O psiquismo é capaz de conhecer objetivamente o mundo ao apreender as propriedades dos objetos e as relações humanas, se sobrepondo aos mecanismos biológicos que tais elementos possam ter para os indivíduos (DANIEL JÚNIOR, 2012).

Complementando essa ideia, cabe mencionar que, para Vigotsky (2005), a psique é constituinte do social dentro do processo em que se configura, demonstrando a existência de um sistema dinâmico de significados em que o afetivo e o intelectual se unem. Cada ideia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento da realidade ao qual se refere.

É a partir dessa tese da dinamicidade do significado que o conceito de “sentido” aparece, em “Pensamento e Palavra”, como fundamental para a investigação da relação pensamento-linguagem. Vigotsky (2001) introduz no debate a questão do “sentido” para reiterar as particularidades da linguagem interior, dirigida ao próprio sujeito, em relação ao exterior, uma vez que, sob sua ótica, há o predomínio dos sentidos sobre os significados da palavra na linguagem interior. O excerto abaixo nos ajuda a compreender melhor essa relação:

O pensamento e a linguagem, que refletem a realidade de uma forma diferente daquela da percepção, são a chave para a compreensão da natureza da consciência humana. As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana. (VYGOTSKY, 1993. p. 132).

Assim, a linguagem como representação do pensamento também representa as compreensões de mundo, por isso pode ser tomada como mediadora, pela possibilidade de criar signos e organizar as funções psicológicas superiores. No ato de narrar podemos criar atos de equilíbrio e desequilíbrio, ao construir e reconstruir a identidade por meio da narrativa. Desse modo, o signo não está evidente na resposta que eu emito, mas na sua significação. “Nosso eu não é transparente, por isso a necessidade de falarmos de nós mesmos.”³ (BRUNER, 2013. p. 91).

³Tradução livre da autora.

A *significação* é tida como fundamental, natural e comum; é o denominador comum dos diferentes usos. O *sentido* aparece como *uma outra significação*, diferente da primeira: aparecem noções como o sentido literal, o sentido próprio, o sentido objetivo, o sentido figurado, o sentido desviado. Há um sentido-na-língua que se distingue de um *sentido vivido*; a significação é linguística, o sentido, psicológico. (SMOLKA, 2004. p. 39)

“Os esforços e as interpretações na *busca de sentido* vão sendo elaboradas no âmago mesmo das práticas coletivamente vivenciadas, (com)sentidas e pensadas [...] Assim vão se produzindo e se transformando, historicamente, as relações do homem com o mundo, dos homens entre si, do homem consigo próprio, do homem com o conhecimento” (SMOLKA, 2004. p. 40).

Tomando como base esses princípios e os pressupostos histórico-culturais da teoria vigotskiana, vemos que a realidade não afetará os indivíduos de forma semelhante, posto que cada um significará suas experiências de determinada maneira, a depender da vivência com diversos grupos, tais como: famílias, amigos, instituições, etc. Ao entrar em relação com a alteridade, fica implícito um compromisso com os demais, ainda que tal atitude limite nossa autonomia.

2.1 Contexto de realização

2.1.1 O PPCAAM e seu funcionamento no Ceará

O Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAAM está previsto na diretriz de N° 15 do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH3, juntamente com o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA e com o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH, compondo os três programas de proteção a pessoas que constitui o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas. Atualmente, o PPCAAM está implantado em 13 Unidades da Federação.

No ano de 2012, iniciaram-se as discussões sobre a necessidade de implantação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) no Estado do Ceará. Contudo, este processo se desdobrou ao longo do corrente ano, em diversas audiências públicas que contou com partícipes governamentais e não governamentais para debater o tema da letalidade infanto-juvenil no Estado do Ceará. Após a discussão deste processo, percebeu-se a imprescindibilidade de implantação do programa partindo, assim, para a segunda fase que foi a definição em qual Secretaria de Estado deveria ser alocado e que esta tivesse em seu organograma o compromisso orçamentário para efetivação do PPCAAM/CE como uma política pública de âmbito estadual. (MARINHO, 2014. p. 17).

A Secretaria da Justiça e Cidadania foi o órgão escolhido para a execução dos programas de proteção às pessoas ameaçadas no âmbito do Estado do Ceará. O Programa foi criado pelo Decreto Federal nº 6.231, de 11 de outubro de 2007, instituído no Ceará através do Decreto Estadual nº 31.190, de 15 de abril de 2013 e implementado por meio do convênio entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará – SEJUS e a Frente de Assistência à Criança Carente – FACC, pois a execução do programa é de responsabilidade da sociedade civil (MARINHO, 2014).

O tempo de permanência dos adolescentes e de suas famílias no Programa, previsto no Decreto nº 6.231 de 11 de outubro de 2007, é de até dois anos e tem como premissa a atuação em rede e a corresponsabilidade dos atores do Sistema de Garantia de Direitos - SGD envolvidos direta ou indiretamente no acompanhamento dos casos. (REVISTA PPCAAM MINAS, 2008). No Ceará, o programa é formado por uma equipe técnica interdisciplinar composta por um Coordenador Geral, um Coordenador Técnico, três Assistentes Sociais, dois Psicólogos, uma Advogada, dois Educadores Sociais, uma Gerente Administrativa, um Assistente Administrativo e um Motorista.

Os adolescentes e seus familiares são incluídos após passarem por uma entrevista de avaliação, onde são considerados os seguintes critérios: existência de grave ameaça ou coação à integridade física, impossibilidade de prevenir ou reprimir os riscos pelos meios convencionais e a voluntariedade do interessado em cumprir com as normas de segurança, as orientações e os sigilos que o PPCAAM estabelece.

Existem três modalidades de inclusão no PPCAAM/CE, a saber:

1. Modalidade de inclusão familiar: quando a criança ou o adolescente é incluído com seus responsáveis em uma casa alugada pelo PPCAAM;
2. Modalidade de inclusão em Acolhimento Institucional: criança ou adolescente incluído sem responsável legal em acolhimento institucional (neste caso, a autoridade judicial da comarca da moradia do ameaçado deverá ser consultada para autorizar inclusão no PPCAAM/CE);
3. Modalidade de inclusão em moradia independente: se o adolescente, ao completar 18 anos, ainda se encontrar sob proteção, poderá morar sozinho em uma casa alugada pelo PPCAAM.

Essas modalidades não são uniformes. Em outras Unidades da Federação, por exemplo, há situações onde há inclusão do adolescente em família acolhedora. É importante ressaltar que o PPCAAM não trabalha com Acolhimento Institucional próprio, destinado somente a ameaçados, sendo, portanto, a proteção realizada de acordo com os procedimentos de segurança, nas unidades de acolhimento da rede socioassistencial.

Ainda de acordo com o Decreto nº 6.231 de 11 de outubro de 2007, as ações do PPCAAM podem ser estendidas ao jovem com até vinte e um anos se egresso do sistema socioeducativo. A proteção é ampliada aos pais ou responsáveis, ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes, dependentes, colaterais e aos que tenham, comprovadamente, convivência habitual com o ameaçado, a fim de preservar a convivência familiar. Poderão solicitar a inclusão de ameaçados no PPCAAM-CE as seguintes instituições que funcionam como porta de entrada: I - Conselho Tutelar; II - Ministério Público; III - Autoridade Judicial competente; IV - Defensoria Pública.

Após receber dessas instituições um encaminhamento de inclusão de um ameaçado, a equipe técnica inicia as primeiras ações do atendimento. De acordo com o Guia de Procedimentos do PPCAAM, elaborado pelo Governo Federal, as etapas de execução do PPCAAM/CE estão organizadas conforme o roteiro estabelecido: 1) Solicitação de inclusão – 2) Pré-avaliação – 3) Situações emergenciais – 4) Entrevista de avaliação – 5) Análise para inclusão – 6) Não inclusão – 7) Inclusão – 8) Tempo de proteção – 9) Modalidades da inclusão – 10) Fases da proteção (adaptação, inserção social, desligamento) – 11) Acompanhamento e rede de retaguarda.

Mas, a partir de nossa experiência no programa, podemos resumir as etapas acima da seguinte forma: 1) Pré-Avaliação - 2) Entrevista de Avaliação - 3) Emissão de parecer para inclusão ou não inclusão - 4) Em caso afirmativo, inclusão em algumas das modalidades de proteção - 5) Acompanhamento - 6) Desligamento dos Incluídos - 7) Acompanhamento pós-desligamento. No ato do ingresso oficial no PPCAAM/CE, os incluídos deverão assinar, segundo a pertinência do caso, alguns termos de compromisso e responsabilidade tanto com as regras de proteção, como com o empréstimo de bens pelo programa, dentre outros documentos (MARINHO, 2014).

Passada essa etapa, a equipe técnica localiza uma comunidade segura para a inserção do adolescente e da sua família em uma nova residência. A depender da situação de

ameaça, a família poderá se deslocar para outros bairros da cidade de Fortaleza, da Região Metropolitana ou de cidades do interior do estado do Ceará.

O **DESLIGAMENTO** do protegido deverá ser comunicado às instituições responsáveis pelo seu ingresso no programa (Porta de Entrada) e pode ocorrer a qualquer tempo em virtude das seguintes motivações: I - Por solicitação do protegido; II - Por cessação dos motivos que ensejaram a proteção; III - Consolidação da inserção social segura do protegido; IV - Descumprimento de regras de proteção; V - Por ordem judicial. Quando do desligamento, os profissionais do PPCAAM/CE devem identificar um profissional na rede de proteção capaz de realizar o acompanhamento **PÓS-DESLIGAMENTO**. O tempo de acompanhamento pós-desligamento deverá equivaler ao período de proteção, com prazo mínimo de trinta dias (MARINHO, 2014. p. 26).

De acordo com a planilha mensal enviada pelo PPCAAM/CE à Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS no mês de novembro de 2016, o programa, ao longo desses quatro anos, apresentou os seguintes registros de atendimento:

Tabela 2 - Total de casos/protegidos durante a atuação do PPCAAM/Ceará nos anos de 2013 à 2016

Atuação PPCAAM	Nº
-Total de pessoas incluídas (familiares + protegidos)	131
- Casos incluídos (referência ao número de famílias)	35
-Total de crianças protegidas	34
-Total de adolescentes protegidos	54
-Total de adultos protegidos	43

Fonte: Autoria própria.

Tabela 3 - Pessoas em proteção (data de referência: 08/12/2016)

- Casos incluídos	9
- Casos em acompanhamento pós-desligamento	3
- Total de pessoas em acompanhamento (incluídos e pós desligados)	40
-Total de pessoas incluídas (familiares + protegidos)	29
-Total de crianças protegidas	12
-Total de adolescentes protegidos	8
-Total de adultos protegidos	9

Fonte: Autoria própria.

Tabela 4 - Casos oficiais e não oficiais durante o período de setembro de 2013 a novembro de 2016

Casos oficiais ⁴	123
Orientações não oficiais ⁵	130
Total de casos oficiais e orientados por telefone	253

Fonte: Autoria própria.

2.2 Caminhos da pesquisa

A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada de agosto de 2016 a fevereiro de 2017, no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados Morte – PPCAAM/CE, com o estudo junto a dois adolescentes do sexo masculino, integrantes do Programa. Havia uma previsão inicial de realizar a pesquisa com 4 (quatro) adolescentes, de ambos os sexos, que estivessem na modalidade familiar de inclusão. Nessa época já prevíamos que o número de adolescentes acompanhados deveria ser pequeno, uma vez que os adolescentes estão protegidos em municípios diferentes e isso dificultaria o acesso da pesquisadora.

Com a inserção no campo e as circunstâncias apresentadas, como a distância dos municípios e a agenda extensa do PPCAAM para acompanhamento dos demais casos incluídos, só foi possível estar junto aos técnicos nas visitas a dois adolescentes com suas respectivas famílias.

No que se refere às questões de gênero, a previsão inicial era contemplar ambos os sexos, no entanto, as meninas incluídas estavam na modalidade de Acolhimento Institucional ou vinham transferidas de outro estado, critérios que não correspondiam aos escolhidos, a saber: adolescentes na modalidade familiar de inclusão e que fossem oriundos de Fortaleza.

Cabe acrescentar que a modalidade de Acolhimento Institucional não foi escolhida devido ao aumento dos entes institucionais envolvidos, pois não seria a família a dar autorização e sim o Estado, que é quem mantém a tutela desses meninos e meninas uma vez que suas famílias não se voluntariaram a acompanhá-los na proteção. Além disso, o sigilo das informações poderia ficar comprometido pois, além da equipe técnica fazendo

⁴ São aqueles casos cujo encaminhamento veio por meio das portas de entrada estabelecidas em decreto: Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Ministério Público.

⁵ São aqueles casos cujo encaminhamento não se deu mediante as portas de entrada citadas acima.

atendimentos na instituição, teríamos mais “uma observadora pesquisadora” no espaço junto ao adolescente.

A produção do *corpus* de pesquisa envolveu:

- 1) Participação nas reuniões gerais da equipe para a discussão de todos os casos sob proteção, para que fosse possível ter uma visão ampla das famílias que estavam sendo acompanhadas pelo PPCAAM. O registro das reuniões foi realizado por meio dos diários de campo da pesquisadora;
- 2) Visita domiciliar junto à equipe técnica à casa de duas famílias inseridas no programa, também registrado por meio dos diários de campo;
- 3) Entrevistas narrativas com dois adolescentes acompanhados, registradas por gravação;
- 4) Análise dos diários de campo e dos pareceres técnicos produzidos pelo programa, que compõem as pastas de acompanhamento dos adolescentes.

Devido ao lapso temporal na renovação do convênio do PPCAAM com os governos estadual e federal, a primeira participação na reunião geral da equipe só ocorreu no dia 10 de agosto de 2016, período em que o grupo retomara os trabalhos havia cerca de um mês. A forma atual de execução do programa gera essas discontinuidades, fator bastante prejudicial, pois além de se interromperem as ações com os usuários, provoca instabilidade nos trabalhadores da política, na incerteza entre o desemprego e a retomada do trabalho.

Nesse processo inicial de participação nas reuniões com a equipe, algumas impressões do diário de campo merecem destaque, sendo apresentadas como forma de fornecer elementos para uma compreensão sobre o processo de proximidade e estranhamento de um campo já conhecido por minhas experiências de trabalho, como relatado na introdução desta dissertação.

A escolha das famílias se deu por indicação do coordenador técnico do programa durante a segunda reunião de participação com a equipe completa para a discussão dos casos, no dia 29 de agosto de 2016. Frente ao retorno recente do programa, foi levado em consideração, além dos critérios já citados - como a inclusão na modalidade familiar e a procedência de Fortaleza - a conveniência e a possível aceitação dessas famílias que, em momento posterior, formalizaram sua participação a partir dos Termos de Consentimento e de Assentimento.

O papel dos técnicos do PPCAAM vai além da visita e atendimento domiciliar, eles passam, em parceria com a família, a ser grandes articuladores e mediadores nesse novo espaço de moradia que visa a proteção. São eles que negociam com a rede, orientam as famílias, ajudam no estabelecimento de regras, etc.

2.3. Estudo Piloto

O estudo piloto foi pensado para avaliar e verificar a adequação da metodologia das entrevistas narrativas. Nesse sentido, ressaltamos os apontamentos de Flick *apud* Souza, Branco e Lopes de Oliveira (2008. p. 366) no que se refere ao estudo piloto, que destaca:

O treinamento do entrevistador; a realização prévia e a análise detalhada de entrevistas-piloto; o cuidado com o registro e a transcrição detalhada da entrevista e do contexto da narração; além da introdução de um passo de validação comunicativa, envolvendo os participantes na interpretação de informações.

Como explicitado anteriormente, o programa estava em lapso convenial quando o estudo piloto foi realizado. Isso significou alguns meses de paralisação para que o novo recurso, referente aos três próximos anos de execução do programa, entrasse em caixa e, com isso, houvesse a recontração dos profissionais. Esse não foi um problema para o desenvolvimento do campo, que se deu alguns meses depois, quando o programa retornou. Foi, porém, problema para realização desse estudo piloto, uma vez que não existiam adolescentes incluídos no PPCAAM que pudessem ser entrevistados naquela data.

Tendo em vista essa limitação, me perguntei: qual a melhor maneira de escolher um interlocutor para a realização da primeira entrevista? Até que me veio a possibilidade de entrevistar algum jovem que tivesse se aproximado da pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência, devido à minha proximidade com esse trabalho, uma vez que tal pesquisa teve por objetivo investigar as trajetórias de vida de adolescentes vítimas de homicídio através do contato com suas famílias. A partir daí, encontramos famílias que, além de terem perdido um ente querido, infelizmente tinham outros jovens ameaçados. O contato com essas famílias se deu através de um articulador comunitário nos bairros pesquisados, pessoa responsável por fazer uma aproximação inicial para verificar a aceitação da família em participar da pesquisa.

Nessa aproximação com o trabalho de pesquisa do referido Comitê, eu havia entrevistado a avó de um dos jovens assassinados e, nessa ocasião, existiam outros adolescentes da família que já não iam mais à escola por conta de ameaças sofridas. Como o perfil dos nossos interlocutores era de jovens ameaçados, pedimos para o articulador comunitário do bairro fazer novamente o contato com um jovem dessa família, dessa vez tendo por intento realizar esse estudo piloto.

O contato foi realizado e o jovem aceitou. A entrevista piloto aconteceu em condições bem favoráveis, nos deslocamos até a comunidade onde ele morava e o articulador comunitário o convidou para ir numa escola próxima à sua casa. Na escola foi disponibilizada a sala da biblioteca para que conversássemos.

Ainda que tivéssemos vivência há alguns anos em trabalhos com adolescentes em diversos contextos comunitários e institucionais, ir ao encontro desse jovem nos remetia a alguns questionamentos: como ele aceitou assim tão facilmente conversar? Como será simplesmente perguntar sobre sua vida? Se alguém nos propusesse isso, como reagiríamos? E se ele não quiser falar? Não sabíamos que, em meio a essas dúvidas, uma conversa instigante emocionante e surpreendente nos aguardava, que se desenvolveu muito bem, especialmente por ser o primeiro contato com o jovem.

Sobre sua história, sabíamos anteriormente que Arlindo⁶ tinha 21 anos, era primo de segundo grau de um jovem cuja avó foi entrevistada por nós através da pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência, como referido anteriormente. Arlindo sofrera uma tentativa de homicídio, que teve por consequência uma bala alojada no ombro e também participou de um projeto social com esse articulador comunitário do bairro, que propiciou nosso contato com ele.

O que mais essa conversa traria? Como ele significaria tantos outros acontecimentos da sua história? O caminho foi pedindo que contasse um pouco sobre sua vida, o que ele achasse que seria importante dizer. E ele não teve nenhuma dificuldade em começar a narrar muitos fatos, ainda que houvesse se denominado tímido posteriormente. Um fato que pode ter contribuído para o estabelecimento desse rápido clima de confiança foi a nossa relação de amizade com o articulador comunitário, que o conhecia desde a infância.

A nossa apresentação como pesquisadora, psicóloga e membro do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência possivelmente o fez pensar sobre

⁶ Todos os nomes citados são fictícios.

que recorte utilizar inicialmente naquela relação que estabelecíamos e o jovem prontamente iniciou sua narrativa de muitas aventuras, alegrias, tristezas e desafios vividos na relação com o grupo vinculado a atividades criminosas que ele participava. Para Bruner (2007), a história de uma vida, tal como é contada a uma pessoa é uma produção conjunta do narrador e do expectador. E os temas abordados devem ser vistos à luz dessas trocas.

Conversamos ao longo de uma hora e meia e, em seguida, compartilhamos um lanche oferecido pela escola. A entrevista, atravessada por momentos difíceis de serem narrados, foi fluída e em alguns momentos rimos juntos, em outros nos surpreendeu o seu relato, além de ter sido possível conhecer gírias e outras manifestações suas, isso nos aproximava e indicava nosso interesse pela sua história de vida e pelo seu relato.

Em dois momentos ele falou que estava sendo significativa aquela conversa, disse primeiramente *“tem dias bons e tem dias ruins né... mas hoje o dia tá bom...”* e, ao terminar, falou: *“eu tava precisando botar tudo pra fora”*, revelando a natureza catártica que foi narrar sua vida, e assim confirmando a pertinência da metodologia escolhida, tendo em vista que possibilitou a expressão da construção de sentidos sobre as vivências, surgindo daí os significados e sentidos sobre risco e proteção.

Como diz Bruner (1997), as entrevistas autobiográficas se fazem de modo informal e aberto, com o propósito de encorajar a produção de sentidos e significados através do relato, em vez das respostas mais categóricas obtidas em entrevistas padronizadas. Interessava-nos entender como se dava a construção da narrativa espontânea daquele jovem sobre sua vida, a seu modo.

Apresentaremos um pouco da rica história desse jovem, dançarino de hip hop, namorador, apegado à avó, que sonha em comprar uma moto e sente saudades dos amigos que se foram. Arlindo mora em uma comunidade da periferia de Fortaleza desde o seu nascimento, com a irmã mais nova e os avós paternos. Sua casa, quando criança, era muito pequena, mas pelo esforço do trabalho do seu avô, hoje aposentado, a casa cresceu e ganhou novos compartimentos. Sua mãe morreu quando ele estava com 14 anos e seu pai mora com a nova esposa em outro bairro, não tão longe dali, mas apesar da pouca distância, o pai não o visita com frequência.

O jovem fez até o 9º ano, mas relata que não aprendia, e quando começou a se envolver em atividades ilegais como roubo, tráfico, porte ilegal de armas, abandonou a escola. *“Porque eu ia mesmo pra escola só pra merendar”*. Participou de aulas de teatro no bairro no

início da adolescência, facilitadas pelo articulador comunitário que proporcionou a realização dessa entrevista. Quando o projeto terminou, Arlindo lamentou o fim, afirmando que por falta de atividades interessantes os jovens se envolvem com atividades ilegais e ainda influenciam os amigos a se envolverem também.

É significativo perceber que ele inicia sua narrativa afirmando “*a minha vida era normal mesmo... longe dessas pessoas*”. Isso demarca no começo da narrativa as mudanças em sua trajetória, a partir das interações estabelecidas. “*Aí teve um dia que um primo meu me incentivou a usar droga né... aí daí o tempo foi passando e a gente foi se envolvendo... aí eu já roubei também, só não matei, mas já trafiquei com eles também*”. O tempo, como processo e movimento, aparece como aprofundamento do envolvimento com atividades ilícitas.

Arlindo, ao narrar, parece estabelecer certos fatos e momentos anteriores ao envolvimento com o crime, que o inscrevem na vida de outro modo, demonstrando novamente a influência do primo nesse aspecto. “*Comecei a me incentivar por ele mah... pra essa vida... que eu só andava todo playboy réi... não dava valor a essas músicas assim de bandido não... antigamente...*”

No aspecto afetivo, Arlindo namorou mais de dois anos com Andressa e dessa relação eles tiveram um filho que está com dois anos, mas ele só consegue vê-lo quando uma vizinha, amiga da sua ex-companheira, vai pegá-lo na casa da jovem mãe. Ele tem receios em se deslocar até a comunidade onde o filho mora, revelando como esses adolescentes e jovens vivem em uma dinâmica sitiada em suas comunidades. No diálogo abaixo, ele aprofunda um pouco mais como se dão seus deslocamentos de maneira geral e as estratégias escolhidas para isso:

Excerto nº 1

P: Tu sai do bairro?

Arlindo: Saio, mas eu saio só, sabe, não gosto de sair com gente não... só se for com mulher né? Com homem não! [...] Sei lá... Eu acho que é porque os homi ficam parando...

P: Policial?

Arlindo: É... Aí eu não gosto não, eu... Aí eu ando sozinho mesmo [...] aí quando eu não saio só, eu levo uma criança mais eu... Porque eles não vão parar eu com uma criança... Eu vou pro Canelinha [nome fictício], quando não é pro Canelinha é pro Jaguá [nome fictício]... Vou de bicicleta mesmo... Às vezes eu faço uma caminhadazinha na avenida... Eu e um amigo meu...

P: Quem são as crianças?

Arlindo: São meus primos, o irmão do Tobias... pequenozinho... tipo uns 8 anos...[...] aí quando eu saio ele já pergunta logo... tu vai pra onde? Eu vou sair... ei deixa eu ir mais tu? Rumbora... [...] aí ele vai mais eu...

O jovem se sente relativamente seguro em sua comunidade e teme por sua integridade física ao sair dela, sentindo-se muitas vezes ameaçado, restringindo sua movimentação a um raio muito pequeno de deslocamento, já que as comunidades que ele cita são vizinhas à sua. Esses meninos acabam, muitas vezes, permanecendo sitiados nos seus pequenos territórios. “Sob o signo da ameaça, do medo e da morte, os moradores da favela conduzem sua existência pelo beco estreito da incerteza, espremido entre a desconfiança ‘de fora’ e a hostilidade ‘de dentro’.” (LYRA, 2013. p. 147).

Esse cenário de insegurança interna e externa à comunidade de seu convívio é percebido com clareza, especialmente quando está em jogo o tráfico de drogas. Isso também se evidencia quando algumas estratégias para lidar com o risco são utilizadas, como se acompanhar de crianças para evitar abordagens policiais ou se assegurar de que o território está livre de “inimigos” para poder circular e realizar atividades de lazer. As narrativas a seguir são bastante esclarecedoras neste sentido.

Excerto nº 2

Arlindo: Eu ganhava 2 mil conto só de droga, quando dava 2 meses os meninos mandavam eu ir buscar o dinheiro. [...] Eles ligavam pra mim e chamava... ei mah vai ali, buscar um dinheiro ali...de um cara que tá me devendo aí... aí eu ia lá, lá nas quebrada, aí ele dizia... ei mah leva uma criança mais tu na bicicleta. Aí eu fui, peguei um meninozinho, um primozinho do Soim, aí ele era bem pequenininho assim, aí eu peguei ele botei ele na bicicleta e fui lá pegar esse dinheiro.

Excerto nº 3

Aí pronto, aí chegamo lá, aí tava com o dinheiro lá, ficamos só de boa... com dinheiro óia... A gente tomava só redbull, aí fumava maconha, era bom demais... (risos). Aí ficava só na nossa brincadeira lá... achando graça. Nesse tempo nossas áreas tava tranquila, não tinha nada de inimigo não... ai a gente saía pra qualquer canto...”.

Outro tema abordado na entrevista se referiu ao apoio ou não das famílias frente às situações de envolvimento com o tráfico e outras situações ilegais dos jovens. Neste aspecto, seu relato expressa modos distintos das famílias, dele e a do seu primo, compreenderem os elementos protetivos para as vidas dos seus jovens. Em sua narrativa compara as duas famílias e afirma “*Ah não sei não, é certo e errado, acho os dois*”. “*A família não quer que você saia pros canto porque tem medo... O Soim já tinha levado um bucado de atentado lá*”. Faz referência à necessidade da família em proteger o adolescente

dos riscos que pode correr na rua e complementa o entendimento dele sobre a percepção da família *“aí no lugar dele fazer essas coisas num canto que a gente não sabe, é melhor fazer em casa mesmo, que pelo menos a gente tá perto deles”*.

Para Arlindo, o ambiente de apoio da família de Soim se estendia aos demais membros do grupo... *“Aí quando a gente roubava a gente levava pra casa dele, era tudo pra casa dele”*. *“O engraçado é que ele (Soim) traficava na casa dele mesmo, a família dele toda apoiava”*. *“pois é... a partir daí [da aceitação da família] ele começou a ser o cabeça do tráfico lá pra nós, aí pronto, onde ele mandava a gente ir, a gente ía”*. O apoio social da família nesse aspecto parecia funcionar para potencializar as atividades criminosas de Soim e de outros jovens que se agregavam em torno dele, da sua família e da casa onde morava.

A sua família, ao contrário, demonstrava rejeição aos seus comportamentos. *“Ahhh minha avó falava, meu avô falava muito”*... *“mah tu sai dessa vida, tu sai desse grupinho”*... *“porque no dia que acontecer uma coisa contigo aí, tu morrer aí”*... *“vai arrumar um emprego que é melhor”*... Quando Arlindo narra esse fato, aparece o limite entre a vida e a morte, na medida em que as interações que estava estabelecendo, naquele contexto, poderiam levá-lo a correr riscos graves, como a possibilidade de morrer. A necessidade de buscar trabalho aparece como uma alternativa com função protetiva e orientadora encontrada pelo avô. Desta forma, a unidade de análise proposta no estudo, a saber, a relação entre vida e morte, parece sintetizar no relato os sentidos que vão sendo atribuídos ao risco e à proteção.

Diante de situações de vulnerabilidade social, cada pessoa se organiza com os diferentes suportes de que dispõe, tanto sociais como individuais. Entretanto, esses suportes (os fatores de proteção) se efetivarão como tal, de acordo com o que representam e de como se articulam com a história particular de cada um e com suas condições concretas de existência (COLAÇO *et al.* 2013. p.26).

As famílias compreendem a proteção sob muitos aspectos, às vezes diferentes ou até contrários. Bruner (2013) aponta que a cultura não se localiza em uma só peça e nem em um patrimônio de histórias, mas na dialética, na exigência de chegar a acordos com opiniões contrárias e até conflitivas. No caso da avó de Soim, em entrevista realizada anteriormente, a mesma se mostrou intransigente na defesa do neto, narrou uma situação em que os policiais do Ronda do Quarteirão abordaram Soim e o encostaram na parede para agredi-lo e ela saiu correndo para protegê-lo: *“eu me metia no meio”*. *“Eu perguntava pra ele, tu tá devendo algo? Ele dizia:- tô não vó!”*.

Durante a Copa do Mundo em 2014, Soim, primo de segundo grau e melhor amigo de Arlindo, o chamou para matar uns jovens de outro grupo. *“Eu já tinha deixado, por causa do meu pai e da minha avó que eles não aceitavam... ei Arlindo bora, bora pegar os menino ali. Aí eu... não mah, não vou não, porque meu pai tá em casa e não dá certo não. Ele vai me levar lá pra casa dele...”*. Ainda que os amigos o incentivassem e o falecimento da mãe possa ter aparecido como algo que o fez *“não ter mais nada a perder”*, ele se recusa frente à presença do pai. A rede de amigos aparece como um fator de risco ou proteção a depender do contexto.

A partir daí podemos observar, na história do jovem, um entrelaçamento entre os fatores de risco e proteção, destacando, contudo que uma situação de risco não pode ser definida a priori. O risco, ao ser visto em processo e em movimento, muda seus sentidos e significados a depender das condições contextuais e das interações estabelecidas. E os fatores de proteção, por sua vez, também dependem da percepção e significação dadas pelo sujeito, para que contribuam com um desenvolvimento saudável e reduzam a incidência de resultados negativos diante do risco (BESSA; GERMANO, 2013).

Dando continuidade à narrativa de Arlindo, em seguida ele diz que seus amigos eram *“tudo confiável, aonde eles íam chamava, era tudo confiável mesmo, ficava tudo junto, merendava junto, só não dormia junto. Risos.”* Para Lyra (2013), andar junto e confiar são temas muito valorizados e que costumam aparecer em conexão. Significado de estar em grupo e ser fiel a esse grupo. Assim, ele alternava entre o se aquietar e o estar envolvido a depender das relações estabelecidas com sua família e com os líderes do grupo, em especial seu primo Soim, que servia de termômetro em sua vida. Em diálogo com essa perspectiva, temos em Bruner (2013)

A construção da identidade não pode avançar sem a capacidade de narrar, uma vez com essa capacidade, podemos produzir uma identidade que nos vincule aos demais, que nos permita, de forma seletiva, voltar ao passado, enquanto nos preparamos para a possibilidade de um futuro imaginado (p. 124).

Ao relatar a tentativa de homicídio sofrida, o jovem expressa a importância da família em sua vida e os temores diante do risco iminente de morte. *“Mah será que quando eu levar um tiro, será que alguém vai se lembrar de mim? Num sei... não sei se a minha família vai chorar... eu ficava sempre sonhando que os caras vinham e matavam eu, aí pronto, aí aconteceu comigo esse atentado [tentativa de homicídio]...”*. Diante da possibilidade

iminente da morte, o jovem constrói os sentidos da importância da sua vida junto aos seus. “É preciso fraturas nos terrenos a que estamos habituados para que as ricas dinâmicas narrativas transcorram.” (BRUNER, 2013. p.126). Ao contar e recontar nossas histórias construímos uma estrutura ao que experimentamos e dessa forma nos aproximamos do que era estranho.

As experiências de proteção percebidas nas atitudes de sua família para com ele são pontos de sustentação que, em momentos marcantes, como a visita do avô (com quem expressa um vínculo especial) no momento da sua hospitalização, o fazem buscar alternativas de mudança do seu envolvimento. Chega a “pedir perdão a Deus” e iniciar em um trabalho, como zelador de um prédio na área nobre da cidade, onde Arlindo trabalhou por um ano e dois meses. Contudo, acredita que por sua timidez as pessoas não gostavam dele, e essa característica o impediu de alçar um posto melhor: *“aí apareceu até uma oportunidade de porteiro... aí a síndica... mas ele não fala muito com a gente, ele é só calado na dele... aí não deu pra mim não... ela não me colocou não...”*. Arlindo relata que após perder essa oportunidade *“deu uma fraquezazinha”* e começou a faltar trabalho por perder o ânimo.

No excerto abaixo ele caracteriza e conclui a relação com o trabalho:

Excerto nº4

Arlindo: Já, trabalhei de zelador, trabalhei de lavador de ônibus... de servente, mas eu gostava mais de zelador... eu trabalhei de zelador já umas 4 vezes...

P: E porque tu gostava?

Arlindo: Sei lá...(risos) não sei se é porque é maneiro, é porque é maneiro, trabalho de zelador é maneiro [trabalho leve]... difícil mesmo é só pegar ônibus lotado...todo dia de manhãzinha... eu acordava 4 horas da manhã...aí eu ficava só pensando em comprar uma moto... meu sonho era ter uma moto, só que eu nunca consegui comprar uma moto... pronto aí daí agora...eu tô desempregado agora, não tem moto, não tem nada. Aí sabe começa a dar aquela tentação de novo de querer voltar pra essa vida... de poder pegar um carrão...um corola... é mah... cabeça vazia é oficina do diabo.

O trabalho, ainda que pudesse estar funcionando como proteção para o jovem, não é visto como algo que traga prosperidade, mesmo parecendo ter sido significativo e importante até determinado ponto, o ajudando na ressignificação da relação com a família, mas a perda da oportunidade de ser porteiro e a posterior demissão o faz sentir saudade de encarar alguns riscos na vida.

Os elementos de sua narrativa vão delineando sentidos diversos sobre o que se apresenta como risco e proteção, a depender do modo como interagem, nos vários momentos da sua vida. Depois da tentativa de homicídio que Arlindo sofreu, um primo seu foi vingá-lo,

mas não conseguiu matar a pessoa. Um tempo depois, veio uma retaliação e mataram outro primo e, três meses depois, mataram o Soim. “[...] *ái atiraram nele (Soim) umas doze vezes, aí desse dia praí eu me aquietei mais, arrumei um emprego né, não queria mais essa vida pra mim...*”. O que se sobressai na sua narrativa são as experiências vividas neste limite entre vida e morte, o que o faz recuar, em alguns momentos, da dinâmica de envolvimento com atividades ilícitas e se dar conta dos riscos e das estratégias para evitá-lo.

Arlindo conclui sua história dizendo que ainda gostaria de ser aquele menino de 16 anos, porque ali habitava a felicidade e a liberdade, naquele tempo tinha amigos, armas e mulheres, mas agora já não confia em sair e, além disso, se considera tímido para paquerar as meninas.

O risco é ativamente buscado - com a atração direcionada para o menos e não para o mais: longe de provocar [desafiar] a morte, há um doce abandono a ela por meio do álcool, da droga, da fuga ou da vagabundagem. Ou seja, uma entrega total aos perigos inerentes aos comportamentos considerados de risco que, apesar de promoverem uma resistência na medida em que transgridem os referentes morais que absolutizam os valores sobre a vida e os modos de viver, por outro acabam se entregando a outras modalidades de poder, que também possuem suas verdades e solidificações nas possibilidades de existir (PONTES, 2011. p. 65).

Os sentidos são, então, construídos segundo um contexto, a partir da consideração do próprio jovem sobre suas experiências e percepções, o que também traça modos de existir e de se posicionar frente às escolhas tomadas. A narrativa se apresenta como construtora das várias identidades que são assumidas pelo narrador e, dessa forma foi possível encontrar elementos para compreender os sentidos de risco e proteção construídos nesse exercício de narrar.

2.4 Procedimentos para a produção do *corpus* da pesquisa

2.4.1 Entrevista Narrativa

A escolha pela entrevista narrativa para a construção do *corpus* se deu na medida em que esta possibilita um espaço de interação e diálogo, onde as identidades em relação podem ser construídas e inventadas no processo. Essa característica metodológica nos foi importante, tendo em vista o novo contexto de vida em que os adolescentes foco do estudo

estavam inseridos, nos fazendo pensar numa estratégia de maior liberdade na construção do contato com os interlocutores para a elaboração dos dados.

Esse tipo de método não possui um roteiro estruturado, trata-se de uma entrevista aberta, buscando entender a reconstrução dos acontecimentos a partir da fala de quem os narra. No caso desse estudo, apenas solicitei ao entrevistado que falasse um pouco como está sua vida agora que faz parte do Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte – PPCAAM. Durante a entrevista questionei as rotinas de vida, os contatos com as redes de apoio e os impactos psicossociais da proteção para o adolescente. As entrevistas, com as devidas permissões, foram realizadas com os adolescentes em espaço residencial, conforme acordado antecipadamente.

Ao possibilitar ao sujeito rever sua história no momento em que narra, a entrevista narrativa compreende também as negociações presentes naquele momento.

Nós construímos e reconstruímos continuamente um eu, na medida em que nos exigem as situações que encontramos, com a orientação das nossas lembranças do passado e das nossas experiências e medos para o futuro. Falar de nós a nós mesmos é como inventar um relato sobre quem somos, o que aconteceu e por que fazemos o que estamos fazendo ⁷ (BRUNER, 2003. p. 93).

As narrativas produzidas pelos adolescentes sobre os sentidos de risco e proteção nos forneceram pistas para compreendermos de que forma eles redimensionam a ameaça, já que, pela narrativa, o adolescente informa e ressignifica suas experiências. Assim, os sentidos de risco e proteção construídos pelos adolescentes são relativos, uma vez que cada sujeito vivencia essas dinâmicas de forma particular.

2.4.2 A observação no cotidiano

Além da inserção no campo para a realização das entrevistas narrativas para a construção do *corpus*, utilizei as observações no cotidiano para compreender os impactos psicossociais associados à situação de ameaça dos adolescentes incluídos no programa de proteção.

⁷Tradução livre

Entendemos a observação no cotidiano, do ponto de vista da linguagem em ação, como co-construção do/a pesquisador/a e das pessoas que participam com ele/a de cenas cotidianas, requerendo do uso de variadas formas de registro que deem conta da fluidez e complexidade de descrições situadas, mais ou menos participantes, todas elas contribuindo para a compreensão dos sentidos produzidos – pelas pessoas às suas vidas (CARDONA, CORDEIRO E BRASILINO, 2014. p.129).

Para isso, acompanhei as ações desenvolvidas pelo PPCAAM/CE, que estão organizados a partir de visitas domiciliares periódicas às famílias, onde são realizados atendimentos e encaminhamentos, visando à reinserção da família na rede de serviços locais, tanto os que envolvem recursos públicos (educação, saúde, etc.) como os desenvolvidos por ONGs, por associações ou outras formas de organização comunitária.

As observações também foram desenvolvidas no acompanhamento de 13 reuniões sistemáticas da equipe completa do PPCAAM de agosto de 2016 a fevereiro de 2017. Durante esses encontros foi possível compreender e participar da dinâmica de visita de algumas famílias. No processo da observação, dentre vários elementos, atentei para o conjunto das regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes do grupo social, como essas regras são obedecidas ou transgredidas e como ocorrem os sentimentos de amizade, antipatia ou simpatia que permeiam os membros do grupo (QUEIROZ *et al*, 2007).

“[...] um dos desafios da pesquisa social nessa perspectiva é a entrada nos lugares como o caminho mais apropriado para nos aproximarmos das pessoas [...]” (CARDONA, CORDEIRO E BRASILINO, 2014. p. 125). Acrescente-se, ainda, que a observação faz parte de um processo de negociação entre o pesquisador e os grupos a serem observados. “A observação é compreendida como um empreendimento dialógico não controlado, envolvendo, em alguma medida, tanto os conflitos e tensionamentos quanto a colaboração entre pesquisador/a e pessoas, grupos ou comunidades que fazem parte da pesquisa.” (CARDONA, CORDEIRO E BRASILINO, 2014. p. 123).

No caso desta pesquisa, a inserção se deu por eu ter sido Psicóloga da equipe do PPCAAM anteriormente, fato que possibilitou o estabelecimento prévio de vínculo e confiança com aquele grupo de profissionais, permitindo, por meio da participação nas reuniões da equipe, a aproximação com o cotidiano das famílias.

A pesquisa no cotidiano supõe a convivência do pesquisador em espaços de natureza pública, participando das ações e compartilhando da cultura que as sustenta. Essa postura ancora-se em uma abordagem construcionista da pesquisa social, que busca compreender os sentidos produzidos pelas pessoas nas interações cotidianas, que só

podem ser pesquisados nos microlugares (CARDONA, CORDEIRO E BRASILINO, 2014. p. 126).

A escolha desses instrumentos está relacionada aos propósitos da pesquisa, adequando-se significativamente aos mesmos, pois, tanto as entrevistas quanto as observações no cotidiano, são consideradas formas de práticas discursivas interativas, por meio das quais se produzem sentidos e se constroem versões da realidade pesquisada.

2.4.3. A análise documental

Esse recurso metodológico não foi utilizado de forma aprofundada, como temos nas típicas análises documentais, onde há seleções de vasto material, técnicas de separação das informações e as análises de conteúdo, uma vez que o intuito consistiu apenas em complementar as informações obtidas nas entrevistas e observações já descritas.

Assim, para fins desse trabalho, escolhi dois instrumentais de registro dos profissionais do PPCAAM como fonte documental, de forma a resgatar a riqueza de informações a partir desses materiais e ampliar o entendimento do contexto de entrada dos adolescentes no programa. A esse respeito, nos esclarece o autor a seguir:

A análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência (SÁ-SILVA; ALMEIDA E GUINDANE, 2009. p.10)

Para tanto, utilizei as fichas de pré-avaliação e as entrevistas de avaliação (ambas em anexo) dos dois adolescentes pesquisados. A ficha de pré-avaliação objetiva mensurar e compreender inicialmente a ameaça. Nela há perguntas sobre o ameaçador, seu poder de persecutoriedade, os meios para concretização, se tal situação se estende à família e quais medidas já foram adotadas para cessar ou mitigar o problema.

O instrumental da entrevista de avaliação qualifica e aprofunda as informações sobre a ameaça, buscando elementos prévios da vida do adolescente e da sua família. Nesse documento temos os relatos abertos da instituição que está encaminhando o caso, da criança/adolescente e da família. Em seguida, são obtidas informações mais detalhadas da região da ameaça, sua extensão territorial, os motivos, o tempo, quais fatores podem

potencializar o risco, se há redes de proteção e, por fim, a situação de saúde, jurídica, escolar da criança/adolescente, sua composição familiar, habitação e perfil socioeconômico.

Essas informações permitem aos profissionais construírem um parecer de inclusão ou não quanto a entrada do adolescente e da sua família, e, em caso afirmativo, programarem todo o processo de mudança por qual passará os protegidos.

2.4.4. A construção do Corpus

Utilizamos duas formas de registros do *Corpus*: diários de campo e gravação das entrevistas – estas de acordo com as devidas autorizações. A escolha pelos diários de campo vem em função destes conterem impressões afetivas e pensamentos que refletem os sentimentos, as reações e o valor da vivência para o investigador que o registra, como também se destacam pelas narrativas encontradas no diálogo espontâneo com pessoas integrantes do contexto de pesquisa.

Isto possibilita a ampliação do *corpus*, pois ao falar dos caminhos percorridos se fornecem mais elementos para as interpretações possíveis apresentadas durante esses diálogos (MONTERO, 2006). Acreditamos que os diários de campo enquanto “[...] produto de uma observação é mais do que uma forma de ‘atualizar’ ou ‘representar’ graficamente uma experiência. É, sim, a inauguração de outra(s)” (MEDRADO; SPINK E MÉLLO, 2014. p. 281).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, os diários de campo foram particularmente importantes, pois os contatos com os adolescentes ameaçados se deram no ambiente familiar, junto com a equipe técnica do PPCCAM. Isto por um lado facilitou o acesso às famílias, por outro, tornou minha aproximação vinculada ao Programa, dificultando uma percepção a meu respeito sem a contaminação dessa relação com as demandas dos familiares. Portanto, a escolha foi pela observação das dinâmicas estabelecidas nesse cenário, e o registro das observações pelos diários, sendo assim uma ferramenta atuante como propõe Medrado; Spink e Mélllo (2014. p. 278)

Propomos que tais instrumentos sejam considerados como participantes da pesquisa, tal como outros personagens nela envolvidos (pesquisador e entrevistados, por exemplo). Deter-nos-emos nos cadernos de anotações, conhecidos como “diários de campo”, tratando-os como “atuantes”. [...] Com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa. Esse

companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto, tornando o diário também um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa. Ao invés de atores contrapostos (pesquisador/pesquisado; técnicas/instrumentos; tema/objetivo), temos na pesquisa uma conjugação de fluxos em agenciamentos coletivos produzindo a própria ação de pesquisar.

Os autores, ao considerarem que os diários não representam uma relação dual entre o pesquisador e seu caderno de anotações, entendem que “[...] inscreve-se nele a intensidade de nossas impressões; traça-se um mapa de intensidades em um movimento sinuoso de ir e vir às anotações” (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014. p. 278).

Monteiro (2006. p. 305) complementa essa ideia acerca dos diários de campo explicitando que “São registros de aspectos de interesse metodológico, vivencial e cultural, incluem comentários indicadores de mudanças, obstáculos, receio, desconfiança, confiança e segurança. Testemunham as mudanças ocorridas ao longo do tempo através do processo de pesquisa.”⁸ (MONTERO, 2006. p. 305).

Nesse sentido, tive com os diários pretensão semelhante à dos autores que seguem, “[...] de deslocá-los da condição de ‘meio’ de acesso à experiência, para torná-los companheiro que nos acompanhava abrindo-se e fechando-se para impressões de toda ordem: dos deslumbramentos às decepções; das desconfianças aos questionamentos, à incerteza que mobiliza” (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014. p. 290).

Por fim, os diários registraram as relações entre quem investiga, as pessoas, os fenômenos investigados, expressando o vínculo estabelecido com o campo escolhido e com a vida compartilhada no cotidiano. Além disso, contribuiu para desenvolver a capacidade de observação e descrição do observado (MONTERO, 2006).

2.5 Os participantes e as dinâmicas das suas famílias

Aqui caracterizarei os participantes da pesquisa e suas famílias, abordarei o primeiro contato com eles e o contexto em que essa experiência se deu. Dos casos incluídos no PPCAAM quando comecei a participar das reuniões, somente dois eram de adolescentes em modalidade familiar e oriundos de Fortaleza, os demais eram de adolescentes em acolhimento institucional, moradia independente e transferidos tanto do Ceará para outros estados, como o contrário.

⁸ Tradução livre.

Portanto, dos dois casos que obedeciam aos critérios estabelecidos, um era do Edi⁹ e o outro de Nando, incluído no programa posteriormente. Após o término das visitas a Edi, iniciei as visitas a Nando. Nos dois casos, recebi respostas afirmativas das famílias quanto a proposta de pesquisa.

O adolescente Edi tinha histórico de situação de rua, havia passado por acolhimentos institucionais e, depois da inclusão no PPCAAM, se encontrava em uma cidade com uma boa rede socioassistencial. O primeiro contato com ele e com sua família, no município em que estavam protegidos, se deu junto aos técnicos do PPCAAM.

Nando também tinha uma trajetória de muitas vulnerabilidades, sua família havia sido incluída recentemente no Programa, era composta por um casal de mulheres e seis filhos. Eles estavam protegidos em uma cidade da região metropolitana de Fortaleza, o que facilitava meu deslocamento no acompanhamento as visitas da equipe.

Nesse contexto de contato com as famílias, era comum que os técnicos dissessem: *“ah! estou atendendo uma família que é boa pra você acompanhar!”*. Essa afirmação pode revelar tanto que eles tinham entendido as características das famílias que eu buscava, como que o meu olhar podia contribuir para o acompanhamento deles.

No que se refere aos aspectos éticos e sigilosos, a pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal do Ceará, estando de acordo com a Resolução 466/1992, do Conselho Nacional de Saúde. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido foram assinados pelos pais dos adolescentes, autorizando a participação destes na pesquisa e o Termo de Assentimento foi assinado pelos adolescentes. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. A identidade dos participantes não foi mencionada em nenhum momento e os locais citados foram substituídos por outros, garantindo o anonimato.

A seguir, apresento os dois casos estudados, detalhando suas especificidades e possibilitando uma melhor compreensão do processo de análise.

2.5.1 Edi: o menino do rap

A família do adolescente em questão é composta por quatro membros, são eles: o adolescente foco da proteção Edi (16 anos); a mãe Aparecida; a irmã dele mais nova,

⁹ Todos os nomes utilizados são fictícios.

Manoela, de seis anos e o pai da família, o Sr. Paulo, que não entrou inicialmente na proteção, sendo incluído em seguida. Desde o primeiro atendimento do Conselho Tutelar foram narrados os conflitos do pai com o filho adolescente. A família está protegida em uma localidade que chamaremos de Cidade da Serra, localizada a quase 250 km de Fortaleza.

Quanto aos aspectos da moradia, esta tinha um bom espaço e era bem arejada. Composta por uma sala ampla, dois quartos, dois banheiros e cozinha. Na primeira visita à família houve uma boa recepção de todos e, logo na entrada da casa, avistei a criança de seis anos, Manoela, que estava deitada em uma rede na sala. Dirigi-me a ela prontamente e iniciávamos, ali, uma boa relação de afeto que perduraria nas visitas posteriores.

O adolescente tem um cachorro chamado Sued, que ficou na residência anterior da família, ele demandou o transporte do cachorro, no entanto, ninguém conseguiu se aproximar do animal, somente o adolescente, pois Sued é arisco e bravo. O adolescente falou algumas vezes: “*eu sou o Sued e o Sued é eu*”, como se ele se identificasse com as características do cachorro e vice-versa.

Em uma das reuniões de equipe, o Psicólogo do PPCAAM descreveu Edi: “*o adolescente é meio caricato, cabelo descolorido, cordão grande, mas é meio gordinho com um olhar meio perdido, também tem constantes alterações de humor*”. Para Diógenes (1998, p. 22). “As imagens anunciadas através do uso de marcas não podem ser interpretadas fora da sua inscrição territorial. Em cada lugar, o estilo instaura uma cadeia particular de diferenciações, de semelhanças e de confrontos específicos.”.

Nos contatos estabelecidos com o adolescente, ele estava geralmente com o celular na mão e os fones no ouvido, segundo ele, escutando rap. Falou de alguns grupos que gostava e dos movimentos da cidade em torno do tema. Acrescentou que costumava escrever umas letras, mas que não gostava de mostrá-las.

O pai da família, Sr. Paulo, trabalhava em um supermercado do seu irmão e pediu demissão para acompanhar a família. Mostrava-se bastante calado e tímido, de forma que a maior parte das obrigações da casa ficavam sob responsabilidade da sua esposa, a Sra. Aparecida. Ele faz uso abusivo de álcool e, como consequência, tem uma relação conflituosa com a família. A Sra. Aparecida, esposa do Sr. Paulo e mãe de Edi, pareceu ser uma mulher de muita força, coragem e desenvoltura, com uma grande disponibilidade para mudança e novos aprendizados, além de muito comunicativa.

Realizei junto a equipe quatro viagens para visitas domiciliares à casa da família, cada uma com dois dias de contato intenso. Em geral, no primeiro dia, utilizávamos dois turnos manhã e tarde e, no segundo dia de visita, concentrávamos as atividades no período da manhã. Abaixo segue, de forma resumida, as ações e as atividades ocorridas durante as quatro viagens.

A primeira viagem ocorreu nos dias 05 e 06 de setembro de 2016 com o objetivo de apresentação da proposta de acompanhamento da família junto aos técnicos, que foi aceita por todos os membros. Os turnos de visitas foram destinados à atualização das relações entre a família, visita às instituições da assistência social e profissionalização.

A segunda ida à cidade ocorreu nos dias 19 e 20 de setembro, com o objetivo, mais uma vez, de acompanhamento das demandas dos membros, que perpassa desde as relações e conflitos familiares à inserção do grupo nas diversas instituições da cidade. A Sra. Aparecida compartilhou, logo no início, suas dificuldades frente aos conflitos existentes na casa e relatou como o filho estava se portando frente a alguns acordos combinados com a equipe técnica do PPCAAM.

A terceira visita à família ocorreu nos dias 20 e 21 de outubro de 2016. Esse encontro foi um pouco mais rápido, ficamos com eles dois turnos, na quinta à tarde e na sexta no período da manhã. No primeiro dia, a Educadora Social, o Psicólogo e os pais do adolescente se dirigiram a um Projeto de mediação de conflitos – uma parceria da Defensoria Pública com uma faculdade do município, momento importante que gerou diversos encaminhamentos e desdobramentos para a família. No período da tarde, como os ânimos da família pareciam estar tranquilos, e já era a minha terceira visita, pensamos, eu e a equipe, que poderia ser um momento adequado para fazer a entrevista com Edi (as nuances desse processo estará nos capítulos de análise à frente).

A quarta visita à família ocorreu nos dias 03 e 04 de novembro. A Sra. Aparecida, estava preparando bolos e outras comidas, quando chegamos. Disse que já estava vendendo haviam 10 dias e que voltava para casa sem nenhuma mercadoria, mostrando a inserção produtiva que ela vinha alcançando. Além disso, com o auxílio da assistente social do projeto de mediação de conflitos, Aparecida conseguiu tirar a carteira de trabalho do adolescente e já o encaminhara ao Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para pleitear uma vaga de emprego. A família vinha desenvolvendo bons aspectos de inserção, mas cada um a seu modo e separadamente. Entre eles os conflitos eram intensos e constantes.

Em uma das curtas conversas com o adolescente durante as visitas, ele passou por nós escutando som em volume alto e aproveitei para estabelecer uma interação:

Excerto nº 5

P: Que som é esse que tu tá ouvindo?

Edi: TRIBOS DA PERIFERIA¹⁰.

P: De onde é?

Edi: Sei lá... [e termina o papo]

Depois ainda ficamos um pouco na sala com o adolescente. Ele, mesmo conversando de forma objetiva, às vezes até monossilábica, disse que gostava também de ouvir Sabotagem, Racionais e Crioulo, todos artistas da cena rap nacional. A esse respeito temos que:

O *rap* valoriza a palavra, celebra a palavra, num momento em que sua posição cultural, no universo dos jovens seduzidos pelo tráfico, parece ceder força a brutalidade armada, em cujo campo de experiência predomina o reducionismo semântico, a mimetização onomatopeica, numa escala mental de extremos, sem nuances e gradações: o grunido, a gíria elíptica, o esgar, o escárnio e a cauterização de toda eloquência. O *hip-hop* acena com a paz politizada, que se afirma com agressividade crítica, isto é, com estilo afirmativo do orgulho reconquistado. A *atitude* é o avesso da violência. Mesmo sendo mais abrangente que a linguagem verbal, incorporando as modulações da coreografia e do grafismo criativo, a *atitude* cultua a oratória pública e a riqueza lexical das rimas, pontuadas pelo ritmo. (SOARES, 2005. p. 84).

Edi ainda trocou conosco algumas poucas palavras, como a vontade de ir a festas locais, a saudade de uma amiga que está em Fortaleza, o término do namoro atual e o desejo de ter um cartão de memória no celular para gravar uma maior quantidade de músicas. Sua mãe também havia mostrado a Assistente Social da equipe um rap composto por Edi, narrando sua vida, e ela acrescenta que percebe os avanços do filho nesse processo de proteção.

Essa conversa com Edi foi uma das mais duradouros e espontâneas que tive, já que as chances de aproximação eram poucas, tanto por certa ausência dele durante as visitas, como pelo fechamento que ele demonstrava frente às presenças “institucionais”. Essa foi a nossa última visita à família para a pesquisa, tendo em vista algumas tensões que se

¹⁰ Banda de Brasília (hip hop/rap) – gravou o primeiro CD em 2002 e em 2005 ganharam maior repercussão. <https://www.letras.com.br/biografia/tribo-da-periferia>. Acesso em 11 de junho de 2017.

acumularam, a dificuldade de viajar com a equipe e a possibilidade que foi se delineando do desligamento deles do Programa.

2.5.2 Nando: o menino cozinheiro

A família do adolescente em questão é composta por duas mães, bem ativas no cuidado com os filhos, a quem chamaremos de Poliana e Mara. Poliana tem 7 (sete) filhos, 5 (cinco) deles, homens, entraram na proteção e 2 (duas) mulheres que não entraram. Mara se intitula o “homem da casa”, tem uma filha de 2 anos, gosta de trabalhar fora e se orgulha de contribuir com o sustento da família. Poliana apresenta alguns problemas de saúde e permanece a maior parte do tempo em casa, faz comidas para vender e cuida dos filhos.

A casa da família, situada em um dos municípios da região metropolitana de Fortaleza, é ampla, tem um pequeno jardim à frente, com uma área para os meninos brincarem, sala, cozinha, dois quartos onde os filhos se dividem e o quarto das mães.

Nando (16 anos), foco da proteção, também foi encaminhado pelo Conselho Tutelar, após viver em situação de rua por conta das ameaças sofridas. É um menino doce e diz querer aprender a cozinhar. Sua comida predileta é bolo mole. Relata gostar muito dos irmãos, da mãe e enfatiza o afeto por Mara (companheira de sua mãe), que segundo ele, faz parte da família. Confidencia-me que todos esperam mudança por parte dele e ele espera atingir essa expectativa.

Seus demais irmãos são: Wesley (19 anos), bastante sociável, adora músicas de forró, ficando boa parte do dia com fones no ouvido, tentando reproduzir as músicas que ouve. O jovem tem dificuldade na fala, mas demonstra boa compreensão do que é dito, faz uso de medicações psicotrópicas por conta das crises epiléticas e recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Simão, 14 anos, vê no adolescente Nando sua fonte de inspiração. Segundo a mãe Poliana, tudo que Nando faz, Simão quer repetir. Davis, 13 anos é um adolescente bastante apegado à mãe e entra em conflito com Simão muitas vezes, pela proximidade das idades e distinção das vontades e desejos. Léo tem 10 anos e é o mais novo dos filhos da Sra. Poliana, é o cuidador das plantas da casa, característica reforçada por seus irmãos diante do nosso elogio ao jardim.

Além dos 5 (cinco) meninos da casa, tem Luiza, filha de Mara, de apenas dois anos, com um corpo magrinho, possui uma desenvoltura motora impressionante, corre bastante, salta, rola, cai, levanta. A dinâmica de brincadeiras com os meninos mais velhos parece ter contribuído para a formação dessas habilidades na pequena.

Diante dessas características do grupo familiar, a equipe avaliou que o município escolhido para a proteção deveria ter três importantes elementos: CAPS, para o acompanhamento de Wesley (19 anos), escola e creche de fácil acesso, dado o número de pessoas em idade escolar, como também possibilidades de comércio, pois as mães da família trabalhavam de forma autônoma, vendendo lanches e outras comidas.

A Sra. Poliana tem ainda duas outras filhas que não entraram na proteção: Pablana (20 anos), mora com o marido e tem um filho de três anos. E Juliana (18 anos), também mora com o marido, mas não tem filhos. A mãe nos informou que Juliana sofre violência doméstica e nas visitas subsequentes à família, a Sra. Poliana, ao falar com a filha por telefone, chorou bastante ao saber que os conflitos entre ela e o companheiro continuavam. Nesse momento, Poliana sugeriu que a filha também entrasse no programa, fato não concretizado posteriormente, por escolha da jovem.

Como essa família tem uma composição mais complexa, com mais membros envolvidos, segue essa tabela resumo para melhor entendimento.

Tabela 5 - Composição da família de Nando

Filhos da Poliana		Filha da Mara	
Nando/ 16 anos	Entrou na proteção	Luiza/2 anos	Entrou na proteção
Wesley/19 anos	Entrou na proteção		
Simão/ 14 anos	Entrou na proteção		
Davis/ 13 anos	Entrou na proteção		
Léo/ 10 anos	Entrou na proteção		
Pablana/ 20 anos	Não entrou na proteção		
Juliana/ 18 anos	Não entrou na proteção		

Fonte: Autoria própria.

Essa família estava localizada a uma menor distância, por isso, as visitas da equipe eram mais frequentes. Para mim foi possível a realização de três visitas, tendo em vista os objetivos a serem cumpridos e a intercessão de agendas com o PPCAAM. Passávamos um

turno do dia com eles, chegávamos por volta das 9h e ficávamos até às 12h, ou no período da tarde de 14h às 17h.

A primeira visita ocorreu no dia 13 de dezembro de 2016 e teve como objetivo a apresentação da proposta de pesquisa aos membros da família, tudo se encaminhou bem, a família aceitou participar, ainda que não estivessem todos os membros naquele momento. Além disso, dirigi-me junto a Assistente Social, o Motorista, a mãe de Nando – Poliana e seu irmão – Wesley ao Banco Caixa Econômica Federal para reaver o Benefício de Prestação Continuada (BPF) do Wesley. Durante o trajeto a mãe narrou alguns fatos do cotidiano da família.

Na segunda visita, no dia 11 de janeiro de 2017, era um dia de chuva, o céu estava com um nublado intenso, chegamos às 10h da manhã e estavam todos os membros em casa. Também fomos bem recebidos pela família e pouco a pouco os conheci. Mais uma vez, os técnicos tinham como objetivo o atendimento às demandas apresentadas no processo de reinserção da família.

Quanto à minha presença, foi possível estabelecer vínculos com mais facilidade, inclusive com Nando. E mesmo a família tendo mais que o dobro de membros do que a família de Edi, a casa e as relações tinham uma harmonia diferente. Já nesse segundo encontro, perguntei sobre a possibilidade de uma entrevista com Nando, que concordou prontamente, mesmo com o pouco tempo de contato que tínhamos. E começamos a desenvolver essa primeira conversa, a educadora social estava conosco, enquanto o Psicólogo estava com os demais membros da família. Como estávamos na parte da frente da casa, local onde seus irmãos costumam brincar, o áudio da entrevista ficou um pouco comprometido e, frente a isso, propusemos um segundo momento.

A terceira visita ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2017, a mãe do adolescente, Poliana, mais uma vez fez uma narrativa sobre o comportamento dos filhos em geral e, em especial, de Nando, que havia se desentendido com um dos irmãos. Conversou sobre a inclusão dos filhos na escola e a inserção produtiva dela e da companheira, como também consegui continuar a conversa que estava tendo com o adolescente no encontro passado. Ao final da conversa deixei claro que era o nosso último encontro e agradei pela abertura ao diálogo, me comprometendo a dar um retorno após a conclusão do estudo. Nando perguntou prontamente: “*onde você vai trabalhar agora?*”. Essa pergunta revela a ligação que ele faz da

minha presença com o Programa, como se minha participação nas visitas fosse devido ao trabalho junto ao PPCCAM.

2.6 O processo de análise interpretativa das narrativas

Com base na perspectiva histórico-cultural, subsidiada pela compreensão de Bruner sobre a narrativa e pela concepção dialógica da linguagem orientada por Bakhtin, foi feita uma análise interpretativa das narrativas dos adolescentes, estabelecendo inicialmente algumas categorias analíticas teóricas: adolescência/juventude; violência; vulnerabilidade social; risco; proteção e apoio social. As mesmas seguem abaixo para melhor visualização:

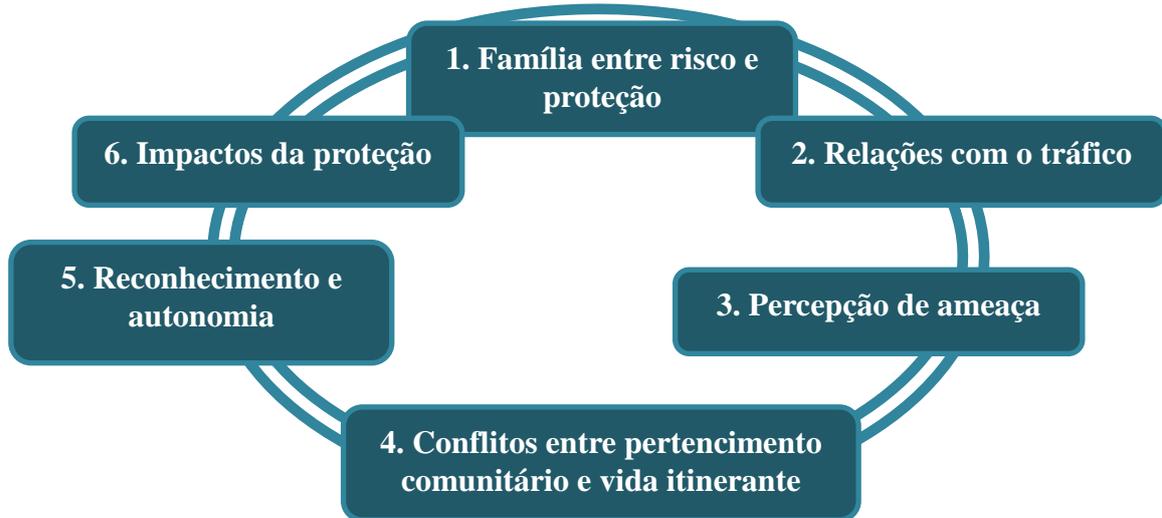
Ilustração 1 – Categorias analíticas teóricas



Fonte: Autoria própria

Com a inserção no campo e com a reunião dos materiais – como a transcrição das entrevistas com os adolescentes e a produção dos diários de campo a partir das observações –, foi possível produzir *o corpora*, composto por esses textos, e então construir categorias analíticas empíricas derivadas das anteriores, que se mostraram relevantes para o entendimento do problema de pesquisa. São elas: família entre risco e proteção; relações com o tráfico; percepção de ameaça; conflitos entre pertencimento comunitário e vida itinerante; reconhecimento e autonomia e impactos da proteção. Vide esquema seguinte:

Ilustração 2 – Categorias analíticas empíricas



Fonte: Autoria própria.

Assim, realizei uma análise com base na triangulação das fontes de dados, reunidas com as anotações dos diários de campo, transcrições das entrevistas narrativas e documentos de acompanhamento dos adolescentes e suas famílias produzidos pelos técnicos do PPCAAM.

A adequação desse tipo de desenho metodológico justifica-se na medida em que uma investigação sobre um fenômeno complexo como risco e proteção, considerando-se o marco teórico apresentado, requer o entendimento dos contextos histórico e cultural nos quais o trabalho se realizou e amplia o olhar para a construção de outros arranjos institucionais e subjetivos.

Nessa perspectiva, busquei elementos nas narrativas dos adolescentes entrevistados que indicassem a *unidade de análise* proposta no presente estudo, ou seja, a unidade mínima necessária para entender a construção dos sentidos de risco e proteção. Com base na definição de Vigotsky (2000. p. 8), “[...] subentende por unidade um produto da análise que, diferente dos elementos, possui todas as propriedades que são inerentes ao todo e, concomitantemente, são partes vivas e indecomponíveis dessa unidade”.

Como unidade de análise foi proposta a presença discursiva da relação entre vida e morte nas narrativas dos adolescentes e, a partir daí, foi possível tecer elementos que apontassem para a compreensão dos sentidos atribuídos aos signos risco e proteção.

Para Bakhtin (2006) “[...] um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou

apreendê-la de um ponto de vista específico” (2012, p. 32). Temos em Bakhtin a insistência na dimensão axiológica dos enunciados, da sua singularidade e da particularidade contextual. Além dessa dimensão, os componentes dos Círculo de Bakhtin, como Medvedev, expõem outra premissa fundamental para seu raciocínio:

Nós, os seres humanos, não temos relações diretas, não mediadas, com a realidade. Todas as nossas relações com nossas condições de existência – com nosso ambiente natural e contextos sociais – só ocorrem mediadas semioticamente. Vivemos, de fato, num mundo de linguagens, signos e significações. (FARACO, 2009. p. 48).

Dessa forma, os adolescentes em proteção no PPCAAM reconstroem sentidos e significados na relação consigo, mediados por suas famílias e seu entorno cultural, tendo em vista as novas vivências a que estão submetidos. Complementando a conceituação sobre signos, temos:

Para Medvedev (como para todo o Círculo de Bakhtin) os signos são intrinsecamente sociais, isto é, são criados e interpretados no interior dos complexos e variados processos que caracterizam o intercâmbio social. Os signos emergem e significam no interior de relações sociais, estão entre seres socialmente organizados; não podem, assim, ser concebidos como resultantes de processos apenas fisiológicos e psicológicos de um indivíduo isolado; ou determinados apenas por um sistema formal abstrato. Para estudá-los é indispensável situá-los nos processos sociais globais que lhes são significação. (FARACO, 2009. p. 48).

Convém ainda situar no processo de significação as lentes do pesquisador em diálogo com seus interlocutores, afim de que o objeto não seja adequado e enquadrado com a finalidade de responder perguntas. Para Faraco (2009, p. 49) “A relação do nosso dizer com as coisas (em sentido amplo do termo) nunca é direta, mas se dá sempre obliquamente: nossas palavras não tocam as coisas, mas penetram na camada de discursos sociais que recobrem as coisas”. Smolka (2004, p. 41), complementa esse entendimento ao afirmar que:

A contribuição de Vygotski está em sua preocupação com as *condições materiais de produção* (da significação), isto é, a produção de signos e sentidos enraizada nas condições concretas de existência; a consideração dos mecanismos psicológicos, enraizados na, mas não restritos à esfera orgânica, e a ênfase nos indivíduos-em-relação afetados pela produção e produto da própria atividade socialmente organizada.

Essa retomada teórica teve como objetivo esclarecer elementos importantes para análise no que se refere aos processos de significação por meio da linguagem, propostos por

Vigotski e Bakhtin, considerando as dimensões contextuais, sociais e axiológicas presente nos enunciados dos nossos interlocutores.

Desse modo, as categorias analíticas teóricas (adolescência/juventude, violência, vulnerabilidade social, narrativa, risco, proteção e apoio social), já comentadas no início desse tópico, foram organizadas nos capítulos seguintes, de forma que o campo pudesse dialogar com a teoria e com os temas escolhidos de maneira coerente e pertinente.

3 RISCO, PROTEÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

3.1 Situando os estudos sobre risco

Os estudos sobre o conceito de risco têm sido alvo de discussões nas últimas duas décadas nas ciências humanas (BECK, 1997; SPINK, 2001; LA MENDOLA, 2005), juntamente com o conceito de vulnerabilidade, muitas vezes atrelado e posto como sinônimo de risco. Nesse contexto, é possível observar uma forte relação entre os sentidos históricos do risco com as mudanças nas formas de controle social, onde a linguagem dos riscos mostra-se a partir dos seus contextos de uso, configurando-se através de três dimensões:

Uma forma de se relacionar com o futuro, uma forma de conceituar risco e uma forma de gerir os riscos. Considerando, inicialmente, o risco como uma *forma específica de se relacionar com o futuro*, nunca é demais reiterar que a palavra risco emerge na pré-modernidade, ou seja, na transição entre a sociedade feudal e as novas formas de territorialidade que dariam origem aos Estados-nação (SPINK, 2001. p. 1279).

Ainda segundo a autora, a humanidade ao longo de sua história enfrentou diversos desastres naturais, como também aqueles decorrentes das guerras ou os riscos decorrentes do “estilo de vida”, entretanto, esses eventos não eram denominados riscos, mas referidos como perigos, fatalidades ou dificuldades, até porque a palavra “risco” ainda não constava nas línguas indo-europeias. A própria emergência da palavra risco nas línguas latinas dataria do século XVI, pensado a partir da possibilidade de controle de eventos futuros.

Para Ruotti, Massa e Peres (2011), na modernidade se produz uma nova forma de lidar com o futuro, abandonando as formas utilizadas anteriormente e, a partir daí, instaura-se o risco como referência central, cujo sentido diz respeito “[...] a possibilidade de prever probabilisticamente os acontecimentos futuros (cálculo de riscos) e agir de forma colonizadora em relação a este futuro, mesmo considerando a imprevisibilidade que lhe é intrínseca (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011. p. 383)”.

É esse tipo de relação com o futuro que gera o clima propício à incorporação plena da perspectiva do “risco”. Não que haja uma ausência de qualquer disposição ante o futuro numa economia pré-capitalista. Trata-se, entretanto, de um futuro pautado na “previdência” – a habilidade de “ver de antemão” a partir da inscrição na própria situação, a partir da identidade entre tempo de trabalho e tempo de produção (SPINK, 2001. p. 1279).

A possibilidade de usar o conceito de risco como estratégia de governo envolveu um longo processo que se desenvolveu em paralelo à teoria da probabilidade, com início no século XVII e, posteriormente, da estatística. A estatística aparece inicialmente como um ramo da ciência política, que tinha por missão colecionar e categorizar fatos relevantes e encontrará sua primeira função na Ciência da Polícia dos estados alemães dos séculos XVIII e XIX (SPINK, 2001). Ainda de acordo com Spink (2001), o ápice da primeira fase da gestão dos riscos data do século XIX, na ciência sanitária, que formará o Estado do Bem-Estar Social e, em meados do século XX, vemos uma progressiva passagem para o domínio da epidemiologia que permitirá, por meio das análises de risco,

Estabelecer associações probabilísticas de distribuição populacional de um determinado agravo entre diferentes condições objetivas, mensuráveis, como idade, sexo, renda, etc., apresentando caráter eminentemente quantitativo e populacional. Trata-se, neste sentido, de uma categoria abstrata e analítica que pressupõe certa relação de dependência entre um fator de exposição (fator de risco) e um efeito à saúde, segundo o modelo de raciocínio causal. A identificação de fatores de risco a um determinado agravo constitui, assim, um eixo fundamental das análises que sustentam as práticas preventivas em saúde (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011. p. 279).

Essa evolução do conceito de risco resultará no aperfeiçoamento de um campo de saber denominado *gestão de riscos*, um campo que resulta do casamento entre o cálculo de probabilidades e a herança da função política da estatística, e que irá gerar os sofisticados modelos de análise de riscos. (SPINK, 2011. p.1280).

O campo conceitual dos riscos englobou, na década de 1950 do século XX, três áreas de especialidade: a primeira, **o cálculo dos riscos**, comentado anteriormente; a segunda especialidade voltou-se **à percepção dos riscos**, buscando influir nos comportamentos danosos para a saúde do corpo e do meio ambiente; e a terceira perspectiva, **a gestão dos riscos**, que vem de uma evolução e aperfeiçoamento das demais e nos interessa para esse estudo em particular. “A gestão dos riscos compreende quatro estratégias integradas: os seguros, as leis de responsabilização por danos, a intervenção governamental direta e a autorregulação, progressivamente, passou a incorporar também a comunicação sobre riscos (SPINK, 2001. p. 1280).”.

A gestão de cada pessoa está vinculada à gestão da informação em uma sociedade que prescinde de instituições educativas. Com isso, a exigência para a produção de sentidos no cotidiano implica a criação de novas formas de vigilância, contida no autocontrole do

estilo de vida, que se difunde, por exemplo, por meio do monitoramento de diagnósticos preventivos em saúde (SPINK, 2001).

Temos como exemplo em Ayres (*apud* RUOTTI; MASSA E PERES 2011) a estigmatização ocasionada pelos estudos no campo do HIV/AIDS, principalmente aqueles realizados no início da epidemia nos anos 1980. Nestes estudos, certos grupos passaram a ser identificados como “grupos de risco” e, com isso, o conceito adquire um caráter individualizante, marcado pela pertinência de sujeitos a determinados grupos, com características específicas que passam a ser alvo privilegiado das ações preventivas. Essas características e ações demarcam fronteiras identitárias, controlando, apoiando e criando medidas de isolamento e abstinência sexual.

La Mendola (2005) ainda acrescenta a perspectiva que atenta para o cuidado em tratar a dimensão do risco atrelada a pressupostos negativos

O deslizamento do significado do termo “risco” para seus possíveis resultados negativos oculta os pontos nodais da questão: como se Colombo quisesse naufragar ou como se um empresário, que funda sua própria identidade social no fato de assumir o risco do empreendimento, desejasse o fracasso de sua atuação econômica. É preciso, ao contrário, partir da ideia de que o perigo é uma condição imanente da vida individual e social, e que faz parte do conjunto de fatores que se interpõem entre as ações dos agentes e a tentativa de alcançar os resultados desejados explícita ou implicitamente. (LA MENDOLA, 2005. p. 60).

La Mendola (2005) complementa a abordagem dos estudos sobre risco, ao dizer que o apaixonamento moderno pelas atividades de risco nasceu da desvalorização dada aos sentidos pelo mundo contemporâneo, somado à perda de legitimidade dos referenciais e dos valores, numa sociedade onde tudo se torna fugaz, passageiro, instável e fluido. Ao tempo em que a autonomia se amplia, traz consigo o medo, o sentimento de vazio e a solidão, provocando instabilidade no panorama social e cultural.

A afirmação de uma escolha juntamente com a responsabilidade dos seus resultados é tomada individualmente, não estando isenta de culpabilização, uma vez que é mediada por processos sociais. Então, embora proporcione certa margem de liberdade ao abrir novas possibilidades, impõe o peso de uma responsabilização individual, nem sempre possível de ser sustentada. Assim, o controle dos riscos se vincula cada vez mais a estratégias individuais, já que, socialmente, há uma maior isenção em relação à responsabilidade coletiva de gestão dos riscos, assentando sobre os indivíduos o ônus pelos possíveis efeitos negativos (LE BRETON, 2007).

Neste sentido, a construção do risco como possibilidade de previsão do futuro, tendo como objetivo o controle das situações, vem de um longo caminho, delineado e aperfeiçoado por meio de teorias da probabilidade, da estatística e, posteriormente, da epidemiologia, repercutindo nas estratégias formuladas para a prevenção em saúde, assentadas e legitimadas na centralidade do indivíduo.

Essa dinâmica incidirá sobre alguns públicos na sociedade, em especial sobre um tipo de juventude que se encontra vulnerável nas periferias e é, em sua maioria, negra. Essa será irrevogavelmente culpabilizada por seus males e controlada pelos riscos que poderá trazer a si e ao outro.

3.2 As estratégias de controle na adolescência e juventude: risco e vulnerabilidade social

Conforme La Mendola (2005), o risco assume forma e relevância particulares para a fase juvenil, na medida em que representa as primeiras experimentações de um processo de construção e afirmação da própria identidade, traduzida por meio de um prolongamento da transição à vida adulta, no âmbito de uma dinâmica de desinstitucionalização do curso da vida.

Para as autoras Lemos; Scheinvar e Nascimento (2014), o risco passa então à cena política de proteção às crianças e aos jovens, como modo estratégico de defesa e prevenção, que se materializa nas práticas de diversas instituições. Essas conceituações vão sendo fabricadas ao considerar o risco como um acontecimento que pode trazer danos e, por isso, precisa ser medido para diminuir as possibilidades de problemas futuros. Os cálculos de risco se vinculavam à produção de estimativas estatísticas e o uso de estratégias de conscientização da população por meio de informações sobre os fatores de risco. É como se a exposição ao risco fosse o resultado da ausência de conhecimento de algumas informações e aos modos de acessá-las.

Nessa maneira de analisar o acontecimento risco, havia uma desqualificação daqueles considerados culpados pelos riscos a que ficavam expostos, por ignorarem os perigos que cercavam seus modos de vida e atitudes. Tratava-se de uma abordagem que individualizava a produção de riscos e engendrava estigmas (LEMOS; SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2014. p. 159).

Nessa transição da sociedade disciplinar para a sociedade de risco, como afirma Spink (2001), ocorrem deslocamentos importantes, mudando a natureza dos riscos, os

mecanismos de gestão das populações e as estratégias de gestão das pessoas, principalmente no que concerne à juventude. Assim, Lemos; Scheinvar e Nascimento (2014) apontam que "estar em perigo" e "ser perigoso" geram duas possibilidades de ação. A primeira situação provoca a necessidade de proteção para a garantia de um futuro, enquanto a segunda gera a necessidade de controle desse alvo, desse indivíduo que se torna ameaça para o funcionamento de um cotidiano de normas e regras, podendo ser eliminado para que se cumpra o estabelecido.

A primeira promove ainda um "[...] cordão sanitário ao redor da infância, em nome da promoção do seu desenvolvimento, compensando possíveis deficiências de um processo evolutivo [...]" (LEMOS; SCHEINVAR E NASCIMENTO, 2014. p. 162)". Os perigos e os riscos vão sendo medidos para potencializar mecanismos de segurança. A gestão dos riscos promove ainda um tipo de investigação sobre a infância e a vida familiar, com o objetivo de determinação do sujeito em função dos antecedentes que formaram sua história, portanto, qualquer acontecimento ocorrido ao longo da vida, que esteja fora da norma, pode colocar sua vida sob suspeita. (LEMOS; SCHEINVAR E NASCIMENTO, 2014).

Nessa perspectiva, o PPCAAM, como *locus* do nosso estudo, ao compor a rede de proteção social, faz uma análise sobre a ameaça de morte direcionada a uma criança ou adolescente levando em consideração tanto a história pregressa do adolescente, que o levou àquela condição, como ao funcionamento do conjunto de serviços destinados a essa população. Portanto, temos um conjunto de práticas constituídas e orientadas para a gestão de segmentos específicos da população, que aparecem através de ações e normas sutis no cotidiano.

Porém, no PPCAAM, mesmo sob a lógica formada em torno do controle para a proteção, são inventadas formas criativas de escape à vigilância. Os adolescentes e suas famílias encontram, frequentemente, formas de renegociação e até de resistência ao estabelecimento de normas e regras previstas no acompanhamento, exemplificadas na pactuação do horário de volta para casa do adolescente pela noite; no uso das mídias sociais e de outras formas de comunicação, que são restringidas no ambiente da proteção.

Ainda nesse campo de discussão, não podemos perder de vista a inclusão de uma breve abordagem sobre o campo da vulnerabilidade social em diálogo com o risco e a proteção nas práticas sociais, uma vez que risco e vulnerabilidade, muitas vezes, apresentam-

se associados, e a proteção passa a ser entendida como pressuposto para a superação das condições anteriores.

A abordagem da vulnerabilidade é caracteristicamente interdisciplinar, ancorada nas ciências humanas e sociais e busca compreender a dimensão dos sentidos e dos significados da exposição dos sujeitos a determinadas situações de risco, bem como as implicações e os efeitos diferenciados dessas exposições nas trajetórias individuais e interativas (RUOTTI; MASSA E PERES, 2011).

Rivero e Torossian (2009) alertam para o problema em considerar aspectos relacionados à vulnerabilidade social a partir dos índices de pobreza, indicando que é urgente voltarmos o olhar para a inclusão ou não da população nas políticas públicas em geral. Dessa forma, os sentidos de vulnerabilidade podem contribuir tanto para igualar uma determinada população, mantendo-a em um lugar de risco, como construir estratégias de empoderamento e autonomia que apontem para aspectos positivos, a partir de relações estabelecidas em determinados contextos.

Conforme Correa e Souza (2011), a vulnerabilidade social, no sentido mais usual, sintetiza a ideia de uma maior exposição e sensibilidade de um indivíduo ou de um grupo aos problemas enfrentados na sociedade e reflete uma nova maneira de entender as dificuldades de acesso a serviços sociais como saúde, educação, segurança e justiça de algumas pessoas e grupos específicos.

Ampliando a discussão, Abramovay (2002) trata o estudo da vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado repercutirá em uma série de desvantagens para o desempenho e mobilidade social de alguns grupos sociais.

A discussão apresentada por Guzzo *et al.* (2013) nos posiciona em uma sociedade que se configura sob a égide do capitalismo, ou seja, fundada na exploração do homem e da mulher, por meio da sua força de trabalho, tendo como finalidade máxima o aumento do lucro e da acumulação de riquezas, produzindo a alienação de quem trabalha e impondo condições de desigualdade entre as pessoas que, por sua vez, transformam as relações humanas e distorce valores de cooperação e coletividade.

Assim, a violência permeada pelas relações de trabalho, estrategicamente instalada em prol do interesse e enriquecimento de poucos, tem feito o homem centralizar em si a culpa por sua infelicidade, pois são inculcadas as ideias de igualdade nas oportunidades disponíveis. Como na prática isso não se confirma, sentimentos de exclusão e não pertencimento são comumente vivenciados, principalmente por adolescentes e jovens, ao darem início as tentativas de inclusão nas tramas em que a sociedade se estrutura.

Castro e Abramovay (2005) complementam nosso entendimento acerca do conceito de vulnerabilidade ao saírem da referência única atrelada a “riscos”, demonstrando que, quando se amplia o debate em torno das desigualdades sociais e dos problemas estruturais dos jovens como sujeitos de direitos, é possível haver pertinência entre os enfoques dados pelas políticas públicas juvenis às situações de vulnerabilidade. Acrescentam também o sentido de alerta que as situações de vulnerabilidades sugerem, como desencantos, pedidos de socorro, falta de referências e projetos coletivos que mobilizem os jovens.

Por último, as autoras acima discutem a concepção de “vulnerabilidades positivas”, que podem ser caracterizadas como formas de agitos, rebeliões ou outros tipos de manifestações, ou seja, algumas formas de ser dos jovens, entendidas muitas vezes pelos adultos como negativas, mas que colaboram para singularizar processos de afirmação e engajamentos político. “É quando se traz para o debate um quarto enfoque, o da participação dos próprios jovens, por vetores que não se confundam com clientelismo ou manipulação política, mas se o equacione com acessibilidade a distintos recursos, inclusive o de fazer e de mudar o fazer política (CASTRO; ABRAMOVAY, 2004. p. 02)”.

Isto posto, as noções de risco e vulnerabilidade voltadas à infância e à adolescência se materializam na prática de diversas instituições como estratégias de proteção, como o PPCAAM, por exemplo. As concepções de vulnerabilidade ao trazerem elementos relativos às desigualdades sociais e às questões estruturais contribuem na formulação de políticas públicas que podem gerar tanto empoderamento e autonomia como podem manter certos grupos sociais sob as mesmas condições de dificuldade de acesso aos direitos básicos, gerando desvantagens na mobilidade social.

3.3 As tensões criadas em torno das dinâmicas de risco e proteção

O PPCAAM possui como objetivo proteger a vida de crianças e adolescentes, diminuindo os riscos e as vulnerabilidades por quais passaram ao longo das suas trajetórias, levando-os à situação de ameaça de morte. Para isso, trabalha com a premissa da voluntariedade do adolescente e da sua família que, ao acessarem a política, devem se comprometer com dois eixos que estruturam as ações do programa: a pactuação de acordos e regras e a reinserção social da família em instituições como escola, programas de profissionalização, etc. “O PPCCAM não trabalha com refúgio”, diz a coordenadora nacional do PPCAAM, apontando para a característica da proteção integral prevista.

Os acordos e regras objetivam garantir o sigilo do local de proteção da família e, para tal, há restrições de comunicação e de deslocamento dos protegidos com pessoas do local de origem da ameaça ou com outras que possam fazer circular a informação. É preciso ainda ter alguns cuidados com a socialização construída no novo local de moradia, omitindo informação da ameaça aos novos amigos.

No entanto, a dinâmica cotidiana das famílias dentro dessa complexidade obriga os técnicos do PPCAAM a estarem continuamente conversando e repactuando esses acordos e regras, principalmente no que se refere à movimentação do adolescente no novo contexto.

Nas duas famílias que acompanhamos, a volta para casa dos adolescentes no período da noite era, com frequência, um tema conflituoso. Segue o relato registrado no diário de campo da pesquisadora em 19 de setembro de 2016, após visita à casa da família de Edi:

A mãe disse que o filho tampouco estava chegando na hora acordada com o programa, já que o coordenador técnico, a priori, tinha sugerido a volta dele para casa por volta das 21:30h. Aparecida afirmou ter dado uma tolerância de 30 minutos, mas que ele já não estava cumprindo e estava chegando às 23h ou até mais tarde. (DIÁRIO DE CAMPO)

Essa discussão para as famílias em proteção é, em muitos casos, um ponto de tensão entre o adolescente, a equipe e a família. O adolescente ao ser incluído precisa readaptar alguns comportamentos que possam lhe trazer risco. A equipe dialoga com a família que não é seguro para o adolescente estar na rua durante a noite e de madrugada, devido aos perigos que esse contexto pode oferecer. A família concorda com esse acordo, no entanto, o grupo familiar já operava uma dinâmica de funcionamento onde os tipos de acordos

estabelecidos e o cumprimento desses por parte do adolescente não eram monitorados, denotando que a proposta de mudança vai gerando conflitos em todas as partes envolvidas.

Nessa dinâmica entre risco e proteção vemos que os fatores de risco também são analisados em sua relação com os fatores de proteção, tendo em vista que a rede de apoio socioinstitucional ou pessoal disponível entra na dinâmica de atuação das situações de risco e pode minimizá-las. Uma visão processual desses fatores os coloca em uma relação dinâmica, onde risco e proteção podem fazer parte do mesmo fator (COLAÇO, 2013. p. 25).

A Sra. Aparecida narrou que, em alguns momentos, foi buscar o filho junto a seu grupo de amigos na praça e em outros lugares, fato que o fez ficar extremamente chateado e constrangido. Nessa hora, o adolescente reivindicou repetidas vezes: “*eu não sou mais menino, sou um homem, quero que me tratem assim*”. A esse respeito, Diogo Lyra (2013) nos apresenta a busca pelo sujeito-homem desses adolescentes da seguinte forma:

Onde quer que haja vida coletiva, a transformação do menino em homem é regulada por etapas que conferem um novo status ao indivíduo perante seu grupo. Seja nas sociedades tradicionais, seja nas complexas, essas etapas serão sempre simbólicas e sua arquitetura permite a leitura de costumes, crenças e valores de uma comunidade. [...] É imperativo, então, que a passagem para a vida adulta resulte de uma negociação pública na qual, de um lado, o indivíduo precisa demonstrar sua aptidão para a vida em sociedade com base em certos pré-requisitos e, de outro, a confirmação dessa aptidão pelos membros da comunidade da qual advém a modificação do seu status anterior. As únicas variáveis dessa equação social consistem justamente em quais são esses pré-requisitos e em que tempo seu cumprimento pode ser demonstrado (LYRA, 2013. p. 73-74).

Aparecida disse que se preocupava demais com essa situação e que o Sr. Paulo ficava frequentemente perguntando onde Edi estava e o que ele estava fazendo. No entanto, o pai não era capaz de manter uma relação com o filho de forma que legitimasse alguma cobrança, nem de se responsabilizar pelo adolescente junto à sua esposa, pelo contrário, atribuía a difícil tarefa somente a ela endossando o conjunto de cobranças pelas quais a esposa tinha que responder. Diante desses conflitos, o estado de tensão vivido por Aparecida aumentava e ela relatava sentir-se muito ansiosa, com falta de ar, alterações na pressão arterial e insônia.

A mesma temática da relação entre risco e proteção se repete na história de Nando, como consta em diário de campo registrado pela pesquisadora em 11 de janeiro de 2017:

Nando na noite anterior havia pulado o muro e ficado a madrugada na rua. Somente no dia seguinte dona Poliana ficou sabendo da história por uma de suas vizinhas. A punição dada pela mãe diante de tal feito foi deixá-lo o dia fora de casa, impedindo-o de entrar. Segundo dona Poliana, alguns dos amigos do filho foram até sua casa interceder pelo adolescente: “*a senhora não quer chamar ele pra entrar? Ele tá parecendo um mendigo na rua*”, a mãe só chamou o adolescente pra entrar a noite, depois que sua companheira Mara chegou e foi conversar com ele. Segundo a mãe, “*ele ficou preto, de passar o dia no sol*”. É como se dona Poliana quisesse fazê-lo “pagar na mesma moeda” e, com essa atitude, ela tentasse modificar o sentimento do garoto em estar na rua, para que ele valorizasse a casa, ela e seus irmãos. No entanto, com isso o adolescente voltou enfurecido, retomando sentimentos de abandono e negligência, afirmando que preferia voltar ao abrigo que morar com a mãe, tentando atingi-la da forma que fosse possível (DIÁRIO DE CAMPO).

Após a narrativa desse fato por Poliana, saímos com o adolescente para que ele pudesse explicar melhor como ocorreu a história e o psicólogo do programa comentou: “*se você está fora de casa muito tarde da noite, você está se colocando em uma situação de risco, mesmo que você esteja jogando bila, tem uma boca [de fumo] do lado que, por conta do horário, já muda o funcionamento, pode passar alguém, etc.*”. O Psicólogo esclarece que não vigiam a família, que trabalham a partir das relações de confiança e dos pactos estabelecidos. Conforme a citação abaixo, vemos como é tênue a relação que se estabelece entre risco e proteção a partir dos grupos sociais que pertencemos:

A análise dos fatores de risco e de proteção suscita a compreensão de uma série de elementos que constituem a realidade de um determinado grupo social. O cotidiano desta população, suas relações com o mundo do trabalho, suas crenças e suas experiências formam uma realidade específica. De modo que, o que se configura como fator de risco para um indivíduo ou grupo social, pode não sê-lo para outro (EUZEBIOS FILHO; GUZZO, 2006. p. 126).

Abaixo segue alguns trechos da segunda entrevista realizada com Nando em que, diante de uma pergunta geral sobre a vida, ele escolhe relatar as tentativas de homicídio que sofreu, considerando um fato central em sua vida, com repercussões que justificaram sua inclusão no PPCAAM:

Excerto nº 6

P: Se tu fosse escolher algo da tua vida, o que tu escolheria pra contar?

E: Isso lá que aconteceu comigo no Pesqueira [bairro] ou lá do Sítio Iluminado. Porque né a pessoa que chega a beira da morte, vai ser inesquecível.

Dando seguimento à conversa, Nando traz elementos da forma como ele tem significado e reproduzido esses acontecimentos diante do novo contexto social em que está inserido.

Excerto nº 7

P: Tu já contou isso pra alguém [da tentativa de homicídio]?

E: Não. Às vezes eles [os amigos] perguntam eu digo que nós [ele e a família] tava trabalhando na rua né, que era só criança aqui, aí o Conselho Tutelar parou, aí coisou uma ONG pra ajudar nós, aí nós tamu aqui pra melhorar de vida.

É importante informar que as famílias, ao ingressarem em um programa de proteção, são orientadas a contarem, no novo ambiente de moradia, uma história de cobertura que visa garantir o sigilo sobre os fatos que os levaram para aquele local. Em geral as histórias são simples e dialogam com o cotidiano deles. Nesse caso, Nando parece reproduzir possivelmente a sugestão dada pelos técnicos do programa que, de alguma forma, foi internalizada por ele.

No diálogo abaixo, Nando comunica qual sentido de proteção ele construiu diante das suas últimas vivências, desde a passagem por casas de familiares, de pessoas do bairro que pouco o conheciam, acolhimentos institucionais e, por último, a entrada no PPCAAM.

Excerto nº 8

P: Pra ti o que é proteção?

E: Proteção é uma coisa que os outros ajuda pra gente se sentir seguro né?

P: Tu entende outra coisa por proteção?

E: Rapaz é onde a gente se sente seguro.

O adolescente evidencia primeiramente que não é possível sentir-se protegido sozinho e que ninguém se protege sem ajuda. E conclui o sentido dado, atribuindo também ao local a característica de segurança.

Excerto nº 9

P: Tu se sente seguro aqui?

E: Me sinto, porque tando longe de lá né? Agora eu não sei no carnaval, porque quando nós morava lá no Vicentina [bairro], tinha umas pessoas da minha família que vinha passar aqui, porque aqui, como é que se diz... passa na televisão né as coisas que vai ter [atrações], aí vem muita gente de lá, pra passar aqui, vem muita gente de lá.

Nando, ao significar a proteção ligada ao território, dialoga com a concepção em que se embasa o PPCAAM: ao deslocar as famílias de localidade para protegê-las quando não há ou quando se esgotaram os meios convencionais¹¹ para tal objetivo. Esse processo, como citado anteriormente, não visa refugiar os protegidos, mas reinseri-los de forma integral em outro local. Por último, Nando compartilha seu entendimento sobre risco:

Excerto nº 10

P: E por risco? Tu acha que esse lugar atual poderia vir a oferecer algum risco?

E: Rapaz depende né. Porque eu não sei qual é o canto que rola festa né, por aqui, pra eles vir, aí eu não sei, porque as vezes quando vai ter festa, alguma coisa, ficam os cartaz né, essas coisas? Aí às vezes eu ando é muito ali pra banda do calçadão, ali pra banda do monumento, mas eu nunca vi [ninguém] não.

P: Tu acha que risco é o que?

E: Risco é tipo assim, uma coisa assim... alguém possa vir, a pessoa tá ali curtindo alguma coisa... Aí pode ver né e... ligar, dizer que viu fulano de tal por aqui. É isso que eu acho que é risco.

Nando significa e constrói sentidos tanto de risco como de proteção ligados a pessoas e ao território, no que se refere ao risco, ele introduz a diversão e o lazer (as festas) como local, que ao reunir uma quantidade de pessoas de forma aleatória, por meio das divulgações feitas do evento, pode atrair pessoas ligadas aos ameaçadores que informem seu novo local de moradia.

Portanto, risco e proteção se mostram em constante relação diante das mudanças alçadas pelos adolescentes e suas famílias no novo contexto de residência, inserção e interação social. Construindo e reconstruindo sentidos a partir das dinâmicas cotidianas estabelecidas com os técnicos do programa, entre os membros da família e com os atores locais.

¹¹ Considerados mediação de conflitos na comunidade, mudança de território do adolescente e/ou de sua família por meios próprios.

4 VIOLÊNCIA, ADOLESCÊNCIA E AMEAÇA: UMA CORRELAÇÃO NÃO DESEJADA

"Sonho eu já tive, mas agora já é tarde demais."

(Celso Athayde e MV Bill)

Muitos autores têm problematizado a naturalização da relação entre adolescência e violência (SOARES *et al.* 2005; LYRA, 2013; FAUSTINHO; HUGNER, 2015) uma vez que a adolescência vem sendo estudada e nomeada por diversos campos do saber que geram conhecimento sobre o fenômeno como a Pedagogia, a Medicina, a Psicologia, dentre outras. Mesmo com a frequência das análises e dos estudos sobre o tema, poucos desdobramentos têm gerado empoderamento a este público, pelo contrário, as populações juvenis ainda ficam submissas às ações e práticas que visam formas de coerção nos seus modos de viver cotidianos.

Conforme Coimbra (2001), a mídia presta serviços que alocam a criminalidade em um alto patamar, desviando a atenção do público das condições que a produzem e atribuindo ao sujeito, submetido a julgamentos morais, a culpa por seus males, sendo o único responsável por sua morte, por ser atribuída à sua "natureza", ao seu ambiente e à sua história, certos defeitos. Nesse contexto, não é pautada a distribuição da riqueza, tornando aceitáveis as desigualdades, a pobreza e a miséria e contribuindo para a estigmatização de grupos sociais. A esse respeito, a autora complementa:

Vive-se numa sociedade que faz de tudo para que o valor da vida seja visto como uma "idiotice histórica" visto não ter conotação na bolsa, nem competitividade no mercado internacional. Todos aqueles considerados estranhos, diferentes – os conhecidos como cidadãos de segunda classe – vivem cruelmente e são reconhecidos e tratados também de forma cruel. Todos que se tornam supérfluos para a produção de riquezas deixam de ter valor humano (COIMBRA, 2001. p. 62-63).

Há a busca pela demarcação do distanciamento entre o eu e o outro, com o qual não há empatia e que, por ser diferente, não lhe diz respeito. Nesse sentido, a violência tem sido constantemente naturalizada em suas explicações, mesmo que a historicidade dos estudos mostre a miséria sendo produzida por um sistema que exclui vários grupos sociais não sendo, portanto, individualizada por cada sujeito (COIMBRA, 2001).

Para a autora, há um processo de estigmatização de algumas populações ao longo das décadas, apontando que, no início do século XX, a violência foi explicada por questões raciais e eugênicas e teve como resposta ações higienistas. Essas teorias pretendiam expor as "classes perigosas", em todos os casos vinculando-as ao cenário de pobreza e vulnerabilidade.

Na década de 1950 essas "classes perigosas" passam a ser explicadas por determinantes culturais, ou seja, são pessoas culturalmente "pobres" e sem estímulos. A partir da década de 1970, a explicação corrente passa a ser a "desestruturação familiar". Sua conclusão é de que há tempos vem sendo gestada a concepção de "classes perigosas" associada à pobreza, embora as explicações sejam diversas e, de alguma forma, umas se sobrepujem às outras, a depender do momento, mas a ideia por trás disso tudo parece permanecer: são territórios vulneráveis, gerando pessoas "perigosas" que amedrontam as classes abastadas (COIMBRA, 2001).

Essa reprodução foi se dando ao longo dos anos por diversos tipos de instituições e equipamentos sociais e hoje temos a produção de "[...] novos inimigos internos do regime: os segmentos mais pauperizados; todos aqueles que os mantenedores da ordem consideram 'suspeitos' e que devem, por isso, ser evitados e mesmo eliminados [...]" (COIMBRA, 2001, p. 58). A partir daí são produzidas identidades, cujas formas de existir são homogêneas, generalizadas e desqualificadas e, por tal condição, podem ser exterminados. Além disso, há o raciocínio linear de causa-efeito entre pobreza e marginalidade, discurso que ao recair sobre o público adolescente e jovem torna as consequências ainda mais devastadoras.

Nossa base teórica busca compreender e contextualizar as características da adolescência e juventude brasileira em diferentes espaços, contextos e ambientes relacionais. Pressupõe entendê-las como construção e reconstrução por serem forjadas nas interações humanas (COLAÇO *et al.*, 2011) e, por conseguinte, não resultante de uma determinação biológica, maturacional ou ambiental. Entendemos a adolescência como um conceito produzido em determinados momentos e contextos históricos, que se manifesta de diferentes formas e nem sequer existe em alguns lugares.

Dentro de uma lógica pautada no desenvolvimento, por vezes colamos etiquetas e criamos territórios específicos e limitados para o adolescente. Essas identidades o aprisionam e o localizam, dificultando possíveis movimentos. Ao se reafirmar a homogeneidade, nega-se a multiplicidade e a diferença (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Ao ter em vista essa discussão a partir do público jovem, Marcial (2013) aponta que na construção discursiva de juventude tem-se enfatizado sua característica transitória para justificar sua tutela, controle, estigmatização e repressão. Nessa perspectiva, convertermos essa “condição” juvenil em “restrição” e “incapacidade” para explicar uma cidadania deficitária, construímos uma ordem hierárquica na sociedade em que somente o homem adulto, heterossexual, católico, branco, de classe social alta seria o sujeito a poder reivindicar garantias em todos os níveis.

Defendemos, portanto, a combinação de diferentes enfoques no campo de políticas de juventudes, que enfatizem não somente aspectos negativos ou problemáticos dos jovens, mas que atentem para a ideia de que, mesmo sob estruturas vulnerabilizantes, que limitam as possibilidades de mobilidade e de realização do público em questão, é possível construir redes de apoio social que se configurem como fatores protetivos e forneçam subsídios para uma juventude com condições dignas de vida.

Castro (2002) nos apresenta outra dimensão que diz respeito aos sentidos da infância, adolescência, adultez e senescência ao fazer referência às construções humanas como práticas discursivas, sociais e linguísticas – portanto, o sentido se move nas nossas construções discursivas. Assim como homem e mulher, criança e adolescente são definidos reciprocamente e, como dispositivos discursivos para a ação e orientação no mundo, surgem marcados pela posição em que ocupam como construções da realidade, que são históricas e contextuais.

Com isso, as definições do que seja criança, adolescente e adulto são sempre espaços de disputa nos vários grupos sociais. De acordo com esses apontamentos,

Nascer numa mesma época não compreende vivenciar as mesmas experiências. Os fatores sociais e culturais atuantes conformam-se de maneiras particulares de acordo com a posição social ocupada por esses jovens, o que influencia diretamente na formação de suas trajetórias e, conseqüentemente, nas situações de vulnerabilidade à violência. De tal modo, essas situações vêm-se agravadas em contextos específicos, nos quais as condições socioeconômicas são restritas, a falta de acesso a direitos persiste devido à inoperância do Estado e a violência, tanto policial quanto dos grupos ligados ao tráfico de drogas, está intensamente presente. Delineia-se uma conjuntura onde as condutas de risco adquirem um terreno propício e os desfechos fatais para as trajetórias de muitos jovens acabam por compor a triste história de muitas famílias (RUOTTI; MASSA, PERES, 2011. p. 387).

Lyra (2013) concebe os meninos pobres da periferia passando por três fases – a infância, a individuação e a autonomia. “Para o autor, o período de individuação do menino

pobre é, ao mesmo tempo anterior e incompleto se comparado ao processo vivido por outro jovem com a mesma idade, mas de outra classe social (LYRA, 2013. p. 80)”.

Ao precisar complementar a renda da família através de trabalhos precários e não protegidos por lei¹², como bicos e outros afazeres, esses meninos antecipam sua vontade de independência, tendo em vista essas experiências com o mundo adulto. E na fase da autonomia, o garoto que apanhava quando ía para rua em horário inconveniente e inadequado, agora sequer permanece um tempo mínimo em casa. As experiências obtidas na fase da individuação lhe dão forças “[...] para traçar seu próprio caminho e autoproclamar sua emancipação diante da família (LYRA, 2013. p. 83)”. Esse percurso vivido na fase da autonomia passa a exigir novas demandas e com isso a necessidade de mais dinheiro.

E é exatamente nas fases da individuação e autonomia que muitos adolescentes vivenciam um tipo de violência que pode vir a se tornar letal, que são as ameaças de morte. Alguns deles, ao fazerem a entrevista de inclusão para entrada no PPCAAM, acreditam que esta ameaça não será concretizada e entendem que se reconhecer ameaçado é se reconhecer vulnerável e limitado, dessa forma, afirmam que a possibilidade de serem mortos é a mesma possibilidade de matarem. De acordo com a experiência que vivemos enquanto técnicos da equipe, quando a compreensão inicial do adolescente é essa e não se modifica até o fim da entrevista (que produzirá elementos para o parecer de inclusão ou não inclusão), esses meninos não ingressam no programa, na maioria das vezes, por não apresentarem voluntariedade.

A ideia da “vida breve” proposta por Lyra (2013) mostra uma reunião de práticas e ações que se reproduzem em territórios bastante vulneráveis, sem estruturas permanentes do Estado. Para o autor, a adesão do menino da favela, entendendo favela além do espaço somente geográfico, não será explicada por um desejo inicial despertado pelo jovem, mas sim como a formação de uma trama que pode ser apresentada de diversas formas, a partir do que se escolheu destacar do seu emaranhado. Esses meninos desenvolvem uma relação de independência, que não necessariamente está vinculada às fases da vida estabelecidas pela psicologia do desenvolvimento tradicional, mas estão submetidos aos seus contextos singulares.

¹² Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 - Lei do Aprendiz.

Como já dito, o público contemplado foi composto por adolescentes e interessávamos entender como eles narravam suas histórias no ambiente da proteção e de que forma o universo de experiências anteriores os constituíam e os transformavam. Vigotsky (2005) discute que a atividade criadora da imaginação se encontra em relação direta com a riqueza e a variedade das experiências acumuladas pelo homem, porque é a partir dessa experiência que se constrói os edifícios da fantasia. Então, quanto mais rica a experiência humana, maior será o material disponível à imaginação.

Este aspecto tem importância nas nossas análises porque se tratam de adolescentes com vasta experiência de vida, por vezes em perigo, pois integram espaços de socialização em geral violentos. Tal fato é, em tese, considerado como “fator de risco”, pois em determinado momento da vida os expõe a situações de vulnerabilidade. Por outro lado, essa mesma situação de violência nem sempre é percebida como risco, uma vez que pode ser naturalizada no cotidiano. Além disso, cada sujeito significa a realidade de forma distinta, devendo-se, portanto, considerar as peculiaridades na análise das situações de risco e vulnerabilidade em suas dimensões cultural, subjetiva e contextual (MARANHÃO *et al.*, 2014).

O Instituto Igarapé¹³ e a Visão Mundial desenvolveram uma pesquisa recente visando compreender melhor a percepção de violência de crianças e adolescentes em diferentes contextos e ambientes. Foi realizada uma consulta entre setembro de 2015 e março de 2016 com o auxílio de um aplicativo desenvolvido pelo Instituto Igarapé, denominado *Índice de Segurança da Criança*. A ferramenta permitiu um rápido e eficaz mapeamento da percepção de violência de crianças e adolescentes em diferentes contextos e ambientes e entre os principais achados vimos que

As crianças e adolescentes pesquisados não percebem um alto nível de insegurança, apontando para uma normatização da violência vivenciada; Quanto maior a idade, maior a percepção de violência; Não foram encontradas diferenças de percepção de violência representativas entre meninos e meninas; A casa é o ambiente onde crianças e adolescentes se sentem mais seguros. Cerca de 40% referiram não se sentir seguros na comunidade ou escolas onde estudam (LIRA E HANNA, 2016. p. 04).

Escutando, então, a narrativa dos adolescentes participantes de nossa pesquisa – incluindo a do jovem que entrevistamos no estudo piloto – percebemos que seus processos de constituição subjetiva, embora marcados por contextos de vulnerabilidade e risco, não são

¹³ Mais informações em: <https://igarape.org.br/>

afetados da mesma forma, porque tanto cada um tem experiências próprias quanto significam diferentemente esses contextos. Entretanto, são percebidos socialmente como um coletivo uniforme, para o qual se estabelece uma relação de linearidade naturalizada entre violência, adolescência e risco. Seguiremos apresentando as análises que revelam as expressões dessa relação.

4.1 A construção do sujeito matável

“Tá lá o corpo
 Estendido no chão
 Em vez de rosto uma foto
 De um gol
 Em vez de reza
 Uma praga de alguém
 E um silêncio
 Servindo de amém...”
 (João Bosco)

O movimento eugênico no Brasil, no início do século XX, defendia a esterilização da população pobre, “[...] que não estivesse inserida no mercado de trabalho capitalista, que não fossem corpos úteis e dóceis à produção [...] (COIMBRA, 2001. p. 87)”. Mesmo hoje, na segunda década do século XXI, ainda temos parte da população defendendo o extermínio como uma resposta efetiva aos problemas sociais. Com isso, foi se intensificando uma cruzada contra o “mal” que está presente na população pobre, que por não pertencer ao mundo do trabalho, uma das mais nobres virtudes do capitalismo, representa um perigo social que deve ser erradicado, justificando, assim, a invasão aos territórios dos pobres, suas casas reviradas e suas vidas violadas (COIMBRA, 2001).

Mbembe (2006) traz a concepção da existência do outro como um atentado e uma ameaça mortal à própria vida, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial de vida e segurança, concepção assentada nos imaginários da soberania tanto da primeira como da última modernidade. As teorias racistas, de igual maneira, baseadas em princípios eugenistas, afirmam a índole preguiçosa e negligente do negro que justificava o tipo de tratamento a que eram submetidos. E nesse contexto “[...] desde o início do século XIX, popularizou-se entre

os cientistas da época a ‘antropometria’: medição de ossos, crânios e cérebros para, através de comparações, provar a inferioridade das mulheres, negros e índios (COIMBRA, 2001. p. 84)”.

Essa discussão para Mbembe (2006) divide e subdivide a espécie humana em grupos e subgrupos, estabelecendo uma ruptura biológica entre uns e outros. O racismo tem um lugar importante nesse tipo próprio de racionalidade. A ideologia que define a história como uma luta econômica de classes; a raça constituiu a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas ocidentais, quando se trata de imaginar a não humanidade dos povos estrangeiros. “Regular a distribuição da morte e fazer possível as funções mortíferas do estado de forma aceitável (MBEMBE, 2006. p. 23)”.

Nesse ponto, os discursos das famílias dos adolescentes participantes dessa pesquisa expressam com clareza essa condição de sujeitos que estão previamente sob suspeita, como na narrativa do pai de Nando, o Sr. Paulo, durante a compra de umas frutas na venda do bairro, em que uma senhora apontou para Edi que passava na rua dizendo: “*olha esses meninos novinhos assim, são tudo vagabundo*” e ele prontamente respondeu: “*esse menino é meu senhora, e ele não tira nada de ninguém não*” – evidenciando a defesa e proteção do pai, pouco demonstrada durante o tempo em que acompanhamos a família, mas que de forma espontânea incide diante do sentimento de revolta pelo pré-julgamento concebido a seu filho.

Em outro momento temos no discurso do próprio adolescente a introjeção e a internalização do olhar do outro, construído subjetivamente, como registrado no trecho do diário de campo referente à visita do dia 03 de novembro de 2017:

No carro, a mãe disse que os critérios para o contrato de estágio seriam a matrícula do filho em uma escola, ainda que no regime de CEJA, como também tirar uma foto 3x4 e fazer o currículo. O psicólogo perguntou: *e você não tem foto?* Ele disse que sim, mas estava com o cabelo pintado de loiro nas fotos, e, na sequência, o adolescente questiona: *quem vai me contratar com essa cara de vagabundo?* (DIÁRIO DE CAMPO).

O adolescente afirma a identidade dada pelo outro a partir das características físicas que ele apresenta, entrando em conflito constante com o entorno social, com os pais e com ele mesmo diante da necessidade de reconhecimento em meio às interações estabelecidas. Após esse fato, ele pede dinheiro à mãe para cortar os cabelos.

Essa dinâmica que compõe o campo das interações sociais é uma questão fundamental à psicologia histórico-cultural. Vigotsky atenta para o fato de que a constituição social dos processos psicológicos, especificamente humanos, possui um caráter mediado

(VIGOTSKY, 1994). Tal mediação se realiza por meio de instrumentos (condutores e potencializadores da influência humana sobre os objetos) e do uso de signos (meios auxiliares para a realização de operações mentais), proporcionando ao sujeito uma regulação da própria conduta e de condutas alheias, como apontado nas falas acima (VIGOTSKY, 1994).

Para Ximenes e Barros (2009), temos no conceito de mediação uma valiosa chave analítica para abordar, de modo não dualista, as interações sociais e os movimentos pelos quais seus agentes constroem conhecimento e transformam as suas realidades, a fim de entender as implicações desses processos na construção de subjetividades e de modos de vida em comunidades.

Concebem-se, assim, arenas de apropriação/construção de significados e de produção de sentidos, o que lhes dá uma conotação não necessariamente harmônica, nem tampouco estável ou permanente. “Fica sugerido, mais geralmente, que a relação entre significado e sentido é uma dialética de forças que compõem a significação da palavra, que não deve ser ignorada no estudo de qualquer dos processos humanos (GOES; CRUZ, 2006, p. 39)”.

As possibilidades de interação social tem um papel fundamental nessa discussão, posto que, numa concepção de construção social do sujeito e de compreensão da linguagem como ferramenta simbólica privilegiada de mediação, ela (a interação) constitui a base de todo esse processo.

A base de todo o processo de construção de conhecimento e desenvolvimento humano dentro da perspectiva histórico-cultural está nas relações sociais, nas interações estabelecidas entre as pessoas, na sua convivência em um ambiente social e culturalmente organizado. Nessa organização, encontram-se as possibilidades de produção de significados que alicerçam os processos de humanização e subjetivação dos indivíduos. (COLAÇO, 2001. p. 122).

A linguagem e a cultura são fatores que distinguem e constituem os modos de agir e pensar do homem. É essa concepção de sujeito, centrada na sua natureza semiótica e cultural, na condição histórica do homem, cuja consciência é concebida na e pela linguagem, que apresenta uma das contribuições essenciais de Vigotsky. A visão dialética de construção social do sujeito compreende a linguagem como ferramenta simbólica primordial de mediação, tendo a interação social como fundamento para embasar o processo.

Diante dos processos de mediação social, a brincadeira, aparece no livro de MV Bill e Celso Athayde – *Falcão, meninos do tráfico* – mostrando como algumas crianças em

comunidades com forte expressão da violência armada expressam esse contexto em suas vivências cotidianas. Elas narram a brincadeira de “boca de fumo” em que surge um menino com uma granada de brinquedo, um baseado de eucalipto e uma metralhadora, que mais parecia de verdade e descreve: “Gosto dessa brincadeira aí, mas que também incentiva a gente a ser da vida do crime. Eu já falei pra você que eu não gosto de ser da vida do crime, mas eu tô brincando só pra mim relaxar a cabeça, pra mim ver como é que é, se um dia eu entrar, pra ver como é que é...” (ATAHYDE, 2006. p. 173-174).

É como se esses meninos se forjassem nessas brincadeiras, compondo elementos de um futuro próximo, ensaiando modos de existir a partir da dinâmica comunitária na qual estão imersos e, então, construindo o que pode vir a ser um sujeito matável. É a vida que passa a ser tomada em relação à morte, que se presentifica de forma mais contundente no cotidiano e nas relações estabelecidas em alguns territórios. A esse respeito, Celso Athayde (2006. p. 56-57) narra o enterro de um dos falcões que ele pesquisava, segue a preciosidade do relato abaixo:

Era uma verdadeira choradeira. A mãe desse garoto, como a grande maioria não se conformava de maneira nenhuma, apesar dela mesma nos ter alertado, e alertado ao próprio Falcão sobre o provável futuro que o aguardava. Essa pobre e triste mãe nos disse, em uma das entrevistas, que seu filho tinha que encontrar forças para sair daquela vida, que outros parentes dela – inclusive um irmão - já tinha morrido no crime e que essa vida só traria prejuízo. Todos esses exemplos não foram suficientes para desencorajar o rapaz, pelo contrário. O crime parecia fazer mais sentido do que qualquer palavra amiga de mãe, do que qualquer conselho seguro da família. A questão central era o fato de que os próprios Falcões não precisavam de conselhos, já que eles mesmos tinham plena consciência dos erros que cometiam e do pouco tempo de vida a que estavam condenados. Parecia que precisavam viver intensamente. Mesmo sabendo de tudo isso, muito mais que cada um de nós, mesmo tendo passado anos da sua vida administrando essa questão, essa mãe se sentia traída pelo destino. Ela chorava, assim como todas as mães chorariam.

Aproximando-nos da nossa realidade local, temos Fortaleza como palco de uma chacina que assassinou 11 pessoas na madrugada no dia 12 de novembro de 2015, sete delas com menos de 18 anos de idade. Segundo o Ministério Público, a matança ocorreu de forma “planejada e intencional” por meio de um “cerco territorial”, situação que não causou comoção social, revelando a naturalização com que ocorrem as mortes de jovens das periferias dos centros urbanos (HOLANDA; AGUIAR, 2017). A chacina, ao exterminar uma quantidade de pessoas ao mesmo tempo, evidencia o ápice do genocídio diário que ocorre

entre jovens, como se houvessem vidas que valem menos e, por isso, nada fosse feito para reverter tal situação.

Cria-se o pretexto da guerra, da resistência e da luta contra o terror. A guerra passa a funcionar tanto como um meio de estabelecer a soberania, como um modo de estabelecer o direito à morte. Soberania definida como o poder de matar, política como um trabalho de morte. O estado de exceção e as relações de inimizade passam a analisar trajetórias que se convertem na base normativa do direito de matar.

O poder faz referência contínua a uma noção ficcionalizada do inimigo (MBEMBE, 2006). Esses discursos vão ganhando força, tornando-se naturais nos cotidianos dos centros urbanos, os grupos de extermínio (formados por muitos policiais civis e militares) são incrementados, sendo responsáveis por muitos crimes diários, chacinas e genocídios, ações que não diminuiram a violência (COIMBRA, 2001).

Para Agamben (2012. p. 15):

A dupla categorial fundamental da política ocidental não é aquela amigo-inimigo, mas vida nua-existência política, zoé-bíos, exclusão-inclusão. A política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si próprio a vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão-inclusão.

Para embasar as ideias apresentadas, temos no Índice de Homicídios na Adolescência (IHA-2014) o alerta outra vez de que se “[...] as condições não mudarem nos próximos anos, estima-se que, aproximadamente, 43.000 adolescentes serão vítimas de homicídio nos municípios de mais de 100.000 habitantes do Brasil, entre 2015 e 2021 (CANO; BORGES, 2017. p. 21)”.

No entanto, o estado brasileiro parece tapar os olhos diante dessas projeções ao longo de décadas, ao continuar produzindo padrões restritos de reconhecimento e legitimação social diante do direito à vida, como a construção de uma família “organizada” e a locação em um emprego fixo. Assim, parte considerável da população, ao fugir desses padrões e modelações, gera desconfiança e perigo e, portanto, legitima-se a sua eliminação.

Campanhas que defendiam o autoarmamento da população, a defesa dos linchamentos e a compreensão com os policiais que matam em serviço foram iniciadas no início dos anos 80 e perduram até hoje, quando temos visto, com certa frequência, a presença

desses atos em grandes cidades como Fortaleza, tornando mais complexa as situações de violência (COIMBRA, 2001).

No entanto, mesmo diante dessas estratégias de exclusão, esses segmentos têm construído resistências cotidianas pela possibilidade de existir, inventando mecanismos de sobrevivência, mesmo diante da invisibilidade positiva e da visibilidade negativa, que se faz também pela reocupação dos espaços públicos onde passam a manifestar a vida em suas teias (COIMBRA, 2001).

Em meio a esse contexto, situaremos e descreveremos os fluxos da entrada dos adolescentes no PPCAAM, como os casos foram encaminhados e quais desdobramentos foram propostos, ao tempo em que procedemos o trabalho analítico, objeto desta dissertação.

4.1.1 Narrativas sobre Edi

Nas entrelinhas da relação entre adolescência, violência e ameaça, algumas dinâmicas ensejaram a entrada dos adolescentes na proteção e esse contexto é composto pelas narrativas de muitos atores envolvidos no processo, como conselheiros tutelares, familiares e o próprio adolescente. A análise dos documentos produzidos pelos técnicos da equipe do PPCAAM, desde a inclusão até o desligamento dos casos, nos ajuda na compreensão do contexto e da situação tal como foi descrita no momento inicial da chegada do caso ao programa.

Os documentos produzidos pelo PPCAAM, durante a entrevista de avaliação do adolescente para inclusão, consideram o discurso do adolescente, da sua família e da porta de entrada, no caso uma Conselheira Tutelar responsável pelo encaminhamento. Assim, consta no documento da entrevista de avaliação, feito pelo Psicólogo e Assistente Social a seguinte narrativa:

No dia 13 de janeiro de 2016 a conselheira tutelar informou que começou a acompanhar o caso do adolescente, quando ele estava no Acolhimento Institucional 1 da prefeitura [de Fortaleza]. Ela informa que ele não tem perfil para estar abrigado, por ter família e que estava nessa situação por conta das ameaças. Vale destacar que o adolescente desde a primeira ameaça, já passou por vários acolhimentos e também pelo núcleo albergue. As passagens de Edi, em vários acolhimentos, foram conturbadas, ele tem dificuldades de relacionamento, que a conselheira acredita ser por conta da abstinência das drogas ilícitas. As ameaças são oriundas de dois motivos: primeiro a dívida contraída com um traficante, e em segundo, o testemunho ocular de um assassinato, onde a família da pessoa que morreu acusa Edi de ter envolvimento com o crime. Outras ameaças surgiram após a sua saída da

comunidade. A conselheira tem conhecimento que ele passou um tempo com tio em uma cidade da região metropolitana, e que lá Edi se envolveu em uma briga e, por lá, também estão procurando por ele. (ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO - PRONTUÁRIO DO ADOLESCENTE)

A conselheira, mesmo diante da complexidade dos problemas enfrentados pelo adolescente, atribui a dificuldade de relacionamento do adolescente à abstinência de drogas, reproduzindo um discurso onde se encontra um grande vilão a se combater: o tráfico de drogas. Para D'elia Filho (2007), a política criminal de guerra às drogas não tem dialogado com os objetivos da saúde pública, ao contrário, os níveis de violência tem atingido números superiores a alguns conflitos armados pelo mundo. Os agentes públicos, que deveriam atuar na proteção do adolescente, nem sempre ao analisar o caso consideram a complexidade das histórias de vida dos adolescentes.

O documento da entrevista de avaliação do PPCAAM continua dando foco à temática das drogas e a conselheira acrescentou ainda que Edi, desde os 12 anos, faz uso de maconha e cocaína e que também chegou a participar de atividades vinculadas ao tráfico de substâncias entorpecentes. Relata que a genitora não sente confiança de se deslocar com o filho, por conta da situação da abstinência dele e que o genitor não deseja entrar na proteção, pois apresenta vários conflitos com o filho. Ainda segundo a conselheira, o adolescente já cometeu pequenos roubos, mas nunca cumpriu Medida Socioeducativa e circulou em várias áreas da cidade quando esteve em situação de rua.

Na sequência temos, no mesmo instrumental, a narrativa do adolescente durante a entrevista de avaliação:

Edi relata que o assassinato do adolescente Marcos ocorreu na presença dele, quando tinha por volta dos 15 anos. Disse que nesse dia eles estavam indo para uma festa e, no caminho, foram abordados e atiraram somente no Marcos. Após o fato, 8 (oito) amigos do falecido foram à casa do Edi na intenção de linchá-lo, pois acreditavam que ele havia levado o Marcos para o “cheiro do queijo”, e por isso era “culpado” (ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO - PRONTUÁRIO DO ADOLESCENTE).

Seguindo na entrevista de avaliação, o adolescente refere esta ameaça de linchamento como motivo para se afastar do ambiente em que convivia, passando a residir com a avó em outra cidade da região metropolitana. Entretanto, continuou se envolvendo com roubos, sendo procurado pela polícia, retornando à Fortaleza e permanecendo na rua ou em instituições de passagem. Chegou a residir também com um tio em outro município, porém,

novamente se envolveu em conflitos e agressões, mantendo a condição de um cotidiano itinerante. Acrescenta-se o uso frequente de drogas lícitas e ilícitas, relatando situação de dependência, com sintomas de abstinência nas tentativas de parar esse uso, inclusive com experiências em Comunidades Terapêuticas, de onde se evadia, não permanecendo mais que um mês.

Frente a esta situação, o adolescente foi incluído no PPCAAM em julho de 2016. Segundo o documento da entrevista de avaliação, estavam presentes no momento os genitores, o adolescente, sua irmã mais nova e uma representação da Porta de Entrada (Conselheira Tutelar). O relato da mãe de Edi complementa uma melhor compreensão do caso. Entendemos que a situação de instabilidade entre risco e proteção é percebida pelo adolescente que, frente às ameaças, busca abrigo entre familiares. Mas, isso não é suficiente para o afastamento dos seus envolvimento com atos infracionais, o que pode estar vinculado ao uso de drogas, conforme se explicita na fala da genitora, registrada no referido documento da entrevista:

A Sra. Aparecida nos relatou que o seu filho mudou quando iniciou o uso da maconha, pois começou a chegar tarde em casa e também a ficar na rua [...]. Em relação às ameaças disse que, antes da morte que Edi presenciou, ele já vinha recebendo ameaças por dívidas de drogas, acrescentando elementos ao que foi exposto pelo adolescente. Os vizinhos avisaram recentemente à família que circulam motos e pessoas ao redor da casa deles procurando Edi e que estava marcado o dia para ele morrer (ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO - PRONTUÁRIO DO ADOLESCENTE).

A situação de ameaça de morte, particularmente após o assassinato presenciado pelo adolescente, é compreendida por sua mãe, que considera necessária a inclusão da família no Programa e se dispõe a apoiar o filho, mesmo que isso implique se afastar do companheiro, na medida em que entende terem se esgotado as possibilidades de ajuda por parte de familiares tanto maternos como paternos.

De início houve resistência do pai em se engajar também na condição de proteção, tendo em vista a relação familiar de muito conflito em decorrência do comportamento do adolescente. No entanto, com as explicações das regras e funcionamento do Programa pela equipe, ele concorda em ser incluído e acompanhar a família, embora não demonstrando uma adesão clara, o que se percebe pelo seu silêncio no decorrer da entrevista.

Cabe ressaltar que, por conta das ameaças, o adolescente ficou em situação de rua e, posteriormente, ficou abrigado em acolhimento institucional por quase 6 (seis) meses.

Nesse tempo o PPCAAM estava em lapso convencional, o que não permitiu a entrada imediata do adolescente. Segundo os técnicos da equipe, na entrevista de avaliação o adolescente disse que não queria mais ficar “bolando” de acolhimento em acolhimento, apresentando voluntariedade para ingressar (DIÁRIO DE CAMPO, 10/08/2016).

Da mesma forma que Edi, Nando passou por um momento inicial de encaminhamento e posterior entrevista para entrada no PPCAAM, segue abaixo essa composição de fatos que levou a sua entrada no programa.

4.1.2 Narrativas sobre Nando

O contexto inicial de conflito e ameaça que ensejou a entrada do adolescente no programa é traduzido a partir da narrativa do Conselheiro Tutelar, presente no documento da entrevista de avaliação do PPCAAM da seguinte forma:

O referido conselheiro expôs que Nando e sua mãe chegaram ao Conselho Tutelar muito assustados, na manhã do dia 21 de setembro de 2016. Durante o diálogo, a senhora Poliana, de 35 anos, afirmou que seu filho estava ameaçado de morte por traficantes. Elucidou que o mesmo era “avião” tráfico desde os 12 anos. Complementou que, em 2015, ele começou a utilizar entorpecentes, no caso maconha e cocaína. Observou que ele usava e, por isso, tirava parte da mercadoria que precisava entregar aos consumidores. Dessa forma, tanto o traficante chefe dele como os compradores passaram reclamar dos desfalques que o garoto estava proporcionando (ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO - PRONTUÁRIO DO ADOLESCENTE).

O conselheiro narrou, segundo documento produzido pelo PPCAAM, que inicialmente o adolescente trabalhava no tráfico em uma região, mas por conta das constantes dívidas que adquiria, foi migrando de bairro em bairro, em uma vida itinerante, repetindo a situação de dívida nos outros locais, passando a sofrer agressões e ameaças por conta disso. No trecho abaixo os técnicos do PPCAAM relatam a agressão sofrida pelo adolescente, contada durante a entrevista de avaliação:

“Fiz um uso com alguns caras e depois não tive como pagar”. Como consequência, foi levado depois de alguns dias para um morro, sendo bastante agredido com paus, pedras, socos e chutes, ficando muito machucado. Complementou que assim que chegou a casa desmaiou, tamanho os danos que sofreu. Após esse momento, os ameaçadores foram atrás dele, dizendo que o mesmo tinha que pagar a dívida ou arcaria com as consequências (ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO - PRONTUÁRIO DO ADOLESCENTE).

Diante das ameaças, Nando morou também com sua irmã em outro bairro. Contudo, devido às constantes brigas dela com o companheiro, ele decidiu voltar a morar com sua mãe, mas, pouco depois de um mês, a família toda se mudou novamente para um novo local onde o adolescente também fez uma dívida relativa a venda e ao consumo de entorpecentes. Os locais mudam, mas não se alteram as condições que dão suporte à família, que continua sem acesso a emprego, moradia, educação, etc. O jovem relatou ao Conselho Tutelar que queria mudar de vida, que havia parado de frequentar a escola quando as ameaças se iniciaram, desde o final de 2015.

O adolescente não tinha outros familiares que quisessem recebê-lo ou residentes fora da área de ameaça. A família buscou algumas alternativas para escondê-lo durante esse período, que passou a se abrigar em lajes de casas em dois bairros. A genitora passou por alguns equipamentos até chegar ao Conselho Tutelar que encaminhou Nando a um acolhimento institucional, ao mesmo tempo em que encaminhou ao PPCAAM para avaliação. Em razão do seu trabalho, a mãe passava alguns períodos afastada de casa e não tinha clareza do envolvimento do filho, mesmo a situação sendo anunciada por vizinhos. A mãe vive hoje em união estável com uma companheira, que a auxiliou tanto a parar com o uso de substâncias psicoativas, como a retornar ao convívio com os filhos.

Nesse caso, o discurso produzido para entrada do adolescente no PPCAAM tem algumas semelhanças com aquele produzido no caso anterior, ou seja, conflitos com os traficantes locais devido ao consumo e venda de entorpecentes, a itinerância dos adolescentes e das famílias quando ocorrem as ameaças, a passagem por várias instituições que não responderam de forma satisfatória a demanda das famílias e o afastamento da escola tanto do adolescente como dos irmãos.

As mortes se concretizam, em geral, após uma sequência de intimidações, alertas expressos ou sutis, advertências públicas ou em particular, amedrontamentos claros ou velados, agressões ou tentativas claras de homicídio, que comprometem o convívio familiar e social e impedem a vivência de experiências fundamentais, como estar com os familiares e amigos ou frequentar a escola (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 2016, p. 136).

No tópico abaixo desenvolveremos algumas análises a partir das entrevistas e observações realizadas durante as visitas domiciliares às duas famílias.

4.2 O tráfico: nas entrelinhas entre o uso, comércio e lazer

“O que é ser bandido pra você?

Pô, ser bandido pra mim é procurar conviver com todo mundo, agir da melhor forma, nós não podemos vacilar. Ser bandido pra nós é o que nós tamu fazendo aí, nós tamu correndo atrás do nosso ganha pão aí, ajudando, fortalecendo nossa família, porque nós não podemos deixar nossos filhos morrer de fome. Ser bandido pra mim é ser um homem sagaz, do jeito que nós é.”

(Celso Athayde e MV Bill)

A conceituação de bandido apresentada nesta epígrafe rompe com os imaginários construídos acerca da criminalidade, da bandidagem, delinquência e quaisquer outras nomenclaturas e nomeações que existam para enquadrar tais sujeitos. A fala desse jovem constrói sentidos particulares da sua vivência e concepção do que seja ser bandido, ao remeter à tentativa de manter uma boa convivência com os seus e ganhar seu dinheiro para ajudar a família e os filhos.

Nesse sentido, Lyra (2013) observa que não estamos lidando com sujeitos guiados unicamente por desejos egoístas, que desconsideram toda e qualquer coisa que não seja seu desejo. Esses jovens conservam uma consciência relativamente desenvolvida sobre o outro e suas atividades ilegais também se articulam conforme valores construídos e partilhados. “A ética do grupo, embora frágil e elástica, não deixa de ser uma ponte moral entre as esferas de realização do morro e do asfalto (LYRA, 2013. p. 130)”.

O autor chama a atenção para os aspectos que atraem o jovem às drogas, além das sensações físicas, também tem implicações no plano da sociabilidade e das relações com o grupo de pares. Para muitos jovens, trata-se da realização de um projeto coletivo, cuja principal característica é a união do grupo.

Para o jovem morador do morro, alijado de maiores possibilidades de agremiação juvenil, a vida como membro de uma facção criminosa oferece proteção coletiva como forma de projeção individual. Os laços de lealdade, solidariedade, o mútuo interesse e a certeza da reciprocidade, projetam na boca anseios e expectativas juvenis de aceitação e pertencimento que esses jovens dificilmente encontram em outros ambientes (LYRA, 2013. p. 143).

Assim, a presença de um inimigo, do rival, é um elemento que agrega coesão entre os grupos em um projeto coletivo, mesmo após a eliminação do inimigo. “Como um

elemento de aglutinação dessas identidades juvenis que, pelas razões mais diversas, estão vinculadas por um sentimento maior que suas individualidades e mais amplo que a satisfação financeira (LYRA, 2013. p. 145)”. Portanto, o inimigo, se configura como a personificação, em alguns casos, de um objetivo comum, fornecendo sentidos de cooperação ao grupo e criando formas de se reinventar e reexistir no compartilhamento cotidiano da vida. Essa prática objetivada cria contextos de coesão do grupo, reconstruindo sentidos que produzem e ressignificam identidades.

Por outro lado, a vida pode não dar uma segunda chance para quem foge às regras estabelecidas, mesmo que os julgamentos efetuados por grupos ligados ao tráfico de drogas contenham elementos complexos. Nosso interlocutor Nando conta como viveu em constante estado de tensão e ameaça, após ter cometido o erro de deixar dívidas com o grupo:

Excerto n° 11

P: E tu conhecia essa galera que fez isso contigo?

Nando: Era um povo diferente, mas foi a mando do cara e eles gravaram um vídeo eu apanhando.

P: E tu acha que esse vídeo foi para onde?

Nando: Era pra servir de lição pra quem pegasse [droga] e não pagasse.

P: E tu conhecia a quanto tempo esse pessoal da boca?

Nando: Há mais de um mês mais ou menos. Minha mãe tinha acabado de se mudar, aí aconteceu isso.

O adolescente havia, por duas vezes, sido alvo de linchamentos por parte de grupos vinculados ao tráfico. Aquela comunidade, com seu cenário árido, não representava mais proteção e a vida começou a se manifestar de forma ainda mais dura. Neste aspecto, “A favela como um território político à deriva” (LYRA, 2013. p. 165), conforme afirma o autor, passa a se constituir um risco, não apenas porque o estado esteja quase totalmente ausente, mas porque as circunstâncias da vida pública podem ser apropriadas por forças que visam um tipo de troca com traficantes, com a polícia, com milícias ou até com políticos clientelistas e grupos religiosos. Suas distribuições dependerão das formas de organização daquele espaço social. Dessa forma, a própria comunidade o organiza de seus modos, como uma estratégia de defesa. “Para eles, na favela não existe apenas a lei do silêncio, talvez apenas o silêncio das leis (LYRA, 2013. p. 177)”.

A educadora social perguntou ao adolescente se nos dois momentos o motivo dos linchamentos era o mesmo, e Nando respondeu:

Excerto n° 12

É, eu me envolvi com dívida de novo, a do bairro da Cidade, foi duzentos e poucos e a do Sítio Iluminado foi mais alta, uns seiscentos/setecentos reais. Da parte que eu pegava pra vender, eu e um bocado de menino ficava com um pouco. Era maconha e pó.

As trajetórias dos jovens tornam-se, nesse contexto, trajetórias não lineares, submetidas a diferentes acasos, imprevistos, incertezas, cuja característica principal é a retomada de caminhos já percorridos, diante, muitas vezes, da impossibilidade de mudança e transformação nos ciclos de possibilidades que a vida oferece, a partir de uma rede de suportes pessoais, familiares e sociais. Os adolescentes, ao aceitarem participar das atividades de varejo no tráfico, ficam submetidos a parte mais vulnerável da cadeia, percebendo de forma menos clara os riscos envolvidos, inerentes à função, ao transportar, pagar, distribuir e fazer negociações a partir do comércio da droga como forma de ganhar dinheiro, dentre outras significações.

Para Lyra (2013), nesse espaço restrito onde vive toda a intensidade de interação social, o jovem é submetido a outros padrões de status e outros modelos de ascensão bem mais palpáveis a ele que o contexto do trabalho formal. São outros jovens como ele que, ao aderirem ao crime, habitam um mundo de prestígio e poder. Tal fato não apresenta um repúdio desses meninos e meninas às instituições da escola e do trabalho. O jovem não as despreza, como não despreza estudantes e trabalhadores, ele substitui os mecanismos de ascensão disponíveis por outros compatíveis com seu contexto e realidade.

Em uma sociedade marcada por desigualdades sociais, as expectativas para os jovens são diferenciadas se comparamos as camadas populares às mais abastadas economicamente: temos os mais diversos projetos de futuro depositados na classe média e os recursos disponibilizados para tal, enquanto para os jovens de classe popular restam oportunidades pouco valorizadas (COLAÇO *et al.*, 2013).

Com isso, jovens pobres precisam superar visões sobre sua competência para superar as limitações de ordem econômica, em um esforço duplo e desigual. Os adolescentes, ao adentrarem ao PPCAAM possuem muitos desafios, dentre eles o empenho para a recriação da memória que os vincula constantemente às situações de ameaças sofridas.

Excerto nº13

P: E como você sente a vida aqui?

Nando: Normal, vida normal, eu sinto como se nada tivesse acontecido.

Só quando os meninos lembram mesmo, aí eu vou lembrando de tudo o que aconteceu lá.

P: E quando tu lembra o que tu sente?

Nando: Às vezes eu sinto raiva, às vezes eu sinto medo, porque não é muito longe não né de Fortaleza?

Educadora: Mas tu não tem sentimento de vingança?

Nando: Não, foi por causa de mim mesmo.

No último trecho citado, Nando assume a culpa pelo erro cometido. Conforme Lyra (2013. p. 48), “Vacilação é um termo utilizado pelos garotos armados do morro cujo significado aponta para um deslize, é um ato condenável de espectro amplo e serve para qualificar desde ações moralmente reprováveis até aquelas que infringem as leis do morro”. Essas condutas, segundo o autor, provocam diferentes graus de coerção. “Aquele que vacila, vacila porque quer e, nesse sentido, assume integralmente a responsabilidade pela possível punição, ou melhor, pela provável cobrança advinda desse ato (LYRA, 2003. p. 252)”.

Lyra faz um comparação entre o jovem tido como “cabeça-fraca” e o “sujeito-homem”, o primeiro é aquele que se vitimiza pelas ações feitas e atribui ao outro a culpa por seus atos, já o segundo atribui a si mesmo toda a responsabilidade, que ainda não caberia na pouca idade desses meninos que arcam com suas escolhas ao se colocar como agentes dos processos.

Excerto nº14

P: Nando tu disse que gravaram um vídeo de ti, uma mulher gravou um vídeo, como foi essa história? Foi no Sítio Iluminado?

Nando: Sim, eles me bateram, aí depois a mulher chegou, aí eles falaram, vai, vai grava, ele apanhando, grava, aí ela pegou e gravou, só que o... como é? O comandante lá do Sítio Iluminado mandou apagar.

P: Tu acha que esse vídeo era pra quê?

Nando: Era pra mostrar os outro né? Que se pegasse droga deles...né... ía morrer ou íam cortar o pescoço. Meu maior medo né, foi na hora que ela disse que ía pegar um facão né, pra tacar em mim. Aí eu me senti morto. Aí chegou um casal, tava passando, aí eles me soltaram e correram e mandou eu dizer que foi a polícia que me pegou com droga e meteu a peia.

Na narrativa sobre o temor da morte - “Meu maior medo [...] Aí eu me senti morto”, Nando expressa sua compreensão do risco vivido, com forte carga de tensão. No entanto, na continuação do diálogo percebemos a oscilação entre esta tensão, que o afasta dessa condição de risco e, por outro lado, as implicações que o tornam atrelado ao

envolvimento, mesmo que diante do perigo de morte e, por último, a necessidade de exibição do fato como exemplo, por quem gravou o vídeo. Nando continua a narrativa:

Excerto nº15

P: Me explica melhor, tava vindo quem?

Nando: Tava vindo dois casal, aí eles pararam de me bater e disseram: oh mah tu diz que foi a polícia, se tu disser que foi nós a gente te mata. Que se eu dissesse que foi eles, eles me matavam.

P: Então do Morro vocês foram pro Sítio Novo? Do Sítio Novo pro Bairro Iluminado?

Nando: Não, é porque de lá né, quando minha mãe foi embora, eu fiquei morando com uns caras que faziam roubo, essas coisas, furto, aí eles saíam de bicicleta pra roubar. Aí eles me chamavam pra ir né com eles, porque eu morava assim de graça? Aí nós ía né, roubar celular, essas coisas dos outros pra vender né e pagar, pagar a dormida, a morada. Aí quando era final de semana fazia curtidão lá na casa, ía buscar as meninas do Edson Queiroz, as mulheres, essas coisas...

A experiência não é significada somente pelo seu aspecto negativo, não sendo de todo ruim, pois nela se exercita a amizade e a iniciação sexual, além de serem os espaços possíveis de lazer e diversão. É essa conjugação entre a compreensão das consequências nefastas do envolvimento com o tráfico para suas vidas e os aspectos que atraem positivamente, tanto no plano individual, quanto nas relações estabelecidas com o grupo, que torna o adolescente enredado nessa trama difícil de se libertar. Libertar no sentido de conseguir autonomia suficiente para decidir sobre o caminho a seguir em termos de futuro e de definições para sua vida.

A dinâmica de Edi no envolvimento com o tráfico e com o uso de drogas não foi narrado por ele por não ter se sentido à vontade para compartilhar partes do seu percurso. É importante considerar que sua negação também pode estar assentada na particularidade do contexto do campo de pesquisa, em que já se vive sob a omissão de parte de sua trajetória, uma vez que a família se encontra sob sigilo e proteção do Estado, cumprindo regras nesse sentido.

As narrativas desse campo na vida do adolescente veio através dos documentos do PPCAAM, as observações e a produção de diários de campo. Durante a entrevista de avaliação do adolescente para inclusão no Programa, foi produzido um documento¹⁴ pelos técnicos, que considera o discurso do adolescente sobre a situação de ameaça e assim consta: *“que desde os 11 anos, sua vida modificou-se quando veio a fumar maconha na comunidade*

¹⁴ Como citado no tópico narrativas sobre Edi.

em que avó materna reside. Também perto da sua casa, foi influenciado a fumar e a vender drogas.” (Entrevista de avaliação, que consta no prontuário do adolescente).

Nando também comenta sobre sua relação com o uso de drogas:

Educadora Social: Tu começou a usar com quantos anos?

Nando: 12 anos

Educadora Social: e como tá isso? Tu sente falta?

Nando: Não, a Mara [companheira da sua mãe] parou a mais tempo que eu e é que ela era aviciada mesmo em pedra.

Tanto Edi como Nando se envolveram na relação entre o uso e a venda de drogas e ocuparam a ponta do comércio que, para D’elia Filho (2007, p. 22):

“Esticas”, “mulas” e “aviões” ficam tão-somente com uma parcela ínfima dos lucros auferidos no negócio, quantia esta que nunca os levará a possuir participação real nas empresas que atuam no comércio ilegal das drogas. Sem propriedade, afastados de uma rede social que os proteja e privados até da própria honra.

Já Edi se situou na tensão maior entre o “avião” que merece punição e o usuário que necessita de atendimento clínico, conforme observado nos mais diversos apelos sociais. Ele passa a construir a si mesmo em meio a esse discurso, informando aos técnicos nas primeiras semanas de inclusão no PPCAAM que gostaria de fazer acompanhamento no CAPS AD, pois fazia uso de maconha e atualmente considerava usar uma quantidade grande de cigarro por dia, dizendo sentir-se abstinente ao apresentar sintomas como dor de cabeça, irritação, agitação e desconcentração. No entanto, no decorrer do processo ele se recusou a ir ao CAPS, por considerar a instituição um local para loucos e relembrou suas experiências em comunidades terapêuticas onde permaneceu pouco mais de um mês e depois se evadiu.

Durante o tempo em que acompanhamos a família, a Sra. Aparecida parecia sugerir que desconfiava que o filho tinha voltado ao uso de drogas. E durante um dos acompanhamentos feitos pela equipe técnica na Defensoria Pública, Edi chegou atrasado, abriu a porta e entrou com cheiro de fumaça no corpo, olhos avermelhados e um olhar meio perdido. Aparecida fez imediatamente um gesto para Assistente Social, sugerindo o uso de maconha pelo adolescente. O encontro com o Defensor foi para a repactuação das regras, devido ao agravamento dos conflitos na família A Defensoria Pública passou a atuar como Porta de Entrada do caso, em substituição ao Conselho Tutelar que o encaminhou, mas não pôde dar seguimento ao acompanhamento por conta da distância em que a família estava.

O uso e a venda de drogas estiveram vinculados nas histórias de Nando e Edi, apesar de nem sempre estarem, como afirma Lyra (2013). Com isso, são muitas as nuances envolvidas nas relações que os adolescentes estabelecem com o tráfico por meio do uso e da venda que tanto os vulnerabilizam, bem como pela falta de outros aspectos protetivos, que os leva a assumir riscos, chegando a limites entre a vida e a morte. No entanto, mesmo em meio a situações de perigo, a experiência também é significada pelos ganhos trazidos como as experiências afetivas, as relações de amizade e os momentos de lazer.

4.3 Violência e ameaça: a carência de políticas públicas e o aumento dos homicídios na adolescência

Quando um adolescente se encontra ameaçado o que a família pode fazer? A quem recorrer? Família, amigos, instituições? Quanto tempo poderá esperar? Qual será sua itinerância até encontrar um apoio e repouso diante dessa jornada? As mortes dos adolescentes são naturalizadas em alguns territórios, de forma a não haver comoção social e investimento do poder público frente a esses acontecimentos. No entanto, a ameaça de morte requer urgência no atendimento, para que as violações e os traumas que o levaram a essa condição possam diminuir no percurso de suas trajetórias de vida:

Excerto nº 16

Nando: Aí de lá eu e ela fomos pro bairro Luís Gonzaga e de lá nós fomos pro Bairro Iluminado que foi onde aconteceu, aí de lá do Iluminado fui me esconder no Sítio Novo né, que foi onde aconteceu de novo, aí eu fui me embora pro Pesqueira, onde eu fiquei morando na rua.

A ameaça pode levar à morte, desfazendo o ditado popular de que “cão que ladra não morde”. Segundo o relatório da pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência,

Muitos adolescentes que foram vítimas ou autores de homicídios no Ceará em 2014 e 2015 já tinham sofrido ameaças e atentados, conforme constatou a pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. O levantamento feito junto a familiares das vítimas em Fortaleza revelou que pelo menos 37% dos mortos haviam passado por tentativa de assassinato. Já as entrevistas com os meninos acusados pela morte de outra pessoa apontaram que 56% deles sofreram tentativa de homicídio. Apesar dessa realidade, ainda há um desconhecimento muito grande sobre o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de

Morte (PPCAAM). Entre as famílias dos adolescentes assassinados que foram entrevistadas pelos pesquisadores do comitê, o programa é um dos menos conhecidos entre várias instituições apresentadas no momento da entrevista. Em Fortaleza, o programa só não é mais desconhecido do que os serviços de acolhimento institucional da sociedade. Em Eusébio, Juazeiro do Norte e Sobral, ele aparece em primeiro lugar como o menos conhecido pelos familiares (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 2016. p. 136).

Ainda que o PPCAAM fosse desconhecido pelos familiares, uma vez que ele não recebe demanda espontânea, ele deveria ser conhecido pela rede de atendimento e proteção que geraria os encaminhamentos. Baseado nisso, percebe-se que o acesso ao Programa depende muito mais de uma articulação e estruturação dos equipamentos que se constituem como porta de entrada (Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário) do que dos territórios, onde há maior incidência de ameaça e homicídios de adolescentes e jovens.

Há um provérbio africano que diz: *"é preciso uma aldeia inteira pra educar uma criança"*. Ou seja, deve haver articulação entre as políticas públicas para que as famílias possam ter acesso a vários tipos de suporte de forma integrada. Junto a isso, a própria dinâmica familiar contribui ou não para o aproveitamento das ações oferecidas pelo Programa. Observamos, por exemplo, que as peculiaridades das duas famílias repercutem diferentemente nesse sentido.

No caso da família de Edi, os conflitos presentes nas relações entre os membros ganham centralidade e interferem negativamente na possibilidade de uma cooperação entre eles para a superação dos problemas vividos, enquanto a família de Nando consegue gerenciar as responsabilidades do coletivo familiar de uma forma cooperativa. Esses aspectos implicam que as ações do Programa também gerem espaços de escuta, afeto e sociabilidade, para favorecer relações saudáveis entre os membros. Como exemplo, temos o pai de Edi que nega dinheiro à família e delega à esposa múltiplas responsabilidades, ao contrário da família de Nando, em que Mara, companheira de Poliana, tanto busca o aumento da renda compartilhada com a família, como tenta empreender negócios em conjunto com Poliana.

Ao entendermos que os adolescentes pesquisados tiveram fatos em suas trajetórias que aumentaram o nível de vulnerabilidade – como a evasão escolar, a experimentação precoce de drogas, as vivências na rua – percebemos que uma rede de proteção que deveria funcionar para que não houvesse agravamento dessas situações, falhou. Os adolescentes têm conhecimento da rede de proteção que passaram, mas não foram atendidos em suas demandas,

até que chegam ao PPCAAM. Abaixo o adolescente relata a passagem por instituições que nada mudaram o curso de sua trajetória. “*Aí foi onde minha mãe ficou correndo atrás de abrigo pra mim, aí nós fomo no centro, fomo no CP drogas, aí fomos no CAPS, aí do CAPS encaminharam nós pro Conselho Tutelar e de lá conseguimos abrigo.*”

Para Lyra (2013, p. 52) “Não deixa de ser surpreendente que esses jovens, geralmente tidos como rompidos com o mundo legal, possuam um nível de esclarecimento relativamente profundo acerca das instituições que regulam sua vida”. O adolescente em questão teve interrompido seu processo de escolarização e outros direitos não garantidos devido ao pouco suporte das políticas públicas. Na fala de Nando é possível observar como ele assume a responsabilidade pela interrupção do seu percurso escolar, quando a própria escola, ao não garantir a sua permanência, contribui para a evasão escolar:

Excerto nº 17

P: Nando você tá com quantos anos?

Nando: 15 anos

P: Estudou até que ano?

Nando: 6^a ano, eu era danado viu.

P: Tu fazia o que no colégio?

Nando: Botava cola no papel e colava os meninos, isso quando era mais pequeno, tinha uns 12 anos.

P: E tu ficou na escola até quando?

Nando: Até quando eu tinha uns 13/14 anos. Eu fiz 14 anos antes de morar no Sítio Novo.

De acordo com o relatório intitulado *Cada Vida Importa*, do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na adolescência “A fragilidade dos vínculos familiares ou afetivos, a deficiência ou insuficiência de serviços e equipamentos públicos, o abandono ou evasão escolar, são recorrentes nas histórias de adolescentes envolvidos com a violência letal (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 2016. p. 75)”.

A negação dos direitos passa a ser uma constante na vida desses meninos, repercutindo até no direito de sonhar. Como no excerto abaixo, o adolescente conclui sua fala e, ao ser perguntado sobre seu futuro, ele se remete a realização de um sonho passado:

Excerto nº18

Educadora social: e pro teu futuro recente o que tu espera?

Nando: Quando eu era pequeno eu ficava esperando o Papai Noel e meu sonho era ter um carrinho de controle remoto, aí meu tio foi e me deu, vou realizar teu sonho, aí ele foi e me deu.

Educadora social: Quando tu cozinha tu se sente bem?

Nando: Eu queria aprender mais coisas, quando tu perguntou minha comida preferida, é bolo mole. Eu já pedi minha mãe pra me ensinar, mas ela disse que não tem tempo.

É preciso implicação social, política, é preciso somar esforços pelo crédito na vida. No entanto, o cenário em nível nacional tampouco é animador se considerarmos a especificidade do problema, tendo em vista que o Programa de Redução da Violência Letal (PRVL) contra Adolescentes e Jovens (WILLADINO; SENTO-SÉ; DIAS; GOMES, 2011. p. 56) apresentou o levantamento de políticas locais, municipais e estaduais voltadas para a prevenção da violência e redução de homicídios que aconteceu em 11 regiões metropolitanas do Brasil.

No Nordeste brasileiro, as regiões foram: Maceió, Recife e Salvador. “Em um universo de 160 programas mapeados, 87 indicaram ter foco na redução de homicídios, porém, nessa questão, apenas 19 mencionaram a redução da violência como objetivo específico (WILLADINO; SENTO-SÉ; DIAS; GOMES, 2011. p. 56)”. O estudo constata que:

[...] somos inclinados a considerar que os programas definidos por seus responsáveis como focados na prevenção têm como características: 1. ações sociais, em sua maior parte, pouco diferenciadas dos focos clássicos desse campo e 2. são "apenas" indiretamente vocacionados à redução da violência letal. (WILLADINO; SENTO-SÉ; DIAS; GOMES, 2011. p. 56).

A constatação acima é alarmante, uma vez que o Brasil apresenta índices drásticos de homicídio há pelo menos 25 anos¹⁵ e a situação da região Nordeste vem se agravando, sobretudo nos últimos 10 anos como nos mostra o IHA – 2014. A região Nordeste tem apresentado crescimento constante nas taxas de homicídios desde 2005, apresentando uma taxa de 6,5 para cada mil adolescentes, segundo o último IHA-2014. O IHA, segundo as unidades da federação, é bem alarmante para quem está nos estados e capitais no Nordeste.

No ranking dos 5 primeiros estados, 4 deles estão localizadas no Nordeste, com exceção do Espírito Santo. O Ceará ocupou a primeira posição, liderando as UF's, ao apresentar um índice de 8,71, lembrando que em 2012 esse índice era de 7,74, deixando o estado na 3ª posição entre os estados. Também tem se agravado o risco relativo à faixa etária, onde os adolescentes continuam sendo o alvo dos homicídios em termos absolutos e relativos

¹⁵ Essa séria histórica pode ser verificada nas publicações do Mapa da Violência, disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

quando comparados a outras faixas etárias. A última edição da série histórica do IHA ainda é mais alarmante, pois revela que a partir de 2012 o número de adolescentes mortos (12-18 anos) supera o número de mortes da população total, que, nos estudos passados, tinha números inferiores. (CANO; BORGES, 2014).

A ausência ou o número insuficiente de um conjunto de serviços e de ações voltadas ao público adolescente dá corpo ao que afirmarmos sobre o processo de exclusão dessa parcela de adolescentes que compõe o grupo juvenil marginalizado. Dito de outra maneira, quanto mais esses jovens não acessam os serviços ou projetos existentes, ainda que escassos, mais se afastam dos critérios exigidos por eles, caracterizando seu perfil de exclusão.

Edi e Nando tiveram trajetórias complexas e difíceis até chegarem ao PPCAAM. Seguimos aqui com alguns trechos da entrevista com Nando, que ocorreu na segunda visita à casa da família, realizada conjuntamente com a educadora social que nos acompanhou, o que foi de grande ajuda, tendo em vista o vínculo que ela já possuía com o adolescente. Perguntamos como ele estava se sentindo no PPCAAM e ele respondeu: *“tô levando minha vida normal, só quando meus irmão fala né de onde eu morava, aí eu começo a ficar até com medo de sair. Eles falam assim, umas besteiras, de quando a gente morava lá, dos meninos, aí eu lembro de quando me pegaram e me bateram lá”*.

Essa situação da ameaça retorna com frequência nos diálogos com os irmãos e na relação com a mãe, sendo difícil o sujeito transpor essa característica frequentemente posta tendo em vista o contexto em que ele viveu e a situação de mudança causada pelo ocorrido.

Logo em seguida a educadora pergunta se ele sente medo. O adolescente responde: *“É porque aqui parece que quando é carnaval né? Vem o pessoal de Fortaleza pra cá, mas eu nunca cheguei a encontrar ninguém, só saio por aqui, vou ali na pracinha, tenho medo que as pessoas de Fortaleza venham pra cá.”* – mostrando que, mesmo em um local escolhido devido às características de proteção que oferecia, ele restringe sua inserção no território, mantendo-se em estado de alerta.

Nota-se que percepção da ameaça gera limitações que o fazem pensar constantemente na vida:

Excerto n°19

P: Tem algum lugar que tu se sinta protegido?

Nando: Em Fortaleza, em nenhum canto me sinto seguro.

P: Tu considera ter vivido alguma situação ariscada?

Nando: Eu cheguei à beira da morte, quando me pegaram me bateram de pau no Sítio Iluminado. Eram 5 caras tudo adulto me batendo, uma mulher gravou tudo, o cara lá mandou.

Nando: No bairro da Cidade, eles também tacaram uns pedaços de pau em mim, mas consegui correr, entrei naquele mangue, aquele negócio cheio de árvore. Mas a do Sítio Iluminado foi pior, lá onde aconteceu primeiro eu quase fui morto, na segunda vez foi só uma paulada porque eu corri. Aí eu fiquei morando lá no bairro dos Peixes e na rua.

A ameaça aparece enquanto um intervalo entre a vida e a morte, ou seja, é uma vivência premente. No caso dos adolescentes ameaçados, a morte se delineia e se aproxima da concretude gerando uma modificação profunda na vida e nas relações das famílias. Dessa forma, trabalhar com adolescentes ameaçados requer oferecer possibilidades de prospecção futura, na medida em que lhes sejam oportunizados espaços de recriação e alternativas de vida para além da ameaça e da morte.

Esse ciclo de exclusão favorece condições para o aprofundamento das vulnerabilidades que expõem esses jovens à ameaça e à concretização da morte. As famílias – tanto dessa pesquisa, como da pesquisa do livro “Falcão, meninos do tráfico”, quanto aquelas apresentadas pelo Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência – expressam as ausências do Estado e tentam demonstrar os seus esforços para justificar a não culpabilização que gerou a ameaça e, por vezes, a morte dos seus filhos.

Alguns dados abaixo revelam a natureza dessa comparação como ilustra a citação do livro *Falcão, Meninos do Tráfico*: “A mãe do falecido foi se empolgando ao ver nossa vontade de saber sobre a vida do jovem, e passou a nos mostrar suas roupas, tênis, desenhos, cadernetas de escola, fotos do pai que, segundo ela, os abandonou, e assim fomos entrando e conhecendo o barraco (ATHAYDE; MV BILL, 2006. p. 100)”.

A pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, através do relatório *Cada Vida Importa* (2016, p. 210), também apresenta dados nesse sentido: “[...] havia imagens do filho por todo lugar da sala da casa, com os olhos marejados, ela nos mostrou dois pôsteres com a fotografia do adolescente em família, sorrindo entre ela e as irmãs”. Segundo o relatório, a repercussão da morte aumenta a vulnerabilidade social da família, gerando inclusive situações de ameaça e retaliações para os membros que ficam.

As mães analisadas por esta pesquisa nos contaram as dificuldades pelas quais passaram para proteger a vida dos seus filhos dos riscos e vulnerabilidades, situações

agravadas pela insuficiência e incapacidade das políticas públicas que, de maneira perversa, não objetivam gerar transformações profundas nas histórias dos usuários.

A entrada no PPCAAM tem sido o primeiro acesso a recursos antes não viabilizados. Ainda assim, frente às complexas trajetórias que culminaram nas ameaças de morte, o adolescente e suas famílias precisam reconstruir e ressignificar cotidianamente a percepção da ameaça, que é decorrente do medo que os relembra os limites entre a vida e a morte já vividos.

4.4 Vidas Itinerantes: famílias em busca de salvaguardar a vida de adolescentes ameaçados

No início dos anos 70, as remoções passam a ser uma estratégia de afastamento dos “indesejáveis” para zonas mais distantes do centro da cidade, de difícil acesso do transporte público, com pouca estrutura de educação, saúde, trabalho e comércio, fazendo com que dezenas de milhares de pessoas se deslocassem cotidianamente em transportes precários em busca desses serviços.

No entanto, com o passar dos anos o aumento dessas remoções não gerou diminuição dos favelados. Com o aumento da miséria, expansão do desemprego e crescimento da pobreza, que se torna mais aparente e, por isso, ameaçadora diante dos olhos das elites, são criados mecanismo de segurança e proteção com guardas, ruas e condomínios cada vez mais fechados e privatizados (COIMBRA, 2001),

Ainda conforme Coimbra (2001), formam-se territórios de pobreza em áreas pouco valorizadas, próximos a mangues, morros e encostas, que passam a amedrontar as classes abastadas. Mas, se por um acaso essas áreas passarem a ser valorizadas, essas populações vão sendo empurradas para localidades mais distantes e com menos infraestrutura. Muitas vezes são deslocadas para áreas mais precarizadas, aumentando sua vulnerabilidade pelo rompimento dos vínculos, das referências comunitárias perdidas e dos elos desfeitos, vidas que são fragmentadas diante da força dos interesses econômicos.

Em muitos momentos, sob a justificativa do risco, essas populações foram e são afastadas dos seus locais de moradia originais, que rapidamente são reconstruídos para atender a outros fins, deixando de lado a ideia de que ali já foi "área de risco" algum dia. Dependendo de quem ocupa ou irá ocupar determinada área, o risco passa a ser administrado

e superado pela urbanização, especialmente nos casos das desocupações, onde as famílias pobres são descartadas, por vezes desagregadas e encaminhadas para áreas periféricas e sem infraestrutura básica.

Este é um ponto desse processo de desterritorialização e itinerância dessas famílias. Mas, para além dele, se soma a condição de fragilidade e risco quando as disputas entre facções criminosas tomam para si as delimitações dos espaços e definem quem permanece nele imune às turbulências provocadas nessas disputas e quem deve deixar suas moradias em face às ameaças declaradas ou veladas, mas percebidas pelos que conhecem os conflitos subjacentes às relações entre esses grupos.

Nesse processo, o adolescente ou jovem que de alguma forma se envolve em algum desses grupos, passa a ser dominado pela ameaça e, junto com ele, seus familiares. É desta forma que se constrói essa trajetória de itinerância que é narrada pelo adolescente Nando:

Excerto nº20

P: E tua infância foi onde?

Nando: Lá no morro, [...] fiquei lá até uns 12 anos, aí de lá fomos morar no Bairro da Cidade, aí de lá eu fui pro bairro Pesqueira, aí de lá nós fomos pro Sítio Iluminado, aí eu fui morar no Pesqueira, aí eu voltei pro bairro da Cidade, aí aconteceu isso. Aí de lá fui pro Caicó, aí fui pro abrigo aí do abrigo eu vim pra cá. No Pesqueira eu morei com uma amiga da minha mãe.

Nos mudamos do Morro porque minha mãe, ela se endividava né? Ela pedia dinheiro os outro emprestado pra pagar depois. Aí chegou um tempo que ela não conseguiu ter dinheiro pra pagar, aí ela vendeu a casa. Aí a mulher né, que ela pediu dinheiro emprestado ficou ameaçando ela, dizendo que ia pegar uma faca, que ia cortar ela, que ia fazer um monte de coisa, aí ela pegou e se mudou de lá, se mudou pra Sítio Novo, ela ficou morando lá, aí de lá da Sítio Novo ela foi embora, aí eu fiquei morando lá sozinho, ela foi embora pro Bairro Azul, aí de lá eu fui pro Pesqueira e de lá eu fui pro Bairro Azul [reencontrar a mãe].

Educadora Social: E antes de ir pro abrigo tu já tava ameaçado há quanto tempo?

Nando: Há 2 meses.

As mudanças foram muitas e com tanta frequência que o entendimento da trajetória fica comprometido para quem a ouve uma, duas, três vezes. A cada nova situação de vulnerabilidade que surgia, uma mudança e, com isso, os prejuízos aos membros da família, que em alguns momentos se separaram e em outros voltaram a se encontrar. Dentre as várias experiências de itinerância pelas quais Nando passou, morou ainda na casa de traficantes do bairro e disse que realizava pequenos furtos para se sustentar, passou cerca de um mês nessa situação até ser abrigado na casa da irmã.

No caso de Nando, atualmente, que a família se encontra sob a proteção do PPCAAM, sua mãe reage de forma negativa a algumas faltas de Nando à escola, alegando que os filhos sempre reclamavam que perdiam a escola, porque se mudavam muito, agora que estão em um canto fixo, ele não quer ir à escola. No entanto, diferentemente das demais crianças da casa, Nando tem a peculiaridade de estar fora da faixa etária e se inserir em turmas do EJA (Educação de Jovens e Adultos), que não correspondem ao seu grupo etário, como ele narra com propriedade: *“Na minha sala só tem coroa e uns meninos de uns 19 anos”* e complementa *“é, quando eu pegar as amizades na escola, vou gostar mais”*. Acrescenta ainda a pouca complexidade das atividades escolares, que parecem desmotivadoras e sem que exija dele estudos ou maiores esforços, inclusive para além do horário das aulas.

No caso de Edi, o adolescente passou a ser ameaçado em sua própria comunidade, tanto por conflitos ligados ao tráfico, como por ter sido testemunha ocular de um homicídio. Em meio a esses conflitos, residiu com a avó, mas por ter praticado alguns roubos nas redondezas, foi perseguido por pessoas da área. Posteriormente, morou com um tio materno e, novamente, se envolveu em conflitos quando estava alcoolizado. Ficou por um tempo em situação de rua e também se envolveu em pequenos roubos.

Essa itinerância se deu sem que sua família o acompanhasse nas constantes mudanças que o adolescente empreendeu pelas casas de parentes em outras cidades. As passagens por diversos locais não lograram transformação nos caminhos já percorridos pelo adolescente e, a cada nova tentativa, a mesma frase se repetia pelas Conselheiras Tutelares: *“ele arruma confusão em todos os locais que passa”*.

“A proteção integral prevista no ECA, encomendada ao Conselho Tutelar, amplia a rede de cuidados com crianças e jovens. Contudo, em nome da segurança da população, expande o controle social por meio de uma gestão de riscos infinita (LEMOS; SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2014, p. 163)” além de materializar no sujeito e na família a causa de seus males, como expresso pela mãe de Edi: *“já sofri muito nas mãos de conselheiras”*. Na trajetória de Edi, quando se esgotaram as possibilidades de acolhida junto aos familiares, o adolescente foi abrigado em comunidades terapêuticas, em acolhimentos institucionais e, então, incluído no PPCAAM. Em meio a essa complexa trajetória ele argumenta: *“vocês não sabem o que eu já passei”* — significando a frágil proteção diante dos momentos difíceis em sua vida.

Os recursos de proteção podem ser de ordem pessoal, tais como sentimentos de autoestima, autoeficácia, autoconfiança, confiança no outro e boa perspectiva de futuro, que contribuem para uma percepção positiva de si, bem como no âmbito social, relacionados diretamente com os vínculos afetivos na família e na comunidade da qual participa (MARANHÃO *et al*, 2014. p. 4).

Edi também não estava na escola havia mais de dois anos e a última série cursada, de forma incompleta, foi o 7º ano do Ensino Fundamental, situação que dificultou seu retorno imediato após a entrada no Programa, devido à falta do histórico escolar daquele ano, ingressando em regime de CEJA, que não costuma ser atrativo para adolescentes.

A itinerância pelas quais esses adolescentes e suas famílias passam gera instabilidade tanto no que se refere ao local, quanto aos vínculos sociais estabelecidos por serem permanentemente substituídos. Tanto Edi como Nando relatam sentir saudades dos amigos e parentes que já não encontram.

As situações de ambos os casos se repetem em alguns momentos: no caso de Edi, ele mudou de residência sozinho, mas sua mãe é enfática ao falar das visitas constantes que realizava e no compromisso financeiro que tinha com o filho; já Nando foi acompanhado pela família, ou por parte dela, em alguns momentos, por questões também relativas a conflitos existentes com outros familiares. Assim, mesmo com as fragilidades e as peculiaridades existentes em cada família, elas tentaram a seu modo, proteger a vida dos seus adolescentes.

4.5 Reconhecimento e autonomia: a busca dos adolescentes por reparação frente às trajetórias vividas

A partir das categorias analíticas empíricas configuradas neste trabalho, surgiu a necessidade de compreender de que forma os adolescentes (participantes dessa pesquisa) buscaram reconhecimento e autonomia em meio à vivência de ameaça e medo da morte anunciada. Assim, esse tópico visa considerar esses aspectos em seus cotidianos, diante da família e dos pares.

Para Edi, esta busca vincula-se à necessidade de obter bens materiais, seja por meio do trabalho ou da ajuda dos pais e, para isso, entrava em conflitos cotidianos, principalmente com a mãe. Segundo ela: “*ele tenta me cansar*”. O adolescente, na maioria das vezes, não conseguia negociar com os pais e impunha suas vontades, centrando-se no discurso do “*eu quero dinheiro, tô precisando de dinheiro!*”.

Após o início das vendas de lanches pela mãe de Edi, ele aumentou a pressão direcionada a ela: *“pode me dar, você não vendeu essas coisas de graça”*. A relação continuava tensionada diante desse tema e os membros não conseguiam chegar a acordos coletivos, mesmo a mãe tentando constantemente amenizar e apaziguar a situação, justificando que Edi é um bom filho, calmo e tranquilo, quando o dinheiro não está em pauta.

A falta de consenso e de acordo perdurou e, frente a isso, a equipe do PPCAAM mediou a situação e acordaram o valor de R\$100,00 (cem reais) para o adolescente arcar com suas necessidades durante o mês. Porém, logo após a firmação do acordo e do recebimento do dinheiro, Edi se mostrou impaciente, dizendo que tinha um compromisso e precisava sair, pois ía fazer uma tatuagem, *“vou riscar o braço completo”*, afirmando na sequência: *“o corpo é meu e eu faço o que quiser”*.

O adolescente continuou a buscar se afirmar e demonstrar seus interesses, independente de seus familiares, mesmo com o Psicólogo orientando que em estúdios sérios, tatuagens em menores de 18 anos só são realizadas mediante a autorização dos pais. Isso, no entanto, não pareceu impactá-lo e, frente à desaprovação dos pais e orientação da equipe, ele disse em um tom agressivo e impaciente: *“eu vou fazer minha tatuagem, não me importo, na volta vou entrar por aquela porta, passar pro quarto pra dormir e quero todo mundo calado, sem dizer nada”*.

Depois de um tempo, ele voltou com uma flor desenhada na parte posterior da mão. Achamos, naquele dia, que ele faria uma caveira e três dragões no braço. Edi, em outra visita, estendeu a mão de forma orgulhosa, para que o desenho pudesse ser visto por nós. A tatuagem era bonita, de uma estética interessante, toda preta, mas bem diferente do que ele nos fez acreditar que faria. Tendo em vista o histórico de negligência e abandono vivenciado por Edi na infância e adolescência, conforme aparece nos seus discursos, talvez ele estivesse investindo em formas de receber atenção e apoio dos pais e dos técnicos, mas não encontrava, muitas vezes, espaços saudáveis de diálogo.

Na última visita de pesquisa à casa da família, juntamente com a equipe do PPCAAM, vivenciamos um conflito intenso entre seus membros. Quando chegamos, a mãe começou a narrar novamente a insistência de Edi por dinheiro e o quanto ela se sentia torturada por isso. Os signos dinheiro e consumo, ao serem supervalorizados por Edi, nos levaram a compreender muitos problemas que envolviam a família, agravando e intensificando seus conflitos.

O relato da mãe continuou ao dizer que Edi pedia-lhe um valor, por exemplo, para a compra de um chinelo e para o corte de cabelo, mas não realizava o combinado e insistia por mais, sem justificar o que tinha feito com o valor recebido. Diante do relato da mãe, o pai entra na conversa de forma meio descontextualizada: *“ele não é doido, quem não escuta pai e mãe em casa vai aprender na rua.”*

Mas, em que momento e de que forma a voz do Sr. Paulo se fez presente na vida de Edi? Diante da intervenção do pai, Edi, de forma abrupta, saiu do quarto e começou a berrar, inconformado, aspectos da sua história de vida: *“a gente não vive uma vida normal, você vai me pagar por tudo que você fez [apontando para a mãe], nessa vida ou em uma próxima, nem que seja no inferno!”*.

O adolescente continuou sua forte expressão de raiva e rancor dos pais: *“Ela aqui [se dirigindo à mãe] me abandonou na casa da minha avó, quase não levava roupa nem comida, só ia uma vez por ano, no Natal.”*. Disse que sua avó o sustentava e sua mãe se sentia aliviada em não tê-lo em casa. A mãe rebate as acusações dizendo que com frequência ia à casa da sua mãe levar roupa e comida ao filho, mas confirmou a dificuldade de convivência com ele.

Edi complementa sua expressão de fúria e desejo de reparação pela ordem material: *“cadê? Tu [se referindo à mãe] não compra uma roupa pra mim, eu só tenho duas bermudas e as blusas fico revezando pra usar, mas essa aí [aponta pra irmã mais nova] desde que nasceu tem tudo, sempre ganha presentes e é cheia de roupas.* Edi reforça que os pais vão pagar por tudo que ele sofreu na infância: *“O que vocês tão vendo, tá só começando”*— alerta em tom de ameaça.

Ele significa, a partir do abandono, a trajetória de risco e vulnerabilidades por quais passou e nutre expectativas que a família o proteja, que repare o dano causado, ao mesmo tempo em que não demonstra plena confiança de que isso vai acontecer e, portanto, testa, diariamente, tanto o amor da família como a habilidade de atendimento do programa, mas a família costuma não responder de forma adequada.

O pai, então, pede que Edi saia de casa: *“vá, siga seu caminho, vá pra onde estava indo.”*. O adolescente fica mais alterado e diz: *“vocês dois são farinha do mesmo saco!”*. Retoma que passou uma infância de miséria e que ninguém, nem os pais, têm dimensão do que ele sofreu. E reforça: *“vocês têm que me sustentar sim, porque me botaram no mundo e eu não pedi pra nascer”*. Agradece ao Programa pelas ações que tem

empreendido, e repete que eles não vivem uma vida normal. Aparecida, diante do extravasamento do filho, diz: “*deixa ele gritar, deixa ele desabafar...*”. Reforça que mesmo assim vai cuidar dele, que não vai abandoná-lo, reconhecendo a necessidade de repará-lo.

Ao mesmo tempo, a mãe retoma que não entende a escolha do filho pela modalidade de inclusão familiar no PPCAAM, que este devia ter escolhido ficar em um abrigo, pois dizia que a família era tão importante e agora os trata dessa forma: “*Aqui ele tem tudo, comida feita, roupa lavada, tudo pronto e não agradece.*”.

Parece que todos estão em débito com ele e a estratégia imediata para repará-lo em sua dor é provocar o mesmo sofrimento que sente aos pais, dirigindo-se a eles como inimigos e os culpabilizando pelo que passou na vida. A família, por sua vez, também fez mudanças ao se voluntariar para a proteção e espera ser reconhecida e compensada por isso. Fica explícito no choro e na dor de Edi o quanto a família faltou com a proteção e, agora, almeja reparar, ao tempo em que faz cobranças a Edi, em uma atitude de responsabilização mais clara para com o adolescente. Ele, por sua vez, segue colocando a família à prova.

Com o agravamento dos conflitos familiares, o PPCAAM cogitou iniciar um processo de desligamento da família, a mãe diante disso, sustentou a posição de proteção ao filho, estando com ele, onde for preciso. Edi argumenta: “*mas só por isso?*”. “*Eu não fiz nada, toda família tem seus problemas*”.

A família é significativa para Edi, por isso ele se remete ao passado com sofrimento, mas ao presente com maior alívio, reforça que não quer ir para acolhimento institucional e que deseja continuar no PPCAAM. O pai do adolescente, com certa frequência, piorava a situação, como se também almejasse ser visto, ser reconhecido, ser necessário. A busca por autonomia e reconhecimento envolve forte pressão sobre a família e torna mais acirrados os conflitos, inclusive fazendo vir à tona mágoas e cobranças de reparação pelos sentimentos de abandono.

Esses aspectos na trajetória de Nando não se mostram de forma tão centralizada como na narrativa de Edi, ainda que, de igual maneira, repercutam na forma como o adolescente busca reconhecimento e autonomia. Nando também solicita à mãe reparos frente às negligências sofridas, gerando conflitos com os irmãos que o veem como beneficiado por ela. Houve episódios em que Nando se automutilou, fez rasgos e ferimentos nos braços. O Psicólogo da equipe, atento à situação, perguntou à mãe de Nando como estava seu estado e

ela logo respondeu: “*ele parou, mas ameaçou fazer de novo, que podia dizer pro PPCAAM que ele iria voltar a fazer*”.

Os irmãos relatam que Nando reage com veemência sempre que desafiado, dessa forma, basta um deles questionar: “*eu duvido que você se corte*” e ele mostra que o faz, almejando reconhecimento ao concretizar a ação. Esse fato se repetiu por algumas vezes, diante das mudanças, da adaptação ao novo contexto e da dificuldade inicial da manutenção de uma dinâmica saudável, pela convivência ininterrupta dos irmãos antes da inserção na escola.

Nando e seus irmãos incorporam à construção de suas identidades mudanças em suas imagens corporais e, assim, promovem transformações criativas pensadas por eles. Em uma das visitas, ao chegarmos, estavam todos os adolescentes com os cabelos pintados de loiro, em outra ocasião, Nando fez cortes nas duas sobrancelhas e usava óculos diferenciados, mesmo sem nenhum grau. Era notável ainda, que na nossa presença, eles corriam para o banho, se perfumando em seguida, para se integrarem ao atendimento.

Nesse contexto da entrada na adolescência e proximidade das idades entre os irmãos, as paqueras no bairro e as socializações afetivas foram reveladas pelos meninos facilmente. A mãe nos conta que Nando se perfuma e vai até o portão para paquerar uma menina, gerando brincadeiras dos irmãos frente a esse comportamento, e ele logo responde: “*olha, eles não pegam ninguém e ficam falando de mim*”, e complementa que, ao passar na rua, uma menina falou: “*ei tu tem whats [whatsapp]?*”, relatando com surpresa a atitude inesperada da menina.

Essas trocas, brincadeiras, brigas e peripécias com os irmãos se estendiam para quase todos os aspectos da vida de Nando, e ele assumia a liderança de irmão mais velho. Uma das inventividades dos irmãos foi tentar abrir o portão com um broche¹⁶ no momento em que a mãe e sua companheira não estavam em casa. Quando anoiteceu e elas foram dormir, Nando e o irmão tentaram novamente, lograram êxito e saíram de casa para ficar conversando com uns meninos da rua. A socialização dos adolescentes tem se intensificado e, diante das regras impostas pelas mães e pelo PPCAAM, eles encontram escapes para vivenciar e experimentar novidades entre os pares.

¹⁶ Broche é um acessório (ou joia) decorativo projetada para ser presa ao vestuário. Ela é usualmente feita de metal, frequentemente prata ou ouro, mas em alguns casos, bronze, aço ou algum outro material.

A mãe, em retaliação, deixou Nando fora de casa no dia seguinte. Segundo o adolescente, ela reage com violência verbal diante dessas situações e ele, para atingi-la, disse que queria voltar para um Acolhimento Institucional, almejando com isso, cuidado e proteção por parte da família. *“Eu vim por causa dele, e ele não tá agradecendo, o pior que o Simão quer ir no mesmo embalo”*, afirma a mãe do adolescente diante dos conflitos entre o grupo.

Diferente de Edi, Nando quase nunca pedia dinheiro à mãe, ela disse inclusive que dava R\$1,50 pra ele comprar bombons na escola, mas que havia suspenso após essa ocasião da abertura do portão e que, tampouco, iria comprar umas blusinhas para ele que tinha prometido.

Ao final da visita, Nando sentou no sofá e ligou a televisão. Pôs uns DVD's e ficou cantando na sala, Kondzilla e Mc Huguinho. Quando a música começava ele dizia: *“mãe, lembra que o fulano colocava essa música no carro dele lá no bairro?”*. Repetiu a mesma frase com outra música como se ele quisesse nos aproximar de uma parte do seu mundo e, por ser um garoto de apenas 15 anos, gostaria de ter a felicidade mais próxima e poder se divertir mais e receber mais carinho da sua família.

Os adolescentes na busca por reconhecimento e autonomia demonstram a falha de aspectos protetivos em suas vidas. E expressam expectativas de reparação destes, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares, colocando à prova, em meio às situações arriscadas e conflituosas, as habilidades de amparo das suas famílias.

5 CAMINHOS VIVIDOS ENTRE TERRITÓRIOS CONCRETOS E AFETIVOS

Neste capítulo, daremos realce à dinâmica familiar e ao modo como os vínculos existentes se transformam nessa nova condição em que se torna mais aguda a vulnerabilidade em face à ameaça de morte de um dos seus membros, bem como da nova configuração que se organiza com o engajamento no PPCAAM. Esse processo mobiliza uma série de sentimentos advindos de vivências, conflitos e atitudes entre os familiares, podendo levar a maior aproximação ou, ao contrário, ao acirramento dos conflitos e mobilização de cobranças, culpas, etc. Assim, a família aparece tanto como suporte de proteção quanto gerando tensões e conflitos ou mesmo em situação de fragilidade que suscita também para ela a necessidade de cuidados especiais e proteção.

5.1 A família: entre o proteger e a necessidade de ser protegida

Uma tese facilmente levantada pelo senso comum se relaciona à ideia de família desestruturada para explicar a relação entre adolescência e violência, como se o tipo de relação estabelecida entre os membros, as precariedades materiais advindas do acometimento de doenças, vícios, desemprego, fossem os responsáveis pelo envolvimento do adolescente com o crime. E o jovem, portanto, nesse contexto, não poderia ter outra saída, sendo então individualmente culpabilizado por seus atos e por essa “determinação”. Isto reflete a permanência das ideias do Código de Menores de 1979, assentado na doutrina da “situação irregular”.

Uma das famílias acompanhadas - a de Nando - ilustra bem que essa ideia generalizada da família desestruturada é um mito que logo se desfaz, mesmo que existam tensões, conflitos e a repetição de ciclos de vulnerabilidades e violências nas relações. A mãe de Nando foi avó aos 36 anos, teve seu primeiro filho na adolescência e sua mãe lhe dizia “*é bom ter logo tudo junto, porque crescem tudo de uma vez*”.

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência também percebeu a necessidade de proteção especial tanto às mães que perdem seus filhos como àquelas que engravidam na adolescência:

Os homicídios de adolescentes impactam as famílias das vítimas, sobretudo as mães que, em sua maioria, são mulheres jovens. Em Fortaleza, 55% dos adolescentes

mortos eram filhos de mulheres que foram mães ainda na adolescência, portanto, em situação peculiar de desenvolvimento. Ao cuidar de outras crianças, elas se tornam mais vulneráveis, enquanto também vulnerabilizam os filhos. Nas demais cidades, a pesquisa revelou um quadro semelhante, com exceção de Juazeiro do Norte. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 2016, p. 536).

Lyra (2013) analisa que diversos estudos, ainda que dotados de extrema importância pela inovação característica, reproduzem uma interpretação que une a precariedade material e moral ao jovem em conflito com a lei, como se houvesse uma renúncia social desses meninos à família e às outras instituições. Para o autor, o foco na violência precede o olhar voltado aos adolescentes, muitas vezes perdendo ensinamentos sobre a vida coletiva, justiça, alteridade ou pertencimento. Tem-se daí a necessidade de entender os sentidos atribuídos pelos adolescentes às suas histórias de vida, em suas diversidades e multiplicidades, construídas na interação com suas famílias em diferentes contextos.

Para as autoras Lemos; Scheinvar e Nascimento (2014), quando se adota essas referências baseadas na precariedade moral dos jovens e de suas famílias, criam-se políticas públicas que operam sob a ótica do julgamento de valores, produzindo formas de controle social que nem sempre se reverterem em formas de proteção para as populações alvo dessas políticas, não revertendo as situações para as quais elas foram criadas.

A estratégia da quantificação dos riscos tende a aumentar a demanda por políticas de segurança que incidem sobre a possibilidade de um “vir a ser” etiquetando as populações.

Os trabalhadores sociais, no Estado Moderno, localizados nos âmbitos executivos e judiciários, dedicam-se a produzir mecanismos, otimizar escalas, sofisticar procedimentos de controle e formas punitivas. O risco converte-se na sua maior razão de ser. Ele justifica e incita as normas e todos os aparelhos em torno dela, que dão sentido às práticas chamadas sociais (LEMOS; SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2014, p. 160).

A população em risco é, em geral, invisibilizada socialmente, mas vigiada para que se porte de acordo com as normas e leis. O risco passa a ser o desvio da norma. Essas práticas vão ganhando espaço principalmente no trato das políticas dirigidas à infância e à adolescência, no intuito de prevenir e minimizar problemas futuros, sobretudo da infância e adolescência “pobre” e “não adaptada”. “Na gestão dos riscos, norma e lei se coadunam e rivalizam no plano das práticas dirigidas a crianças e a jovens (LEMOS; SCHEINVAR; NASCIMENTO; 2014, p. 160)”.

Vemos com frequência a preocupação dos pais em manter os filhos pequenos longe dos perigos da vida na comunidade e afirmando que fizeram tudo que puderam para manter os filhos longe do crime, contradizendo o argumento da “desestruturação familiar”. É justo oferecer reconhecimento, oferecer uma segunda chance a quem jamais contou com o acesso aos direitos mais elementares (SOARES, 2005).

A mãe de Edí relatou, em um momento de muito desespero diante dos problemas encontrados, que não sabe por quanto tempo vai aguentar aquela situação e não entende o que fez para merecer tal, pois sofreu muito nas mãos das conselheiras tutelares, sendo responsabilizada e culpabilizada pelos comportamentos do filho. Acrescentou ainda que diante da necessidade de Acolhimento Institucional para o filho, este se viu diante do aumento do rigor das regras do estabelecimento com o intuito de que ele evadisse do espaço.

Sentido contrário a esse, poderia ser dado caso houvesse a construção de fatores protetivos pelas redes de apoio externas, vinculadas as políticas públicas e outras organizações, fatores que podem ser considerados na medida em que favorecem o desenvolvimento saudável e influenciam no modo de interação com o mundo.

Costa e Dell’Aglia (2009. p. 220) classificam os fatores de proteção em três tipos:

- 1) individuais, nas disposições positivas de personalidade;
- 2) familiares, um ambiente que ofereça apoio emocional e social;
- 3) rede de apoio com a presença de outros sistemas externos com a função de: 1) reduzir o impacto dos riscos, alterando a exposição à situação adversa; 2) reduzir as reações negativas em cadeia, seguintes a exposição; 3) estabelecer e manter a autoestima e autoeficácia; e 4) criar oportunidades para reverter efeitos de estresse.

Entre os fatores de proteção, o apoio social é o que mais se destaca por estar na interface entre o sujeito e a realidade social da qual ele faz parte. Remete-se aos aspectos positivos das relações sociais no compartilhamento e suporte em momentos de crise e no auxílio às novas adaptações. Relacionam-se, portanto, com a qualidade dos vínculos estabelecidos, que podem ou não ser duradouros. Para Yunes e Szymansky (2001. p. 9),

Falar de mecanismos de proteção implica numa abordagem de processos por meio dos quais diferentes fatores interagem entre si ao longo do tempo e alteram a trajetória do indivíduo. Como produto final desses processos de proteção predominantes frente às adversidades significativas teremos o fenômeno da resiliência.

Assim, o fenômeno da resiliência se desenvolve mediante algumas condições e, dentre elas, estão os fatores de proteção e as redes de apoio social (CASTRO; LIBÓRIO, 2010). A primeira rede de apoio é formada pelo microsistema familiar, onde são constituídos os primeiros vínculos e desenvolvidos os laços afetivos que podem contribuir para o desenvolvimento das habilidades adaptativas. O papel dos pais tem grande influência no comportamento dos filhos e na construção de suas redes de apoio “[...] constituindo um agente socializador importante de onde crianças e adolescentes desenvolverão outras interações [...] (COSTA; DELL’AGLIO, 2009. p. 230)”.

No caso de Edi, analisado por esse estudo, vimos a desresponsabilização e o pouco suporte oferecido pelo pai, em termos financeiro, afetivo e protetivo, ameaçando, com frequência, deixar a família e retornar à sua antiga residência, onde podia manter certo conforto, oferecido por sua família extensa, situação evidenciada desde a entrevista de avaliação para entrada no programa.

O Sr. Paulo é analfabeto e levou a vida empregado como vigia em dois supermercados cujo proprietário é seu irmão. Esse fato pode o ter levado a não se movimentar em busca de uma melhor qualificação, já que aquele emprego lhe era garantido. Quando foi perguntado sobre o que ele fazia, qual era sua função, ele disse: “*eu olhava, eu ficava lá olhando*”. O que será que ele olhou por tanto tempo que o fez esquecer de si e o paralisou nessa ação? Além disso, o pai dispunha de certos mecanismos que visavam provocar e desestabilizar o adolescente.

Esta família apresentava uma dinâmica familiar bastante conflituosa, com ciclos de violência doméstica iniciada pelo pai, que repercutia na violência do filho com a mãe e com a irmã mais nova. Logo na primeira visita, a mãe do adolescente narrou alguns fatos ocorridos durante a semana, dentre eles que o marido não lhe cedia parte do dinheiro que havia trazido, mesmo que fosse emprestado, para ressarcir-lo posteriormente.

O pouco interesse do pai em contribuir com o ambiente de proteção vai sendo reforçando com o passar dos meses, ao contrário da mãe, que investia no engajamento em cursos preparatórios para atividades laborais, com o empenho necessário para favorecer a superação das condições de risco e ameaça do filho. As relações familiares, nesse caso de Edi, configuram um ambiente de tensão e conflito, que se acirra nas interações entre o pai e o filho, chegando a episódios de agressão física.

O conceito de vulnerabilidade social se articula com a percepção de que as condições de vida da família podem ser fatores de dificuldade, de obstáculo na realização dos projetos pessoais do jovem, ao mesmo tempo em que favorecem estilos de vida e de integração social que podem adicionar riscos ou não à sua trajetória (CORREA; SOUZA, 2011).

Com isso, a dificuldade em reconhecer sentidos de cooperação numa sociedade em que somos obrigados a contribuir com um modelo de desenvolvimento baseado na competitividade e individualidade parece ter relação com a dificuldade que ocorre no círculo familiar, num âmbito microsocial, onde os sentidos desconexos criam conflitos inconciliáveis. Mesmo enquanto membros de uma família, eles se mostram incompreensíveis aos demais, cada qual com objetivos mais ou menos individuais e entendendo o outro como o obstáculo, que impossibilita a realização de si, ao mesmo tempo em que juntos, representam sua melhor opção de estabilidade e sobrevivência. O pai, a mãe, Edi e a irmã mais nova vivenciam esse paradoxo, cada um atribuindo ou rejeitando funções a si mesmos e aos outros, sem reconhecer os afetos envolvidos.

Em meio a esse quadro de agressões e desavenças entre os familiares, tentávamos uma aproximação com o adolescente para compreender sua história e seu lugar nesta família. Entretanto, sua resistência à nossa aproximação permaneceu até o final do acompanhamento, o que tornou mais difícil as análises seguindo apenas as narrativas de Edi, sempre monossilábicas e pouco elucidativas para o que estávamos buscando investigar.

Apesar dessa dificuldade, foi bastante significativo o acompanhamento e as observações ao nos dar pistas para entender algumas razões da pouca cooperação e da aparente resistência ao nosso contato. Quando solicitamos que falasse um pouco da sua história de vida e pedimos a sua autorização para gravar, Edi logo fez um gesto negativo com a cabeça e disse: *“a minha história é muito triste, eu não gosto de contar pra ninguém não, não gosto de me lembrar”*. Esta afirmação é bastante elucidativa da percepção que ele tem sobre si e, inclusive sobre a falta de perspectivas positivas para sua vida. Ademais, aponta para fragilidade e sentimentos depressivos, que fornecem algumas pistas para o entendimento de suas reações agressivas e pouco colaborativas com a equipe do Programa e também com a nossa pesquisa.

Foi possível perceber também que a proteção exacerbada empreendida pela mãe, fruto de um contexto machista e patriarcal, faz com que Edi e seu pai Paulo permaneçam em

posições privilegiadas ao terem os afazeres da vida cotidiana facilitados por Aparecida. Dessa forma, eles não constroem sentidos de responsabilização e independência que visem contribuir com a sobrevivência da família por meio de um projeto coletivo e, quando cobrados por isso, exigem liberdade e respeito, uma vez que seus objetivos individuais estão sendo atendidos. Manoela, a irmã caçula, carece de atenção especial do PPCAAM em meio a esse processo familiar pelo qual passam seus entes.

Nos aspectos relativos à família de Nando, apesar de existir conflito, especialmente entre ele e seu irmão de idade mais próxima, a dinâmica familiar se apresenta bem mais harmônica, no sentido de haver uma confluência dos investimentos dos membros no interesse em dar suporte protetivo para ele. Mesmo sendo numerosa e formada por famílias distintas, que se juntaram em função do vínculo das duas companheiras, os integrantes pareceram comprometidos com a superação do risco de morte do adolescente.

Na família de Nando, as atribuições parecem estar melhor distribuídas. Existe uma maior divisão de tarefas e o reforço para essas ações entre os membros da família. Nando parece almejar corresponder ao esforço e à confiança dedicada a ele pelo restante do grupo, não se mostrando avesso às possibilidades de cooperação. Na visão do adolescente, a proteção se situa “*onde a gente se sente seguro*”.

Para Castro; Libório (2010. p. 26-27) “[...] não devemos focar isoladamente uma condição na vida no indivíduo e atribuir-lhe a condição de risco, o que é fator de risco em uma situação pode ser fator de proteção em outra.”. Como no caso da família de Nando, que se organiza de forma a superar a adversidade vivida por ele. Neste sentido, o ambiente familiar passa a ter uma função protetiva que é reconhecida e valorizada pelo adolescente. Assim, aparece em sua narrativa uma relação importante entre risco e proteção que, no seu caso, se constitui efetivamente no coletivo familiar. Ele entende que o risco afeta a todos, assim como a proteção não pode ser individualizada.

5.2 Resistência à mudança: a dinâmica perpetrada pelas famílias das profecias autorrealizadoras

Soares (2005) afirma que contar com o apoio alheio para o projeto de mudança e transformação é enganar-se, ainda que essa mudança pareça um desejo coletivo e uma expectativa social. “Há uma conspiração para fixação de identidades e pelo congelamento de

suas respectivas qualificações, especialmente se suas qualificações forem estigmatizantes (p. 100)”. Para o autor, há um tipo de resistência organizada das instituições e uma oposição das pessoas que nos cercam. O sistema organizado em torno da doença não pode suportar a cura e não acolhe a saúde.

Na citação abaixo, temos a tradução da inconformabilidade de quem é considerado bandido e as amarras que não o conseguem livrar dessa situação.

Todos os bandidos que conheci, independente do documentário, sempre foram muito carentes. Sempre se mostraram contra o crime e inconformados de viver daquela forma. Pra quem está de fora, a visão que se tem é de sem-vergonhice, mas pra quem tá dentro, é como uma praga jogada sobre eles, difícil de desatar. E, quando se tenta sair, é preciso ter recursos para alimentar a memória deixada pelo crime e pela corrupção, pois os policiais, uma vez que sabem que você já foi bandido, nunca aceitam a regeneração (ATHAYDE, 2006. p. 93).

Na trajetória das famílias acompanhadas, essa situação apareceu com certa recorrência, incidindo na produção dos sentidos de risco e proteção para os adolescentes, uma vez que suas famílias legitimam a situação de estagnação e não transformação e, com isso, não apoiam e não encorajam os adolescentes a alçar voos diante de novas descobertas.

Na família de Edi, o Sr. Paulo desqualifica o filho sempre que pode, mostrando seu descrédito frente as tentativas de mudança empreendidas pelo adolescente, repetindo frases como: *“ele não quer nada”, “não nos ouve”, “não obedece a ninguém”, “vai aprender na rua, quebrando a cara”*, esperando que a profecia autorrealizadora se concretize.

O que então esperar do adolescente? Que lugar lhe está sendo reservado?

A mãe do adolescente Edi, durante nosso acompanhamento à família, por um lado fez grandes investimentos no processo de mudança do filho mas, por outro, parecia perder a esperança de que sua crença se realizasse e afirmava não acreditar que o adolescente começasse a trabalhar e estudar, pois mesmo ela o ajudando de todas as maneiras, ele não se mobilizava.

Edi demonstrou, em alguns momentos, ter uma consciência mágica da vida e dos seus processos, simplificando os caminhos que ele deveria percorrer como forma de se desresponsabilizar. Exemplificada em um momento que Edi, para tentar uma vaga de estágio, deveria fazer currículo, tirar fotos 3x4, estar matriculado na escola, ir ao CIEE para preencher um formulário da instituição, etc. E, diante da proposta de ajuda dos técnicos do programa para esse processo, ele pediu para deixarmos para depois, pois não estava disponível naquele

momento. O psicólogo perguntou quais compromissos ele tinha, já que tantas vezes ele havia reivindicado um emprego e acrescentou que, apesar de irmos no ritmo dele, tínhamos um limite diante das suas decisões. Aprendemos com Edi, com suas vontades, dúvidas, contradições e desejos, que não poderíamos reafirmar o discurso trágico dos pais, mas aguardar e dialogar, dentro dos limites de uma proposta institucional, com o tempo dele, com seus avanços e retrocessos.

Passando à família de Nando, foi comum vermos certos aspectos das profecias autorrealizadoras se repetindo pela mãe do adolescente e pelos técnicos do programa, que tentam lembrar a experiência que ele já viveu, como forma de conscientizá-lo para mudanças presentes. Em uma das visitas, diante das críticas da família ao comportamento do adolescente, ele permaneceu na conversa, calado, olhando aquele grupo adulto tecer opiniões sobre ele e sobre os caminhos que ele deveria escolher em sua vida. Nesse ensejo, Poliana (mãe de Nando) afirma: “*eu já dei muitas oportunidades a ele*”, “*ele vinha se comportando bem, mas deu uma ‘desmelhorada’*”. Afirmara isso mesmo em um contexto favorável, onde Mara voltou a trabalhar, os filhos retomaram as atividades escolares e Nando estava se socializando melhor.

Após essa conversa, Nando afirma em tom baixo: “*iche tia, não tava entendendo o que tavam falando ali na sala*”. A conversa, que se organizou em tom de carão, não dialogou bem com o adolescente, não havendo espaço para compreensão e entendimento de como ele significava aquele momento.

Poliana cogitou, em vários momentos durante a visita, a possibilidade de encaminhar o adolescente pra um acolhimento institucional, “*eu queria assim que ele fosse pra um abrigo, sabe?*” Mesmo a Assistente Social insistindo que ele não tinha perfil, pois não estava com os vínculos familiares rompidos, ao contrário, Nando convivia muito bem com todos, mesmo com alguns conflitos existentes, fato que configura a dinâmica de qualquer família. A mãe voltava a insistir de forma monotemática que o filho não mudava, que não iria mais ficar sofrendo por conta dele. Disse que se ele fosse para um abrigo, ela voltaria para o bairro em que moravam com os demais filhos, localizado na região da ameaça, pois sem a presença de Nando, não teriam problemas, completando que voltaria a morar perto das suas filhas também.

A partir das nossas crenças geramos ações, e Nando precisava da mãe e da sua credibilidade, demonstrando isso nos sentidos que ele atribuía à família. A educadora social

pergunta: “do que você gosta?”, ao que ele responde: “Gosto da minha família, da minha mãe, dos meus irmãos e da Mara (companheira da mãe de Nando).”. A Assistente Social relata que, quando Nando estava acolhido, chamava Mara de pai: “meu pai tá vindo me visitar.”. A educadora continua: “do que você não gosta?”, e ele diz: “De brigar com meus irmãos e de andar com o Renato.”.

Mesmo a mãe reclamando do comportamento do filho e não enxergando nele mudanças significativas, ela admite que Nando não tem feito nada de errado, mesmo andando com alguns meninos (como Renato), que ela suspeitava serem envolvidos com atividades ligadas ao tráfico.

E Poliana continua revelando saber que Renato saia pra assaltar, nessa hora, Nando fala em tom de muita surpresa: “quem? O Renato?”. Nando, então, o defende: “não, ele empresta a bike dele pro Diego lá de baixo assaltar, o Renato vende, mas não assalta.”. Nando acrescenta que não tem mais frequentado a casa do colega, que só o encontra na rua, e entende que essa sua atitude de afastamento promove sua proteção. Poliana disse que um dia Renato chegou no portão, chamou Nando e este pediu a um dos irmãos pra dizer que ele não ia. Nando, com a inserção no novo contexto de proteção e com a construção de novas redes sociais, ressignifica e reavalia a própria existência, elaborando alternativas e caminhos nesse novo território de interações sociais.

Ainda em um dos momentos de entrevista com Nando, após desligar o gravador, continuamos a conversa e nos referíamos à escola como um possível ambiente de proteção pra ele, que diante de novos acontecimentos, ele avaliasse o que em sua vida poderia trazer risco ou proteção. Ele parou por alguns segundos, pensou e disse:

Excerto nº21

Nando: então vc acha que andar com ele [Renato] é arriscado?

P: Devolvo a pergunta: Vc acha que é?

Nando: sim, porque é como a educadora disse, sempre tem os inimigo, vem alguém né que eu não sei.

Nando parece redimensionar os riscos pelos quais pode passar ao ressignificar o contato com o colega, recriando aspectos do seu cotidiano no momento em que narra. Acrescenta ainda que se sente normal no novo contexto de proteção. “E como é estar normal?”, ele responde: “sem rir e sem chorar”. A Educadora complementa: “e o que sua

família espera de você?”, ele diz: *“Mudança, minha família espera que eu mude, porque eu tô mal.”*

No acentuado processo de individuação, somos, com frequência, chamados a nos tornar empreendedores de nossas próprias vidas, dessa forma, o indivíduo tende cada vez mais a se autorreferenciar, buscando sentidos individualizados, situação que antes era procurada no sistema social de valores ao qual o sujeito pertencia (LA MENDOLA, 2005).

Naquela tarde em que Nando foi o foco das discussões, não sendo vislumbrado sinais de mudança, ele só poderia chegar a essa conclusão: *“eu tô mal”*, que era simplista e abarcava uma totalidade imensa de sentimentos. Nando, mesmo se responsabilizando através dessa resposta pessoal, significa a possibilidade de mudança para atender aos anseios da família, compreendendo o valor da existência dentro de um aspecto coletivo.

Ambos os adolescentes enfrentam o desafio da mudança e da transformação. Nando compreende uma perspectiva mais coletiva de proteção quando remete a importância da família e do grupo elementos de cooperação. Já Edi participa de uma dinâmica familiar mais individualizada, onde a mãe sozinha busca o crescimento de todos, que se motivam de forma individualizada, não participando dos esforços dela.

5.3 Impactos da proteção: a busca por autonomia e as redes de apoio construídas como alternativas

O adolescente Edi se socializou rapidamente no novo município estabelecendo uma rede de apoio entre os amigos, começou um namoro com uma moça do bairro, ao tempo em que também começou a participar de uma banda de rap e, possivelmente, será matriculado no CEJA à noite, não sendo possível outra modalidade de ensino no momento, visto que ele está há dois anos fora da escola. Edi também passou a frequentar um grupo de Le Parkour¹⁷ e havia passado o fim de semana na serra com esse grupo. No entanto, o encontro com o grupo parece não ter gerado sentimentos positivos em Edi e ele retornou triste da viagem.

Ao tempo em que ele estabelece relações de aproximação com diferentes grupos, também se distancia com certa rapidez, sempre narrando, ainda que de forma superficial, novos fatos e novos acontecimentos nessa dinâmica de inserção na cidade. A reinserção de

¹⁷ Desenvolvido como um método de treinamento que permite ao indivíduo, ultrapassar de forma rápida, eficiente e segura quaisquer obstáculos, utilizando somente as habilidades e capacidades do corpo humano. (Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parkour>)

Edi, no contexto da proteção, se deu pela rede de amigos e não por meio das instituições. Ele construiu uma dinâmica muito própria e pouco compartilhada com a família, levando Aparecida a buscar informações sobre o filho com outras pessoas.

Os técnicos também demonstraram dificuldade de interação com o adolescente. Em uma das visitas, o psicólogo dá a fala à educadora social: “*A gente não vai ficar ‘brother’ do Edi. Ele não quer ninguém entrando na vida dele.*”, mencionando a dificuldade de se vincular ao adolescente para trabalhar melhor as relações entre ele, o Programa, e a família.

Em outro momento, durante nossa tentativa de entrevistar Edi, perguntamos se ele estava gostando da cidade: “*Tô sim, o pessoal aqui é legal.*”. O adolescente apresenta uma visão positiva da proteção, a partir da rede social construída, mas quando a equipe do Programa o cobra por uma inserção junto às instituições, ele recua e reage de forma negativa, elencando elementos dificultadores nesse acesso.

No que se refere aos demais membros da família, a mãe do adolescente também construiu uma boa inserção na proteção. A partir da articulação da Assistente Social de um projeto de mediação de conflitos, a Sra. Aparecida passou a vender lanches na faculdade que abrigava o Projeto citado. A mesma profissional também mediou o contato da família com o CIEE para que o adolescente fosse incluído em um programa de Primeiro Emprego.

A Sra. Aparecida já havia experimentado vender caldos e tapiocas, e teve um bom retorno, mas, sem a ajuda do filho e do marido, decidiu parar. Segundo ela, Edi além de não ajudar, solicitava dinheiro com muita frequência. No entanto, após essa articulação da Assistente Social, ela retornou as vendas. Em momento anterior, a Sra. Aparecida já havia optado por ter menos recursos por não saber lidar constantemente com as solicitações do filho, apesar das outras questões envolvidas, como o não entendimento do adolescente das limitações da mãe ou a não compreensão das necessidades do filho.

O Sr. Paulo ajudava pouco a esposa, tanto nas atividades domésticas, como no cuidado com os filhos e na geração de renda da casa. Ele não se implicava no cotidiano construído pela família e não se sentia provocado a agir em assuntos que o diziam respeito. Aparecida ainda reforçava a pouca capacidade que ele demonstrava para a resolução das atividades cotidianas em família, quando disse em um momento de visita domiciliar: “*Paulo não serve para ir na reunião de pais da escola de Manoela, porque ele é muito tapado*”.

A proteção, ao mesmo tempo em que ajuda a promover e a reconstruir redes de apoio à família, como nas situações citadas – do adolescente por meio dos grupos de amigos

ou a mãe por meio da inserção produtiva e da qualificação – também influencia sobremaneira na diminuição da autonomia da família que está sujeita ao cumprimento e monitoramento de regras. Em uma das visitas, acompanhamos a família ao supermercado e a mãe, ao terminar as compras, pergunta aos técnicos do PPCAAM se poderia ter dado R\$ 10,00 (dez reais) ao filho para que ele comprasse uma carteira de cigarros, pois ele estava com raiva por conta disso.

A diminuição da autonomia da família de Edi também apareceu durante a discussão dos casos nas reuniões da equipe do PPCAAM, ao refletirem que a Sra. Aparecida demandava dos técnicos um tipo de autoridade aos filhos ou algum tipo de orientação quanto ao que devia fazer em determinados momentos. Como exemplo, a mãe ligava constantemente para perguntar se o adolescente poderia sair para fazer coisas simples do dia-a-dia. Parece esperado que haja esse tipo de insegurança em algumas famílias no momento inicial da inclusão, devido as novas regras a serem cumpridas dentro de um cotidiano completamente novo a ser vivido, mas espera-se que isso vá sendo ressignificado com o entendimento do novo contexto.

Alguns adolescentes incluídos no PPCAAM concebem que parte da bolsa em dinheiro destinada à família deve ir diretamente para eles, afinal, de forma simplista, eles são a “causa” de todos estarem ali, portanto, merecem parte do recurso. Essa ideia não está equivocada, mas as formas de negociação muitas vezes geram conflitos entre os membros, como apresentado na família de Edi. Dentro desse contexto da entrega mensal da bolsa, o Psicólogo da equipe refletiu com a família: *“nós não podemos ser a causa de intensificação dos conflitos entre vocês”*. O PPCAAM representa a relação entre a bonança e a restrição, pois as famílias ficam satisfeitas com o que passam a acessar em termos econômicos e de serviços, mas também entram em conflito constantemente com as regras estabelecidas para a proteção.

As famílias, com o passar do tempo, mostram indícios da reconstrução da autonomia, garantindo certo afastamento da equipe. Como ocorreu com Aparecida, que negou a oferta de ajuda da educadora social para a organização das compras e do financeiro ao dizer que prefere organizar sua vida doméstica sozinha, sem ninguém olhando ou interferindo, demarcando que na casa e naquela cozinha a regra era a dela, fortalecendo sua capacidade de liderança da família.

Aparecida, de todos os membros da família, foi quem mais buscou que as mudanças provocadas pela proteção acontecessem e que valesse a pena o esforço, por isso,

realizava as orientações da equipe de uma forma muito implicada, honesta e séria, mas, ainda assim, é preciso reconhecer os avanços e as expectativas no acompanhamento. Já a desresponsabilização do esposo era frequente, sendo comum durante as visitas ele ligar para o seu irmão perguntando se o sítio onde moravam ainda estava à disposição, caso ele quisesse retornar a antiga casa.

Os conflitos da família podem ser pensados também como reflexo da dificuldade de vivência em conjunto, na divisão de obrigações e responsabilidades com pessoas com as quais não se identificam ou não se compartilham objetivos, apesar de serem dependentes, é como se não houvesse um projeto coletivo entre os membros na família de Edi.

Já na família de Nando, os primeiros meses de reinserção também foram desafiadores, tendo em vista o número de crianças fora da escola, esperando o próximo ano iniciar, como também a dificuldade das mães em se reestabelecer produtivamente. Mara (companheira de Poliana) foi quem iniciou os primeiros investimentos para o crescimento da autonomia, frente aos impactos da proteção, como a busca por emprego e renda e a circulação por outros territórios. Ela vendia balas em coletivos e continuou a vender um pouco depois da entrada no PPCAAM, mesmo sem comunicar ao programa, que descobriu por uma coincidência, em que motorista da equipe a avistou em Fortaleza realizando a atividade com seu enteado Simão, aquele irmão mais próximo a Nando em termos de idade.

Durante uma das visitas, ao não encontrarmos Mara, o psicólogo narrou a história acima à Poliana e ela se surpreendeu e disse que não sabia, mas que Mara havia ficado sabendo que a sua mãe estava doente, mas Poliana não explicou muito bem como. O Programa entrou em contato com Mara e ela afirmou que estava vendendo as pastilhas nos coletivos e acrescentou que foi até a casa da sua irmã, pois soube que sua mãe estava doente. A mãe de Mara mora no interior do Ceará, mas ela encontrou uma prima no coletivo que disse: *“ah tu sabia que tua mãe tá doente e estava aqui?”*. Mara, então, disse aos técnicos que quer ir a cidade da mãe vê-la e levar uma quantia em dinheiro para ela. O psicólogo entende a importância do PPCAM proporcionar da melhor forma esse deslocamento, pois acredita que ela irá com ou sem autorização do programa. Dessa forma, cabe fazê-lo da maneira mais segura para família.

Mara já havia dito algumas vezes que todos estavam ali por uma situação específica na vida de Nando e que ela não via problemas em retornar a área de ameaça, já que não tem parentesco direto com o adolescente. Para ela, caso alguém perguntasse pela família,

ela diria somente que não estava mais com Poliana e, portanto, não sabia deles. Mara não percebe o risco de ser vista ou seguida por alguém da área de ameaça, podendo até sofrer retaliações.

Poliana e Mara começaram a vender uns pratinhos de comida na calçada, mas a rua tem pouco movimento e não foi atrativo. No entanto, um vizinho delas ao ver a mobilização, as convidou para vender churrasquinho em um local mais próximo ao centro da cidade. Após esse convite, elas pensaram na compra de uma bicicleta cargueira para aumentar a mobilidade na venda de lanches, mas, posteriormente, decidiram não mais comprar a bicicleta e sim um carrinho de lanches que, apesar de custar mais caro, elas poderiam utilizar a bolsa ofertada pelo PPCAAM, já que Mara complementa a renda vendendo pastilhas nos coletivos à tarde e frutas pela manhã.

Os técnicos avaliam que a família tem bastante autonomia, empreendida principalmente por Mara, mais acatada por Poliana e, por isso, já poderia ser feito um planejamento para o desligamento, já que a família está se reinserindo rápido no novo território. Percebemos que quando há uma maior disposição na promoção de alguns membros da família, visando o bem comum, os vínculos podem se fortalecer ao vislumbrarem objetivos próximos para a superação das vulnerabilidades.

As duas famílias foram desligadas do PPCAAM alguns meses depois do término do acompanhamento da pesquisa e ambas permaneceram nos municípios de proteção, não retornando às áreas de ameaça, o que é considerado pela equipe um ganho significativo de reinserção social. O PPCCAM permaneceu prestando apoio por três meses às famílias durante o período de pós-desligamento em que seguiam fortalecendo sua autonomia e redes de apoio social.

6 CONSIDERAÇÕES

Escrever, pesquisar, discutir e sonhar com políticas públicas para a adolescência e juventude - em meio à deposição, por meio de um golpe, de uma presidenta eleita democraticamente - não foi tarefa fácil. Por inúmeras vezes deixei os livros de lado e corri para as ruas. Lutar por transformação social sempre foi minha bandeira e era mister fazê-lo diante do desmonte e da retirada de investimentos na educação, ainda mais na condição em que eu me encontrava, como estudante da Pós-Graduação de uma universidade pública.

A revolta e a indignação frente às injustiças sociais já habitavam em mim há muitos anos e a formação dessa identidade guiou minha prática no serviço público. Mas, em meio a esse contexto, a desesperança se presentificou de uma forma contundente, de modo que a força do meu otimismo não conseguia barrá-la frente aos golpes dentro de golpes acontecendo a nível nacional, desmoronando nosso ainda frágil estado de bem-estar social.

Nesse contexto, se deram os caminhos desse trabalho de pesquisa e aqui busco sintetizar as análises feitas, tecer comentários sobre as contribuições do estudo, apontar formas de devolutiva aos participantes, assim como sinalizar possibilidades de desdobramentos posteriores.

Tive, diante do diálogo com três interlocutores, dois adolescentes e um jovem, ricas histórias que me mobilizaram em muitos sentidos. Neles habitaram sonhos como o de Nando *“quando eu era pequeno eu ficava esperando o Papai Noel e meu sonho era ter um carrinho de controle remoto”* ou ainda Arlindo, com seu vigor juvenil *“eu ficava só pensando em comprar uma moto, meu sonho era ter uma moto, só que eu nunca consegui comprar uma moto”*. E, por último, o desejo de Edi: *“eu queria viver em uma família normal, a gente não vive uma vida normal”*.

O estudo teve como principal objetivo analisar a produção dos sentidos de risco e proteção pelos adolescentes inseridos no Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM). Os demais objetivos almejaram compreender o sentido de ameaça de morte para os adolescentes ao adentrarem em um programa de proteção; conhecer os impactos psicossociais advindos da inserção dos adolescentes no novo contexto de proteção; compreender como as novas redes de apoio social, que se formam com a entrada do adolescente no PPCAAM, são dimensionadas por esses adolescentes em termos de risco e proteção.

As hipóteses iniciais eram que as narrativas produzidas pelos adolescentes sobre os sentidos de risco e proteção nos forneceriam pistas para compreendermos de que forma eles dimensionam a ameaça, bem como a construção de novas redes de apoio propiciaria aos adolescentes a ressignificação e a reavaliação da própria existência para que elaborassem alternativas e caminhos no que se refere a risco e proteção.

Confirmamos as hipóteses e ampliamos a discussão em torno da relação entre a construção dos sentidos de risco e proteção, produzidos pelos adolescentes de forma múltipla e contextual e em estreita relação com as formas de interação e convívio familiar, como principal rede de apoio criada em torno dos aspectos protetivos, tanto anterior ao programa, como durante a proteção e após o desligamento da família.

Para responder aos objetivos propostos construímos seis categorias analíticas empíricas: família entre risco e proteção; relações com o tráfico; percepção de ameaça; conflitos entre pertencimento comunitário e vida itinerante; reconhecimento e autonomia; impactos da proteção.

Percebemos na primeira categoria analisada, família entre risco e proteção, que os sentidos construídos pelos adolescentes dialogam com a forma como as famílias constroem aspectos protetivos para a superação dos problemas coletivos dos membros, se agem de forma mais individualizada ou cooperativa. Com as mudanças diante da entrada no PPCAAM, esse desafio continua posto, pois são trazidas as histórias de vida anteriores à ameaça e que culminaram nela, onde os riscos causados continuam ganhando centralidade na vida dos adolescentes e das suas famílias.

Na segunda categoria analisada, relações com o tráfico, entendemos que os sentidos estabelecidos pelos adolescentes variam de acordo com as situações que viveram, quando ligados às atividades de varejo no comércio ilegal. Estes ficam submetidos à parte mais vulnerável da cadeia desse comércio e muitas vezes não percebem de forma tão clara os riscos envolvidos nessas atividades. Por outro lado, a experiência também propicia a formação de grupos de amizade, onde são construídas novas experimentações como o uso de drogas, a iniciação sexual e os momentos de lazer e diversão.

Os adolescentes, como também o jovem do estudo piloto, vivenciaram riscos na relação entre o uso-venda de drogas que os levaram aos limites entre a vida e a morte, diante das ameaças sofridas, ao mesmo tempo que relataram os ganhos estabelecidos nessa relação.

A terceira categoria analítica analisada se refere à percepção de ameaça e, ao escutar a narrativa dos três jovens, percebemos que, embora em contextos de vulnerabilidade e risco, eles não são afetados e tampouco significam da mesma forma essas experiências. Depois da entrada no PPCAAM, os adolescentes precisam reconstruir cotidianamente as situações de ameaça por quais passaram, mas são constantemente lembrados dos riscos que podem correr pela família e pela equipe do PPCAAM. As suas trajetórias possuem histórico de violências, ameaças e conflitos que os constituem subjetivamente, sendo difícil superar essas características quando a família apresenta resistência em acreditar e ajudar a promover o potencial de mudança empreendido por eles.

A itinerância pelas quais esses adolescentes e suas famílias passaram nos fizeram construir elementos para analisar a quarta categoria, conflitos entre pertencimento comunitário e vida itinerante, pois as situações de mudança foram forjadas em torno da busca por proteção. No entanto, em meio a esse processo, vulnerabilizaram os vínculos sociais e comunitários estabelecidos, criando outros riscos para os adolescentes. Cada família, a seu modo, mesmo com as fragilidades e as peculiaridades existentes tentaram proteger a vida dos seus adolescentes.

Na categoria referente ao reconhecimento e à autonomia, vimos que a busca dos adolescentes diante desses desafios também demonstra as falhas dos aspectos protetivos em suas vidas e expressam expectativas de reparação destes, colocando à prova, em meio às situações arriscadas e conflituosas, as habilidades de amparo das suas famílias.

E, por último, os impactos da proteção podem ser pensados a partir da capacidade das famílias em superar limitações e se reorganizarem, durante o tempo no PPCAAM, em torno da divisão de obrigações, responsabilidades e no compartilhamento de objetivos, promovendo autonomia entre os membros que pode perdurar após a saída do Programa.

As histórias de vida dos adolescentes, contextualizadas nas vivências com suas famílias, comunidades e instituições, evidenciaram a possibilidade da produção de múltiplos sentidos de risco e proteção diante das ameaças de morte que viveram. A depender do contexto e do tipo de sociedade, a violência pode ser observada a partir de diversos ângulos e discursos. Logo, aspectos culturais emprestam valores e sentidos a atos que, vistos isoladamente, podem ser interpretados como de extrema violência ou como atos banais e ou aceitáveis, embora sendo violentos são danosos e trazem sofrimento (MARANHÃO et al. 2014).

Com a inserção dos adolescentes no PPCAAM é preciso que os técnicos atentem para o fortalecimento dos vínculos afetivos e de confiança entre a família como uma chave para o prolongamento da rede protetiva após o período de inclusão no Programa, possibilitando a construção dos sentidos de proteção de forma coletiva e não individualizada. Ambas as famílias foram desligadas do programa mas continuaram nas cidades em que estavam protegidas, constituindo um aspecto importante para a promoção da proteção dos seus filhos.

O retorno no estudo será dado aos profissionais do PPCAAM, que de forma afetuosa e paciente nos deixaram acompanhar seus atendimentos, atividades e reuniões. Como também a instituição executora do PPCAAM, a FACC (Frente de Assistência a Criança Carente) por ser uma ONG situada em uma das grandes periferias das cidades. Quanto ao retorno do estudo ao jovem do estudo piloto, já foi iniciado, constituindo outro espaço rico de novas trocas construídas. As duas famílias acompanhadas já foram desligadas do PPCAAM, dessa forma o retorno terá que ser dado por meio do diálogo com os profissionais que os acompanham no pós-desligamento.

Reforçamos a relevância do estudo e as possibilidades de contribuições com conhecimentos que subsidiem a execução de políticas para a adolescência e juventude e em especial para adolescentes ameaçados de morte, pois esse é um compromisso social da ciência e dos que estão implicados nessa relação universidade - sociedade.

O trabalho pode ser frutífero ao desdobrar outros estudos que aprofundem as relações entre os adolescentes e suas famílias após o desligamento do programa, como também de que forma o devido cuidado às ameaças de morte podem reduzir homicídios na adolescência, construindo formas alternativas de prevenção à violência letal para que, aos primeiros sinais de alerta, algo possa ser feito.

O estudo vislumbra contribuir ainda com conhecimentos que subsidiem a execução de políticas de proteção para adolescentes ameaçados de morte, impactando nos alarmantes índices de homicídios na adolescência, bem como colaborar com as discussões sobre a prevenção dos homicídios contra esse público.

Vemos constantes afirmações sociais de que há vidas que simplesmente não importam, diante dos pressupostos “fez por onde”, “tava envolvido”, passando a tecer conclusões “foi tarde” ou “um a menos”. Mas que sociedade é essa que construímos que acredita na morte e no extermínio como forma eficaz de resolução de problemas? Que não se

questiona sobre as raízes da produção da desigualdade? Que estipula um limite onde se encontra a extrema pobreza, mas não questiona a riqueza incalculável?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO / BID, 2002.

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

AGUIAR, R.; HOLANDA, T. (Coord.). **Trajatórias interrompidas: homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará**. Organização Instituto OCA. Brasília: UNICEF, 2017.

ATAYDE, J. B.; SILVA, M. T. **Violação dos direitos infanto-juvenis: o combate à violência letal e o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte**. 2014. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, 2014.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

BARROS, J.P.P.; MARA, R. C.; PASCUAL, J. G.; COLAÇO, V. F. R.; XIMENES, V. M.. O conceito de "sentido" em Vigotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Revista Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte/MG, v. 21, n.2, p. 174-181. 2009.

BERTASO, M. **Vida sem ensaios - Acionamento do Programa de Proteção à crianças e adolescentes ameaçados de morte do Espírito Santo (PPCAAM/ES): modos de gestão da vida e afirmação de lutas**. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

BESSA, L. L.; GERMANO, I. M. P. Vozes em contexto de desvantagem social: ressignificando o risco social em histórias de adolescentes. In: COLAÇO, V. de F. R.; CORDEIRO, A. C. F (Orgs.). **Adolescência e Juventude: conhecer para proteger**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Uma carta endereçada à “Proteção Integral”. In: TAVARES, Gilead Marchezi; BERNARDES, Anita Guazzelli e MORAES, Marcia (orgs.). **Cartas para pensar [recurso eletrônico]: políticas de pesquisa em Psicologia**. - Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.231, de 11 de outubro de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6231.htm>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Senado Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. **Guia de Procedimentos PPCAAM**. – PPCAAM. Brasília, 2007.

BRUNER, J. **La fabrica de historias: derecho, literatura, vida**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013.

_____. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CANO, I.; BORGES, D. **Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório das Favelas. 2017.

_____. **Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2012**. Rio de Janeiro: Observatório das Favelas. 2014.

CARDONA, M. G.; CORDEIRO, R. M. E BRASILINO, J. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V.L.V.; CORDEIRO, M.P. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual).

CASTRO, L. R. Admirável mundo novo: a cadeia das gerações e as transformações do contemporâneo. In: COLINVAUX et al (Orgs.) **Psicologia do desenvolvimento: reflexões e práticas atuais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

_____. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-58, jun. 2002.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V.

R. S. (Orgs.) **Família, sociedade e subjetividade: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 54 – 83

CASTRO, Bernardo Monteiro de; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Risco e resiliência entre adolescentes e jovens de escolas públicas de Belo Horizonte**. Curitiba: CRV, 2010.

CEARÁ. **Cada vida importa**: relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza. Ceará. 2016.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

COIMBRA, C. **Operação Rio - o mito das classes perigosas**: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos da segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COLAÇO, V. de F. R. et al. Conhecendo adolescentes e jovens de escolas públicas de Fortaleza: concepção, método e procedimentos de pesquisa. In: COLAÇO, V. de F. R.; CORDEIRO. A. C. F (Orgs.). **Adolescência e Juventude**: conhecer para proteger. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

COLAÇO, V. de F. R. Processos Interacionais e a Construção de Conhecimento e Subjetividade de Crianças. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.17, n.3, p.333-340, 2004.

_____. **Interações em sala de aula**: um estudo da atividade discursiva de crianças em séries iniciais. 2001. 289f. Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

CORREA, C. S.; SOUZA, S. J. Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. **Fractal, Rev. Psicol.**, Niterói-RJ, v. 23, n.3, p. 461-486. 2011.

COSTA, L. G.; DELL'AGLIO, D. D. A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social. In: LIBÓRIO, R. M. C.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Adolescência e juventude**: risco e proteção na realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

D'ELIA FILHO, O. Z. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: REVAM, 2007.

DANIEL JÚNIOR, G.M. A Psicologia sócio-histórica e o materialismo histórico-dialético. In: FRANCISCHINI et al. (Orgs.). **Crianças e Adolescentes**: percursos teórico-metodológicos de investigação em múltiplos contextos de desenvolvimento. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

EUZEBIOS FILHO, A.; GUZZO, R.S.L. Fatores de risco e de proteção: percepção de crianças e adolescentes. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 125-141, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X20060003SiteoNovo03&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 maio 2017.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERRAZ et al. O funcionamento do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) nas áreas de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v.15, n.2, p. 277-286, jul./dez. 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, Ano 10, 2016.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adotada pela Resolução n.º 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convdir_crianca.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

GERMANO, I. M. P.; COLAÇO, V. de F. R.. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. **Revista Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, set/dez, p. 381-387. 201

GÓES, M. C. R.; CRUZ, M. N. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. **Pro-Posições**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 31-45, 2006.

GUZZO, R. S. L.; TIZZEI, R. P.; ALVES, L. V. Sofrimento e vida: impossibilidades de enfrentamentos e superações. In: BERNARDO, H. GUZZO, R. S. L., SOUZA, V. L. T. (Orgs.) **Psicologia Social: perspectivas críticas de atuação e pesquisa**. Campinas: São Paulo: Editora Alínea, 2013.

LA MENDOLA, S. O sentido do risco. **Tempo Soc.**, São Paulo, v.17, n.2, p.59-91, 2005.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

LEMOES, F. C. S.; SCHEINVAR, E NASCIMENTO. M. L. Uma análise do acontecimento crianças e jovens em risco. **Revista Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 158-164, 2014.

LIRA, K.; HANNA, N. **O que dizem as crianças?** Uma consulta sobre violência a partir da percepção de crianças e adolescentes. – Índice de Segurança das Crianças. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Visão Mundial, outubro 2016.

LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, mai./ago. 2006.

LYRA, D. **A República dos meninos: juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: Mauad x FAPERJ, 2013.

MARANHÃO, J. H.; COELHO, J. P. L.; LOPES, G. S.; COLAÇO, V. F. R.; SANTOS, W. S. dos. Violência, risco e proteção em estudantes de escola pública. **Fractal, Revista de Psicologia, Niterói, RJ**, v. 26, n. 2, p. 429-444, mai. 2014.

MARCIAL, R. Jóvenes Contemporáneos: entre las nuevas tendencias e las viejas insistencias. In: MENEZES, J. A.; COSTA, M. R.; SANTOS, T.C. **JUBRA: territórios interculturais da juventude**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MARINHO, C. H. **Relatório Consultoria - Narrativas sobre a implantação de uma política pública: PPCAAM/CE**. 2014. (não publicado)

MBEMBE, A. Necropolítica. Traveersées, diásporas, Modernités. **Raisons politiques**, n 21, 2006.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MELLO, R. P. (Orgs.). Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. (publicação virtual).

MENDES, A. O. **Educação em direitos humanos no Programa de Proteção as Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Distrito Federal (PPCAAM-DF)**. 2009. 51f. Monografia (Especialização em Direitos Humanos: Proteção e Assistência a Vítimas e a Colaboradores da Justiça) – Universidade Católica de Brasília, Brasília –DF, 2009.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: El método de la Psicología Comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

NEGREIROS, D. J. **Diário de campo da pesquisa “Eu me senti morto”**: sentidos de risco e proteção para adolescentes ameaçados de morte. Fortaleza, 18/08/2016 – 14/02/2017. (não publicado).

PONTES, A. K. **Juventude e risco: problematizando o sentido construído por jovens sobre esta relação**. 2011. 142f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

QUEIROZ D. T. et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, abr/jun; 2007.

REVISTA PPCAAM MINAS, Belo Horizonte, . Ano 1, n. 1, dez. 2008.

REY, F.G. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RIVERO, N.; TOROSSIAN, S. D. Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: GUARESCHI, N.; CRUZ, L. (Orgs.). **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogos com as práticas psicológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

RUOTTI, C.; MASSA, V. C.; PERES, M. F. T. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, São Paulo, v.15, n.37, p.377-89, abr./jun. 2011.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Paulo, Ano I - Número I – jul. 2009. ISSN: 2175-3423 1.

SCISLESKI, A. C. C. et al . Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 64, n. 3, p. 19-34, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011SiteNovo300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2017.

SMOLKA, A. L. B. Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta de rede de significações. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S., & CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. v. 1, p. 35-49.

SOUZA, T. Y.; BRANCO, A. M. C. U. A.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, RJ, v. 20, n. 2, p.357-376, Jul/Dez. 2008.

SPINK, M. P. Tópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1277 – 1311, Dec. 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Adolescência e juventude: estudo sobre situações de risco e redes de proteção em Fortaleza**. 2011: relatório técnico de pesquisa para o CNPq. Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**, 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Obras escogidas: historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Madrid: Visor, 1996. Tomo III.

_____. **El instrumento y el signo en el desarrollo del niño**. Madrid: Fundación infancia y aprendizaje, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1993.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO/CEBELA, 2016.

WILLADINO, R.; SENTO-SÉ, J. T.; DIAS, C. G.; GOMES, F. (Orgs.). **Prevenção à violência e redução de homicídios de adolescentes e jovens no Brasil**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2011.

XIMENES, V. E BARROS, J.P.P. Perspectiva Histórico-Cultural: Que contribuições teórico-metodológicas podem dar à práxis do psicólogo comunitário? **Revista Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 27, n. 56, p. 65-76, jan./mar. 2009.

YUNES, A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)

Pesquisa intitulada: “Eu me senti morto”: sentidos de risco e proteção para adolescentes ameaçados de morte.

Responsável: Daniele Jesus Negreiros.

Caro pai, mãe ou responsável, gostaria de obter a sua autorização para que seu filho ou filha participe desta pesquisa, que tem como finalidade compreender os sentidos de risco e proteção construídos pelos adolescentes inseridos no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte – PPCAAM, fazendo relação com a realidade conjuntural de vulnerabilidade social.

1. PARTICIPANTES DA PESQUISA: Os participantes serão adolescentes (12 a 18 anos incompletos) do sexo feminino e masculino que estejam inseridos no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAAM.

2. ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Em consonância com a participação na pesquisa, o/a adolescente deverá narrar sua história de vida a partir da entrada no programa de proteção, que será devidamente registrada com o uso de um aparelho gravador e posteriormente será descrita. O/a adolescente tem a liberdade de se recusar a participar e pode ainda deixar de responder em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Ademais tem o direito de ficar com uma das vias do termo de consentimento. Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Para isso, poderá entrar em contato com a responsável pela pesquisa aqui mencionada.

3. RISCOS E DESCONFORTOS: A pesquisa, em seu momento empírico, aplicará entrevista para a construção de narrativas dos adolescentes sobre risco e proteção, o que em geral não traz complicações ou risco para os participantes. Entretanto, há a possibilidade de algum constrangimento vivido por algumas pessoas quando estão fornecendo informações sobre si mesmas.

4. CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Seu nome não será mencionado em nenhum momento e os

locais citados serão substituídos por outros, garantindo o anonimato de sua identidade. Os resultados poderão ser utilizados em eventos e publicações científicas.

5. BENEFÍCIOS: O estudo dará a oportunidade aos participantes de ressignificar a sua própria história e experiências de violência e ameaças sofridas, também favorecerá a sensibilização e mobilização da sociedade para uma empatia em relação aos adolescentes que vivem em situação de ameaça.

6. PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa. E nenhum valor será pago por sua participação. Entretanto, se você desejar, poderá ter acesso a cópias dos relatórios da pesquisa contendo os resultados do estudo. Para tanto, entre em contato com a responsável pela pesquisa no endereço abaixo:

Endereço do responsável pela pesquisa:

Nome: Daniele Jesus Negreiros

Instituição: Universidade Federal do Ceará – Depto. De Psicologia

Endereço: Av. da Universidade 2762 – Benfica – Fortaleza – CE

Telefones para contato: 85 99652 1830

Atenção: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará - CEP/UFC/PROPESQ: Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo - CEP 60.430-275 Fone: 3366-8344.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que ele ou ela possa participar desta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista o que foi apresentado acima, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto minha autorização para que meu filho ou filha participe da pesquisa, sem que para isso eu tenha sido forçado(a) ou obrigado(a).

Nome e assinatura do(a) pai, mãe ou responsável

Local e data

Daniele Jesus Negreiros (Responsável pela pesquisa)

APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa intitulada: “Eu me senti morto”: sentidos de risco e proteção para adolescentes ameaçados de morte

Responsável: Daniele Jesus Negreiros

Caro adolescente,

Gostaria de obter a sua autorização para que participe desta pesquisa, que objetiva compreender os sentidos de risco e proteção construídos pelos adolescentes inseridos no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAAM - fazendo relação com a realidade conjuntural de vulnerabilidade social. A finalidade desse trabalho é ampliar informações sobre esse tema favorecendo a sensibilização e mobilização da sociedade para uma empatia em relação aos adolescentes que vivem em situação de ameaça, além de incidir positivamente na construção de caminhos de emancipação dos participantes.

A sua contribuição será responder a uma entrevista narrativa. Esta participação não irá atrapalhar as suas atividades. Você terá a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, você pode pedir informações sobre a pesquisa com a responsável Daniele Jesus Negreiros, pelo telefone 85- 3366-8344 ou na Av. Da Universidade, 2762, Benfica – Fortaleza.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e nem envolve nenhum tipo de pagamento. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes.

Para maiores informações sobre essas questões, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC pelo telefone (85) 3366 8344 ou no endereço Rua: Coronel Nunes de Melo, 1000, Rodolfo Teófilo CEP 60430-275, Fortaleza.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com o nome do participante.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que você possa participar desta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem.

ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista o que foi apresentado acima, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto minha autorização para participar da pesquisa.

Nome e assinatura do participante voluntário da pesquisa

Local e data

Daniele Jesus Negreiros (Responsável pela pesquisa)

ANEXO A – INSTRUMENTAL / FICHA DE PRÉ-AVALIAÇÃO DO PPCAAM

PRÉ-AVALIAÇÃO

I. Porta de Entrada	
Órgão:	
Função do Responsável pela pré-avaliação:	
Nome do Responsável pela pré-avaliação:	
E-Mail:	
Telefones:	
Local e Data:	
Município:	
II. Identificação da Criança ou Adolescente Ameaçado (a)	
Nome:	
Apelido:	
Filiação:	
Responsável Legal (indique o parentesco/vínculo):	
Com quem reside (nome/parentesco):	
Data de nascimento:	
Endereço completo:	
Ponto de Referência:	
Telefone do responsável:	
Possui alguma deficiência?	
III. Situação da Ameaça	
❖ <u>Identificação do/a ameaçador/a.</u>	
Nome:	
Apelido do/a ameaçador/a. :	
Qual a qualificação do/a ameaçador/a? Ex.: político, traficante, ligado a grupo ou facção específica, autoridade policial, líder religioso, pessoa de referência na comunidade, etc.	
Área de influência do/a ameaçador/a? Ex.: ruas, bairros, municípios, estados, etc.	
Possui meios de concretizar a ameaça por outras pessoas? Ex.: através de familiares, amigos, subordinados, etc.	
Qual a relação do/a ameaçador/a com a	

criança/adolescente/jovem ameaçada/o?	
❖ <u>Situação da ameaça</u>	
Descrição da ameaça (quando, onde e como ocorreu).	
Como se deu a ameaça? Descreva como tem sido a ameaça, de que forma ela chegou até o/a ameaçado/a, etc.	
Quais foram os motivos que levaram a ameaça?	
Já houve algum atentado ou ameaça expressa? Como ocorreu? Foram feitas pelo/a mesmo/a ameaçador/a?	
Há quanto tempo está sendo ameaçado?	
Locais onde existe a ameaça? (Municípios e bairros/comunidades)	
Qual a repercussão do caso? Divulgação em internet, TV, rádios, conhecimento apenas na comunidade.	
As ameaças se estendem aos familiares? Se sim, descreva. (quando, como, onde e com quem ocorreu)	
❖ <u>Participação da família na proteção do/a ameaçado/a</u>	
Quantos e quais familiares possuem disponibilidade em acompanhar a criança/adolescente/jovem na proteção?	
Quantos e quais familiares estiveram presentes na pré-avaliação?	
Quais as perspectivas da família para a proteção?	
Há voluntariedade para mudança de localidade? Região de moradia/residência.	
❖ <u>Medidas adotadas como proteção emergencial</u>	
O que já foi ou pode ser feito para cessar a ameaça: 1) Pela família da criança ou adolescente ameaçado 2) Pela Porta de Entrada (Já articulou acolhimento provisório, como casa de parentes ou acolhimento institucional para o caso? Se não, justifique.)	
Onde o/a ameaçado/a está atualmente? Ex.: acolhimento institucional, casa de parentes fora da região de ameaça, casa de parentes na região de risco.	
Há locais onde seja possível a permanência	

do/a ameaçado/a, fora da região de ameaça, até a finalização do processo de avaliação pela equipe do PPCAAM? Ex.: família extensas/parentes/pessoas de vínculo, instituições, serviços, equipamentos, etc.	
❖ <u>Situação processual:</u>	
Responde a algum processo judicial? Se sim, qual número do processo?	
Qual a fase atual do processo? Já tem decisão final? Se sim, qual foi a sentença? Ex.: absolvição, liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, etc.	
Há algum processo referente à medida protetiva? Se sim, qual o número do processo e qual a medida solicitada?	

Observações Finais

Data do encaminhamento deste formulário para o PPCAAM/CE: ____ / ____ / ____

Assinatura e carimbo do solicitante: _____

ATENÇÃO: CABERÁ A PORTA DE ENTRADA A RESPONSABILIDADE DE ARTICULAR A REDE DE PROTEÇÃO PARA A CRIANÇA OU ADOLESCENTE AMEAÇADO ATÉ SUA POSSÍVEL INCLUSÃO NO PPCAAM.

OBS:

- A coleta dessas informações é de responsabilidade da Porta de Entrada e é imprescindível para a avaliação do caso. Sendo necessária a escuta da criança ou adolescente ameaçado(a) e dos familiares de referência. As Portas de Entrada são: Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Ministério Público e Defensoria Pública.

- **A presente solicitação deverá ser encaminhada pelo fax: (85) 32246555 e excepcionalmente para o e-mail: ppcaam.ce@gmail.com, após o recebimento pela equipe do PPCAAM desse documento será agendada uma entrevista de avaliação com a porta de entrada, o adolescente e sua família.**

- Caso existam documentos (relatórios, boletim de ocorrência, laudos médicos, encaminhamentos e outros) que complementem as informações acima, enviar em anexo.

ANEXO B – INSTRUMENTAL / ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO DO PPCAAM

ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO¹⁸

DATA DA ENTREVISTA:	HORA:
ENTREVISTADOS (AS):	
MUNICÍPIO DA AVALIAÇÃO:	
EQUIPE PPCAAM/CE:	

1. IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE AMEAÇADO(A)

Nome:		Apelido:
Data de Nascimento:	Idade:	Estado Civil:
Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Intersexo	Identidade de Gênero: <input type="checkbox"/> Homem <input type="checkbox"/> Mulher <input type="checkbox"/> Travesti <input type="checkbox"/> Transexual	Orientação Sexual: <input type="checkbox"/> Heterossexual <input type="checkbox"/> Homossexual <input type="checkbox"/> Bissexual
Cor/Raça:	Naturalidade:	
Pai:		
Mãe:		
Responsável legal:		
Endereço:		

18 INSTRUÇÕES: A coleta dessas informações é de responsabilidade dos profissionais PPCAAM e são indispensáveis para deliberar a inclusão do caso no PPCAAM. A entrevista realizar-se-á em local público e seguro, nunca podendo ser efetuada na comunidade onde o ameaçado encontra-se em situação de risco. É recomendado que os profissionais levem consigo a ficha de informações da pré-avaliação já preenchida para conferir os dados.

Bairro:	Cidade:
Ponto de Referência:	Telefone:
Documentação: ()RG ()CN ()CPF ()CTPS ()CNH ()Reservista ()Título de Eleitor ()Outros	
Facebook /Redes Sociais:	

2. SOBRE A AMEAÇA DE MORTE (em que consiste a ameaça e os motivos)

<p>Relato da Porta de Entrada:</p> <p>Relato da Criança/Adolescente/ Jovem:</p> <p>Relato da Família:</p>
<p>Região da Ameaça, Extensão Territorial e Articulação com outros grupos:</p>
<p>Motivo da ameaça:</p> <p>1. Desvios de conduta e/ou envolvimento com entorpecentes/drogas:</p> <p>() Envolvimento com o tráfico:</p> <p>[] Perda de carga [] Furtos em territórios dominados pelo tráfico</p> <p>[] Queima de arquivo [] Dívidas a partir do trabalho no tráfico</p> <p>[] Desejo de abandonar o tráfico [] Envolvimento amoroso [] Delator</p> <p>[] Dívidas por consumo de drogas [] Troca de comando [] Outro___</p> <p>() Acerto de contas () Disputa de gangues () Queima de arquivo () Rixa / Galera</p> <p>() Milícias () Grupo de extermínio () Interesse financeiro () Crime Organizado</p> <p>() Ameaça Policial () Abuso Sexual () Testemunha Ocular () Testemunha Oficial</p> <p>() Exploração Sexual () Outro</p> <p>2. Ameaças envolvendo conflitos da comunidade ou como decorrências das dinâmicas do corpo social:</p> <p>() Vingança Pessoal () Intolerância Religiosa () Racismo () Homofobia</p> <p>3. Ameaças envolvendo conflitos afetivos ou familiares:</p>

<input type="checkbox"/> Passional <input type="checkbox"/> Briga intra-familiar <input type="checkbox"/> Violência Doméstica	
Fatores de Potencialização da Ameaça	
<input type="checkbox"/> Ligado a fato que gerou comoção social	
<input type="checkbox"/> Apresenta frequência de ações de exposição ao risco (ex. uso intenso de drogas; dificuldade de dimensionar o risco; contato direto com pessoas vinculadas ao risco, acompanhado de familiares que apresentam dificuldade de compreensão/aceitação do risco, etc.)	
<input type="checkbox"/> Parentesco/afinidade do ameaçador com pessoas que se enquadram no campo "Qualificação do Ameaçador"	
Função do ameaçador no tráfico:	
<input type="checkbox"/> Olheiro/Fogueteiro <input type="checkbox"/> Vapor / Vendedor	
<input type="checkbox"/> Soldado <input type="checkbox"/> Fiel /braço direito <input type="checkbox"/> Dono/Gerente	
<input type="checkbox"/> Outros _____	
Tempo da Ameaça:	
O que foi feito para neutralizar a ameaça?	
Elementos que impossibilitam a resolutividade por meios próprios	
<input type="checkbox"/> Inexistência/impossibilidade de retaguarda	
<input type="checkbox"/> Impossibilidade / Indisposição de Mediação do conflito	
<input type="checkbox"/> Condições socioeconômicas desfavoráveis	<input type="checkbox"/> Outros
A ameaça se estende a membros da família? Quais?	
Já foi ameaçado anteriormente? <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM	Quem, como e quando?

3. REDE DE PROTEÇÃO

Já sofreu algum tipo de violência? Qual?
Denunciou? Quais medidas foram tomadas?
Já foi atendido por algum equipamento da rede de proteção?
<input type="checkbox"/> Cons. Tutelar <input type="checkbox"/> DCECA <input type="checkbox"/> DDH <input type="checkbox"/> CRAS <input type="checkbox"/> CREAS <input type="checkbox"/> Delegacia da mulher <input type="checkbox"/> Centro de

Ref. da mulher () Defensoria Pública () Ministério Público () Outros

4. SOBRE O AMEAÇADOR

Quem está ameaçando?		
Qualificação do ameaçador		
() Representante do poder público () Pessoa com influência social () Pessoa comum		
() Pessoa com envolvimento em atividades criminosas () Integrante de corporação policial		
Área de influência do ameaçador		
() Nacional () Estadual () Municipal () Bairro () Local específico () Outro _____		
Repercussão do Caso:		
() Internet , TV, rádios e Jornais em Veiculação Nacional () TV, rádios e jornais em Veiculação Estadual		
() TV, rádios e jornais em Veiculação Municipal () Conhecimento local		
() Nenhuma () Outra		
Apelido:		
Sexo: Masculino	Faixa Etária:	Raça/cor:
Descrição do ameaçador (cor de cabelo, bigode, cicatriz, tatuagem, deficiência física etc.):		

5. SITUAÇÃO DE SAÚDE DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE AMEAÇADO(A) E FAMÍLIA

Você e/ou sua família apresenta algum problema de saúde física Qual?
Você e/ou sua família apresenta alguma demanda na área da saúde mental? Qual?
Você e/ou sua família possui alguma deficiência?
Você e/ou sua família faz algum tratamento? De que tipo?
Faz uso de alguma substância psicoativa? () NÃO () SIM
Qual (is)?
Com que frequência?

Faz algum tratamento? De que tipo?
Alguém da sua família é alcoolista e/ou faz uso de outras drogas? Faz algum tratamento?
Outras Informações:

6. SITUAÇÃO JURÍDICA DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE AMEAÇADO(A) E FAMÍLIA

Está cumprindo ou já passou por alguma medida socioeducativa: () NÃO () SIM Qual?
Tem alguma representação judicial? () NÃO () SIM Especificar:
Tem alguma medida protetiva? Qual?
Alguém da sua família já foi preso? Está em que regime?
Outras informações:

7. SITUAÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE AMEAÇADO(A)

Escolaridade:	Estudou no ano corrente: () NÃO () SIM
Houve abandono:	Motivo do abandono:
Nome da última Escola onde estudou:	
Onde está o Histórico Escolar? Nessa escola	

8. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Frequência (S/N)	Ocupação	Documentação	Outras informações
Pessoas significativas intra e extra familiar no mesmo bairro ou outro município. Quem? Onde?							
Relações conflituosas, quais e com quem?							
Tem companheira/o? (Nome, idade, tempo de relacionamento).							
Tem filhos? (Quantidade, nome e idade).							
Qualidade da Relação Familiar?							

Têm parentes ou pessoas de referência em outras Cidades e/ou Estados? Onde, Quem e se tem vínculo?
Quais os contatos telefônicos?
A família tem animal de estimação?

9. OUTRAS INTERVENÇÕES MAIS ADEQUADAS AO CASO (mudança por conta própria, acolhimento institucional ou na casa de parentes fora da região de risco, etc.):

--

10. PERFIL SÓCIOECONÔMICO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE AMEAÇADO(A) E FAMÍLIA

Ocupação/situação empregatícia	Especifique	Valor Mensal	Nome/Parentesco com o responsável
Valor total da renda familiar:			
A criança ou adolescente já participou de alguma atividade laboral? Qual(is)?			
Quais os bens que possuem (imóveis, carro, poupança, etc.)?			
Quais os móveis?		Quais os eletrodomésticos?	

Habitação:

Tipo de Moradia	Tipo de Construção:	Forma de Ocupação	Serviços de Saneamento Básico:	Energia Elétrica:	Número de cômodos
() Apartamento	() Alvenaria	() Própria	() Sim	() Sim	
() Casa	() Taipa	() Alugada	() Não	() Não	
() Barraco	() Papelão	() Cedida			

<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Mista <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Outros	Banheiro: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Água encanada: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
---------------------------------	---	---------------------------------	---	---

Atividades Sociais e de Lazer:

Participa de alguma atividade na Comunidade? <input type="checkbox"/> Igreja <input type="checkbox"/> Escola <input type="checkbox"/> Projetos Sociais <input type="checkbox"/> Outros . Qual? <input type="checkbox"/> Nenhum

Religião:

Qual?	Praticante?
-------	-------------

11. VOLUNTARIEDADE PARA A PROTEÇÃO:Adolescente: SIM NÃO Observação:Família/responsável legal: SIM NÃO Observação:

Nome	Idade	Grau de Parentesco	Profissão	Renda

Com quem pretende continuar se comunicando?
O que será mais difícil de abdicar ao ingressar no PPCAAM?
O que espera do Programa de Proteção?

12. OBSERVAÇÕES FINAIS:**PARTICIPAÇÃO NA ENTREVISTA**

PPCAAM: _____

Família: _____

Órgão solicitante: _____

Usuário: _____

Outros: _____

ENTREVISTA

Local: _____

Data: _____

ACORDOS / ENCAMINHAMENTOS ESTABELECIDOS AO FINAL DA ENTREVISTA

Assinatura do adolescente

Assinatura do Representante Legal da criança ou adolescente

Assinatura da Equipe Técnica

Assinatura da Porta de Entrada

Outros